Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa

**As Vozes Verbais na gramática normativa:
Aspectos Problemáticos**

(Versão corrigida)

Fernando Martins Rocha

São Paulo

2013

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa

**As Vozes Verbais na gramática normativa:
Aspectos Problemáticos**

(Versão corrigida)

Fernando Martins Rocha

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Mestre em Filologia
e Língua Portuguesa.

Orientador: Profa. Dra. Maria Clara Paixão de Sousa

São Paulo

2013

Dedico este trabalho a minha esposa, por me
presentear com sua agradável companhia, apoio,
incentivo, sua inteligência, seu amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

À professora Maria Clara Paixão de Sousa, pela paciência, disposição e por sua contribuição efetiva em me auxiliar na superação de meus próprios limites e em direcionar, corrigir e lapidar um trabalho desta magnitude, que exige o desenvolvimento de várias habilidades como o da escrita, da leitura, do raciocínio lógico e da capacidade de pesquisar com o critério e rigor que um trabalho acadêmico exige.

Às professoras Marli Quadros Leite e Verena Kewitz, por também terem contribuído muito com suas ideias e apontamentos em meu exame de qualificação, fazendo com que eu redirecionasse as linhas gerais de meu trabalho, de modo a torná-lo mais claro e mais coerente.

À minha mãe, por ter sempre acreditado em minha capacidade e esforço para realizar conquistas.

À meu pai (*in memoriam*), que certamente teria se orgulhado de mais esta conquista.

À Margareth Lopes Leal, pelas sábias e providenciais palavras: “Verticalize sua formação !”

À minha esposa, pelo apoio, suporte, carinho e atenção, indispensáveis para a realização deste trabalho e também para este tivesse mais sentido.

RESUMO

Esta pesquisa investiga alguns aspectos das vozes verbais nas gramáticas normativas de língua portuguesa. Alguns conceitos como o de voz passiva e de partícula apassivadora são objeto de discussão por parte de diferentes autores da gramaticografia de língua portuguesa que tem adotado pontos de vista distintos e até antagônicos sobre cada um destes aspectos. Este trabalho também busca demonstrar que a gramática normativa de língua portuguesa atual não renovou a sua teoria sobre as vozes verbais, que remonta a Dionísio o Trácio com seu manual escrito há mais de dois mil anos atrás, e que necessita, deste modo, identificar as fragilidades de sua teoria e renová-la com o instrumental teórico de que dispõe as modernas correntes da linguística.

Palavras-chave: gramática normativa, vozes verbais, voz passiva.

ABSTRACT

This research investigates some aspects of the verbal voices in the normative grammar of portuguese language. Some concepts like passive voice and the clitic SE are discussed by many authors in the portuguese language gramaticography that have adopted different and opposite points of view about each one of these aspects. This work also intends to demonstrate that the normative grammar of portuguese language nowadays did not renew its theory about verbal voices, which remounts to Dionísio de Trácia with his manual which was written two thousand years ago, and it needs identify the fragilities of normative grammar theory and needs to renew it with the theoretical instrumental available in the modern linguistics currents.

Key words: normative grammar, verbal voices, passive voice.

Índice de tabelas

<i>Tabela 1</i> - Terminologia e classificação do sistema de vozes verbais na gramaticografia de língua portuguesa.....	53
<i>Tabela 2</i> - As vozes verbais em gramáticas normativas (século XX e XXI).....	59
<i>Tabela 3</i> - O pronome apassivador em gramáticas normativas (séculos XX e XXI)..	70
<i>Tabela 4</i> - Representação da voz passiva em língua portuguesa em gramáticas, compêndios e tratados de ortografia (autores do século XVI ao século XIX).....	79
<i>Tabela 5</i> - Representação da voz passiva em língua portuguesa em gramáticas, compêndios e tratados de ortografia (autores do século XX)	80
<i>Tabela 6</i> - A regra da voz passiva sintética em gramáticas normativas (séculos XX e XXI).....	85
<i>Tabela 7</i> - Construção Terminológica sobre a Voz Passiva, nas Gramáticas, Compêndios e Tratados de Ortografia (século XVI ao XIX).....	113

Siglas em uso

GN – gramática normativa

VA – Voz Ativa

VPA – Voz Passiva Analítica

VPS – Voz Passiva Sintética

Sumário

1. Introdução	10
2. A gramática normativa.....	12
2.1 O conceito de gramática normativa.....	12
2.2 Gramática normativa e teoria	15
2.3 A tipologia dos conceitos de norma	18
2.4 Normativismo e Purismo	20
2.4.1 Os problemas do corpus de exemplos	25
2.4.2 O problema da fixação da língua.....	27
2.4.3 Preconceito Linguístico.....	29
2.5 Gramática e ensino.....	31
2.5.1 O antididatismo da gramática	34
2.6 A influência da gramática normativa.....	37
3. O Panorama das vozes verbais	46
3.1 As vozes verbais na tradição gramatical.....	46
3.2 As vozes verbais na gramática normativa.....	57
4. Vozes verbais: aspectos problemáticos	68
4.1 O “pronome” SE-apassivador.....	69
4.1.1 O pronome na abordagem da gramática normativa	69
4.1.2 O pronome na abordagem da teoria multissistêmica	75
4.2 A suposta equivalência entre VPA e VPS	76
4.3 A voz “passiva sintética”	83
4.3.1 A fragilidade do conceito de “voz passiva sintética”	84
4.3.2 A “voz passiva sintética” no modelo sistêmico-funcional	90
4.4 Verbos impessoais e as vozes verbais	95
4.5 Voz neutra	104
4.5.1. O verbo <i>chamar</i> e a voz neutra.....	107
4.6 A voz passiva e a transitividade verbal	109
4.7 A partícula apassivadora SE realmente apassiva?	111
4.8 A voz média.....	123
Conclusão	133
Referências Bibliográficas	136

1. Introdução

O Objetivo deste trabalho é suscitar uma reflexão sobre as noções, conceitos, definições e terminologia de alguns aspectos do sistema de vozes verbais da gramática normativa (GN). Tentaremos demonstrar que há várias questões problemáticas envolvendo este tópico, como a suposta equivalência entre Voz Passiva Analítica (VPA) e Voz Passiva Sintética (VPS), o real estatuto da partícula SE e a questão da tipologia das vozes verbais.

Este estudo também tem como intenção ser mais um “tijolo” do grande edifício que tem sido construído pelos diversos trabalhos acadêmicos que pretendem mostrar o dogmatismo, a arbitrariedade e as fragilidades do ensino difundido pela gramática normativa, que é o instrumento basilar da formação escolar da sociedade brasileira.

A teoria¹ da GN está assentada em um conhecimento muito antigo – o da chamada gramática tradicional – que remonta à cultura greco-latina. Se por um lado o arcabouço teórico desta tradição teve um sentido e uma importância na construção do conhecimento linguístico para nossa civilização, por outro lado poderíamos dizer que este conhecimento, confrontado com a crítica da linguística moderna, parece ultrapassado e necessita de urgente revisão e atualização. Segundo Herculano de Carvalho (1969),

Os compêndios gramaticais continuam ainda a oferecer uma terminologia obsoleta e errônea. A falta de uma perfeita unidade de pontos de vista nas teorias propriamente gramaticais, a ausência sobretudo de um (ao menos um) tratado de gramática portuguesa descritiva, completa e em moldes modernos, que sirva de padrão, explicam em parte o atraso...no ensino das noções e regras gramaticais e na própria concepção de gramática. (Apud Haury 1983:02)

1 Apesar de a concepção de teoria da gramática tradicional diferir da concepção de teoria das ciências positivas do século XIX, há uma farta literatura que assume como postulado a ideia de que a gramática tradicional opera com uma teoria. Esta discussão será mais detalhada no tópico “gramática normativa e teoria”, que consta neste trabalho.

Necessita de urgente revisão e atualização, pois, desde a crítica de Herculano de Carvalho, a GN praticamente não mudou.

Além disso, apontaremos para a necessidade de ainda se discutir o assunto gramática normativa, uma vez que se trata de tema vigente, como tentaremos demonstrar, nas diversas instâncias de uso da expressão linguística de nossa sociedade como a vida escolar, o ambiente profissional, o social, etc.

Para fundamentarmos a crítica que será empreendida neste trabalho, reconstruiremos o caminho percorrido pelas gramáticas, manuais e compêndios ao longo do processo de gramatização na cultura ocidental, no que se refere aos aspectos relacionados ao sistema de vozes verbais, mostrando como seus conceitos, noções e terminologias foram se formando até atingir o estado atual do aparato conceitual e terminológico das gramáticas normativas. Em oposição à teoria da gramática normativa, entendida aqui como a gramática escolar ou pedagógica, apresentaremos algumas teorias e abordagens da linguística do século XX para demonstrar a fragilidade e a obsolescência das noções da gramática normativa, no que tange aos aspectos relacionados ao sistema de vozes verbais.

2. A gramática normativa

2.1 O conceito de gramática normativa

Todos aqueles que passaram pelos bancos escolares sabem bem reconhecer um instrumento linguístico chamado **gramática**. Assombro² de muitos, terror de outros, a gramática, que nasceu e se desenvolveu com o propósito de ensinar a falar, ler e escrever corretamente, tem, muitas vezes, gerado o efeito oposto: o cerceamento da capacidade criativa e do uso da língua.

Para a gramática³, não podemos “assistir o jogo”, pois o certo é dizer que “assistimos ao jogo”. Também não podemos dizer que “isto é pra mim fazer”, pois o correto, segundo a gramática, seria dizer: “isto é para eu fazer”. Menos ainda pode um garoto dizer ao seu colega que “viu ela na porta da escola ontem”, ao se referir a sua namorada.

Este juízo, que é feito pela gramática, quando quer regular a fala dos indivíduos, e que arbitra sobre o que é certo e errado em matéria de linguagem, restringe o potencial de expressão e de comunicação de uma língua.

Esta atitude da gramática em estabelecer um uso único da linguagem, desconsiderando as outras variedades produzidas pelos falantes da língua, empobrece e cerceia a riqueza da instituição da linguagem. Segundo Leite

2 “A gramática é um enorme bicho-papão na nossa Vida... Pelo resto da vida carregamos dúvidas cruéis sobre o que é, afinal, certo e o que é errado dizer ou escrever... parece que, apesar de tudo que fazemos, os alunos não aprendem esse conteúdo, nem sob gravíssimas ameaças”. (Faraco, 2006:15)

3 Por questões metodológicas adotaremos este sentido de gramática se referindo à gramática ensinada nas escolas, a *chamada gramática escolar* ou *gramática normativa*; a gramática que contém um conjunto de regras a serem seguidas e que estabelece um juízo de certo e errado, com base em um uso monolítico da língua. Adotaremos também a dupla terminologia de *gramática normativa do século XX* e *gramática atual* para nos referirmos ao mesmo conceito de gramática, uma vez que todas as gramáticas normativas do século XX, analisadas neste trabalho, estão disponíveis no mercado editorial atual. Outras terminologias utilizadas na literatura para se referir à mesma gramática são *gramática prescritiva* e *gramática pedagógica*.

(1999:197), esta visão de língua vigorou nas escolas brasileiras até ao menos a década de 70 do século XX:

Durante longo tempo, talvez até a década de 70, muitas instituições ainda adotavam apenas o ponto de vista prescritivista para proceder ao estudo da língua. Isso implicava considerar a língua como objeto monolítico, cuja única vertente estava consolidada nas regras da gramática tradicional.

Contudo, como veremos ao longo deste trabalho, apesar de as ideias linguísticas terem mitigado esta visão, introduzindo uma abordagem que reconhece como legítimas outras variedades de uso, entendemos que o ponto de vista monolítico da gramática normativa ainda atua com muita força em diversas instâncias de nossa sociedade.

Ademais, a gramática normativa opera com conceitos imprecisos e está alicerçada em um conhecimento que pouco incorporou da linguística do século XX, e que tem impedido que haja um avanço neste domínio dos saberes.

Um dos efeitos gerados pelas imprecisões e arbitrariedades com que opera a gramática normativa é a dificuldade de apreensão do seu conteúdo. Segundo Faraco (2006:15), *“parece que, apesar de tudo que fazemos, os alunos não aprendem esse conteúdo, nem sob gravíssimas ameaças”*.

Além disso, os critérios para a definição de norma da gramática são extremamente questionáveis e contraditórios. Os dois critérios que são a base da gramática normativa atual são o uso e a razão⁴. O uso ainda se desdobra no critério da autoridade literária e na frequência deste uso. Portanto, não basta

4 Segundo Camara Jr. (1975:33), *“Do século XVI em diante encontramos gramáticas das línguas modernas combinando a orientação lógica e a intenção do certo e errado”*. O “estudo do certo errado” a que se refere Camara Jr. é o uso da linguagem das classes superiores, ou ainda nas palavras do próprio autor, *“É este tipo de estudo que cria o que, tradicionalmente, chamamos de gramática. Ele não possui gramática significa que o falante em questão não dominou os traços linguísticos mantidos pelas classes superiores como marca do seu status. O estudo da linguagem, sob este ponto de vista, é um estudo sistemático desses traços. Chamemo-lo de O Estudo do Certo e Errado.”* (Camara Jr. 1975:16)

um escritor de renome utilizar certa fórmula gramatical, mas é preciso uma adesão massiva deste uso para que este adquira status de regra canonizada⁵.

Por outro lado, além do critério do uso, a gramática normativa utiliza o critério da “razão” ou da lógica. A “razão” da gramática normativa, em muitos de seus aspectos, na realidade é uma convenção arbitrária assentada em relações entre os termos da sentença e conceitos imprecisos.

Segundo Haury,

As faltas mais frequentes em que se costuma incorrer nas definições e que a lógica tradicional enumera como, por exemplo, a descrição em círculo, a redundância, e a indicação deficiente ou excessiva dos caracteres essenciais, estão presentes nas melhores gramáticas normativas vigentes. (Haury 1983:07)

No que se refere particularmente à teoria gramatical das vozes verbais, impõe-se que na Voz Passiva Sintética (VPS) o verbo sempre deve concordar com o sintagma que lhe acompanha, pois este é sujeito e a regra diz que o verbo sempre deve concordar com o sujeito. Esta regra não está assentada no critério de uso, mas em uma convenção arbitrária que determina as relações de concordância entre os termos de uma oração e ainda impõe um modo único de se analisar o conceito de sujeito. Estes fatos conflitam com a realidade da língua que é dinâmica, complexa e multissistêmica⁶.

5 Com referência à expressão *regra canonizada* ou *cânon/cânone* da gramática normativa reporto-me ao conjunto de regras adotadas pela maioria massiva dos gramáticos normativos da atualidade. Em nosso entendimento, regras como a da não concordância do verbo haver, no sentido de existir, com o sintagma pós-verbal. Desta maneira não podemos dizer *havia muitas pessoas na sala* e sim, *havia muitas pessoas na sala*. Outras regras como a utilização participios abundantes (tinha imprimido e não tinha impresso), constituem parte do cânone gramatical do século XX. Vale ressaltar que este cânone está tão consolidado que o próprio recurso de correção de textos do programa *Microsoft Office Word* aponta como “erros” qualquer desvio que se cometa em relação a estas regras canônicas.

6 Segundo Castilho (2012:69), “A teori multissistêmica funcionalista-cognitivista é definível pelos seguintes postulados: (1) a língua se fundamenta num aparato cognitivo; (2) a língua é uma competência comunicativa; (3) as estruturas linguísticas não são objetos autônomos; (4) as estruturas linguísticas são multissistêmicas, ultrapassando os limites da gramática; (5) a explicação linguística deve ser buscada numa percepção panocrônica da língua.”

Para demonstrarmos o quanto de arbitrariedade, imprecisões terminológicas e fragilidade conceitual contém a teoria da gramática normativa, e que por isto acaba por gerar o efeito contrário ao que se propõe, discorreremos neste trabalho sobre alguns aspectos do tópico das Vozes Verbais na visão da gramática normativa, em contraponto com a visão das teorias linguísticas do século XX e dos estudos construídos ao longo da tradição⁷.

2.2 Gramática normativa e teoria

É importante também frisar que neste trabalho partiremos do pressuposto de que a gramática normativa opera com uma teoria, tanto no sentido mais etimológico⁸ do termo, quanto no sentido mais estrito, ou seja, de que a gramática normativa opera com um sistema de notações, conceitos, definições, na tentativa⁹ de descrever os fenômenos linguísticos. A partir do momento em que a gramática se destacou dos estudos filosóficos¹⁰ e recortou seu objeto de estudo, a língua, criou-se ao menos o embrião da teoria linguística moderna. Além disso, este pressuposto, de que a gramática normativa opera com uma teoria, está fundamentado em farta literatura sobre o tema.

Segundo Britto:

-
- 7 Por tradição queremos nos referir à gramática tradicional (conhecimento construído desde os gregos, passando pela reflexão das gramáticas filosóficas até a gramática histórico-comparada do século XIX). Podemos também entender a diferença entre gramática tradicional e gramática normativa conforme os termos de Bagno (2010:15): “*Faço a distinção entre Gramática Tradicional e gramática normativa usando uma metáfora simples e nada original: a GT é a 'alma' de um 'corpo' chamado gramática normativa.*”
- 8 “*A palavra teorizar vem de teoria, palavra grega que significa mais ou menos 'ponto de vista.'*” (Castilho 2012:42).
- 9 A gramática normativa, na realidade, mais do que tentar descrever os fenômenos linguísticos, prescreve-os.
- 10 “*Assim, a gramática Greco-latina acabou se constituindo como uma tradição (NEVES, 2005), separando-se dos estudos linguísticos, de cunho científico, que estavam por vir e vindo a ser a nossa gramática tradicional de hoje, ensinada e perpetuada nas escolas.*” (Ciríaco 2012:03)

Se é fato que a Gramática Tradicional, em seus primórdios, nos antigos estudiosos gregos e romanos, não distinguia claramente entre o ato descritivo e o ato normativo (e daí decorrer o erro clássico de que fala Lyons), também é fato que, em primeiro lugar, estava a atitude especulativa e curiosa do ser humano de explicar os fenômenos que observava e, neste sentido, ela era evidentemente científica. Tanto que coube a estes gramáticos construir todo um instrumental analítico e um conjunto de categorias linguísticas até então inexistentes e que inspirou os estudos da linguagem por quase 2000 anos. (Britto 1997:31)

Segundo Neto,

De modo geral, as teorias linguísticas contemporâneas só conseguem observar os fenômenos linguísticos filtrados pela teoria da gramática tradicional, incorporando, inconscientemente, os resultados consolidados pela teoria tradicional nas suas próprias formulações teóricas, criando para si problemas desnecessários e chegando muitas vezes a resultados inadequados. (Neto 2013:01)

Ciríaco também defende o estatuto teórico da gramática tradicional:

Mesmo a gramática tradicional, que herdou a tradição Greco-latina desenvolvida há muitos séculos e se separou da linguística no século XIX, também pode ser vista como uma teoria, com aplicações específicas ao estudo da norma. (Ciríaco 2012:09)

Acreditamos por outro lado, que a teoria da gramática normativa não tem o estatuto das teorias linguísticas, conforme nos aponta Bagno (2010)¹¹, por não ter incorporado os procedimentos e atitudes das ciências modernas, tais como a observação da realidade sensível, crítica de metodologias e o exercício da comprovação e refutação de hipóteses.

¹¹ “A GT não aderiu à revolução epistemológica da era moderna, não substituiu seus métodos de argumentação baseados na afirmação das autoridades antigas pelos métodos científicos da observação de dados, da verificação de testagem de hipóteses, de dedução de regras a partir das observações da realidade sensível, de crítica de metodologias, de comprovação ou refutação de hipóteses pela experimentação etc. Como toda ideologia a GT é um 'discurso que pressupõe a grande verdade apriorística' e esse tipo de discurso 'é sempre justificativo, nunca investigativo'”. (Bagno 2010:19)

O fato de a gramática normativa não ter aderido à revolução epistemológica da modernidade faz com que seu conjunto de regras, conceitos e classificações se torne obsoleto. O aparato teórico da gramática normativa está assentado em uma tradição milenar que remonta ao período alexandrino, na Grécia. Segundo Neves (1987:103),

A disciplina gramatical é uma criação da época helenística, a qual representa, em relação à época helênica, não apenas uma diferença de organização política e social (o fim das cidades-estados), mas também o estabelecimento de um novo estilo de vida, um novo ideal de cultura. Especialmente, verifica-se um esforço de pesquisa; reflete-se e exerce-se crítica sobre tudo o que ficara de séculos de criatividade. A atividade cultural se concentra nas bibliotecas e tem em vista primordialmente a preservação, para transmissão, da herança cultural helênica.

Segundo alguns autores, é a gramática de Dionísio o Trácio que servirá de modelo para a posteridade. Para Neves (1987:115),

Dionísio o Trácio foi o verdadeiro organizador da arte da gramática na Antiguidade, dando-lhe uma força que por muito tempo foi definitiva e cujos traços fundamentais ainda hoje podem ser reconhecidos em muitas obras gramaticais do Ocidente.

E para Câmara Jr. (1975:26),

A gramática grega chegou ao seu auge no período helenístico. Suas formulações foram resumidas no pequeno trabalho de Dionísio da Trácia do século II a.C., cuja influência sobre todas as gramáticas subsequentes é incalculável.

A gramática de Dionísio abrigava somente a fonética e a morfologia, conforme citado em Neves (1987:116), não contemplando a sintaxe, que foi posteriormente abordada por Apolônio Díscolo, outro alexandrino que viveu na primeira metade do século II d.C. Após as gramáticas gregas vieram as latinas, que por sua vez foram herdeiras do modelo grego, acrescentando-se a este a seção de retórica e estilística normativa, conforme exposto por Leite (2007:67). É este modelo de união entre as *Technè* gregas e as *Ars* latinas que se costuma chamar de gramática greco-latina.

Portanto, não defenderemos neste trabalho a não validade da gramática tradicional, que representa o conhecimento produzido pela civilização ocidental

e que desembocou do processo de gramatização renascentista descrito por Auroux (2009) e que, segundo o autor, possibilitou às nações europeias o domínio sobre as outras nações.

A posição que defenderemos neste trabalho é a necessidade urgente de atualização da gramática normativa do século XX que se apropriou da teoria construída pela tradição, mas não se atualizou, permanecendo com noções que não se sustentam mais diante das modernas abordagens da linguística.

2.3 A tipologia dos conceitos de norma

Ao discorrermos sobre a gramática normativa, também entendemos ser importante pontuar o conceito de norma. Ainda, apresentaremos as diferentes nomenclaturas existentes, ou ao menos uma parte delas, e em seguida proporemos a adoção de um termo específico para designar o conjunto de regras da língua que todos devem seguir e que são encontradas nas gramáticas normativas.

Temos a proposta de Lucchesi, citada por Bagno (2010:145), com uma classificação tripartite:

Norma padrão: Reuniria as formas contidas e prescritas pelas gramáticas normativas. **Norma culta:** Conteria as formas efetivamente depreendidas da fala dos segmentos plenamente escolarizados, ou seja, dos falantes com curso superior completo. **Norma vernácula:** Padrões linguísticos das classes mais baixas, não escolarizadas, que se oporiam de forma nítida aos padrões das classes média e alta, escolarizadas. (Bagno 2010:145. Grifos nossos)

Entendemos também como Bagno (2010) que os termos *norma culta* e *norma vernácula* abarcam uma heterogeneidade e variabilidade tão grandes que seria mais adequado tratá-los por normas cultas e normas vernáculas, a fim de refletir melhor essa pluralidade sistêmica.

Outra tipologia proposta é a de Mattos e Silva (1995):

Norma normativo-prescritiva, norma prescritiva ou norma-padrão – conceito tradicional idealizado pelos gramáticos pedagogos, diretriz até certo ponto para o controle da representação da escrita da língua, **sendo qualificado de erro** o que não segue esse modelo [...] **Normas normais ou sociais** – objetivas e quantificáveis (?), atuantes nos usos falados das variantes das línguas. São normas que definem grupos sociais que constituem a rede social de uma determinada sociedade. Distinguem-se em geral: **Normas “sem prestígio social”** ou estigmatizadas; **Normas de “prestígio social”** equivalentes ao que se denomina **norma culta**, quando o grupo de prestígio que a utiliza é a classe dominante e nas sociedades letradas, aqueles de nível alto de escolaridade. (Mattos e Silva 1995:14. Grifos nossos)

Temos também a definição Castilho (2012):

Norma objetiva (padrão real) é o uso linguístico concreto praticado pela classe socialmente prestigiada. **Norma subjetiva** (ou padrão ideal) é um conjunto de juízos de valor emitidos pelos falantes a respeito da norma objetiva. **Norma pedagógica** (ou padrão escolar) se ocupa o ensino formal da língua portuguesa, com seus instrumentos de trabalho, a gramática normativa e o dicionário. (Castilho 2012:90-91. Grifos nossos)

Outra definição de norma nos é dada pela teoria de Eugenio Coseriu, com seu trabalho publicado originalmente em 1952: Sistema, norma e fala. Para Silva (2005:22), interpretando a teoria de Coseriu, “[...] **o sistema** é um conjunto de oposições funcionais; **a norma** é a realização coletiva do sistema [...]; **a fala ou falar**, a realização individual-concreta da norma somada à originalidade expressiva do indivíduo falante.” A diferença entre a norma-prescritiva e a norma na teoria de Coseriu, nas palavras de Mattos e Silva (1995) é que:

Na comprovação da norma como a define, a referência é **ao como se diz** e não ao **como se deve dizer**, que é a forma de comprovação corrente para o conceito de norma prescritiva. Assim a **norma normal** se adianta à **norma 'correta'** e é anterior à codificação dela. (Mattos e Silva 1995:22)

Deste modo, de um lado tem-se a norma que é o uso (*como se diz*) concreto da língua por uma comunidade. De outro lado, temos a norma prescritiva que é o *como se deve dizer*.

Nosso ponto de vista, contudo, se coaduna com o de Bagno (2010), que dissocia o conceito de “norma” (o que é imposto) do conceito de *variedade*, utilizado pela sociolinguística para se referir ao uso real da língua. Também entendemos que é mais apropriado se referir à “norma” como uma regra a ser seguida e não como um uso real da língua.

Por outro lado, a realização real dos usos linguísticos de uma coletividade é vasta e variada demais para falarmos em “norma” no singular. Portanto, o termo que realmente nos parece mais adequado, para se referir aos usos reais da língua por determinada comunidade é o de *variedades*.

Por fim, registramos o conceito de **norma-padrão** que adotaremos neste trabalho, com base na literatura acima citada. **Norma-padrão** é o uso da língua conforme prescrito na gramática normativa e por **gramática normativa**¹² entendemos o livro, manual, tratado, compêndio ou similar, que apresente um conteúdo constituído de um conjunto de regras que prescrevem apenas um único uso linguístico, monolítico, unívoco e inquestionável.

2.4 Normativismo e Purismo

Como já foi dito anteriormente, a gramática normativa constrói seu discurso com base no uso monolítico da linguagem, ou seja, impõe ao usuário da língua uma regra que determina que só existe uma possibilidade de uso legítimo das expressões. Como por exemplo, o falante do português brasileiro só poder dizer que *havia muitas pessoas naquela festa* e não poder dizer que *havam muitas pessoas naquela festa*.

¹² Vale ressaltar que temos ciência de que a gramática normativa não é apenas um conjunto de regras linguísticas que devem ser seguidas. Conforme já mencionado anteriormente, esta gramática é herdeira da gramática tradicional e opera com uma teoria, contudo, pretendemos aqui enfatizar o conteúdo do caráter prescritivo da gramática normativa.

Para entendermos como se construiu esta ideia de uso único da língua¹³, faremos uma breve contextualização na noção de normatividade que se iniciou na Grécia, já com o nascimento das primeiras gramáticas, e se intensificou com o processo de gramatização¹⁴ ocorrido na Europa renascentista.

Poderíamos sintetizar a noção de normativismo linguístico como uma atitude que impõe regras que devem ser seguidas, sob pena de se sofrer desde preconceito, intolerância até a reprovação social.

Segundo Faraco,

[...] entendemos por normativismo a atitude diante da norma padrão que não consegue apreendê-la como apenas uma das variedades da língua, com usos sociais determinados. Em consequência, toma-a como um monumento pétreo (invariável e inflexível) e condena como erro todas as formas que não estão de acordo com aquilo que está prescrito nos velhos manuais de gramática. (Faraco. 2006:21)

Faraco também aponta para a contradição da origem do normativismo da gramática portuguesa e ainda para seus efeitos nefastos no ensino da língua:

Quando se tratou de organizar, a partir do século XV/XVI, o ensino da língua vernácula, foi o modelo pedagógico medieval que se tornou a referência. Quer dizer: transferiu-se para o ensino de língua materna uma metodologia que servia para o ensino de uma língua artificial. Se pensarmos que o processo de fixação da norma padrão, nos países latinos, foi artificializante (i. e., o modelo de língua escolhido sempre teve características arcaicas), não é estranho que, naquele momento, se tenha adotado precisamente aquela metodologia. Afinal, estava-se ensinando uma variedade artificial da língua. Com isso, os vícios pedagógicos do normativismo e da gramatice se

13 Por uso único da língua queremos dizer o conjunto de regras apresentadas na gramática normativa que opera com a noção de certo e errado. Deste modo, não podemos dizer *havia* pessoas naquela sala, *assistimos* o jogo ou *isto é para mim* dizer, pois estes usos são considerados errados pela gramática normativa. Só nos resta então o uso único das seguintes possibilidades: *havia* pessoas naquela sala, *assistimos* ao jogo e *isto é para eu* dizer.

14 Por gramatização devemos entender, segundo Aurox (2009:65), “o processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. Por outro lado, uma língua é gramatizada “quando podemos falá-la (ou lê-la), em outras palavras, aprendê-la (em um sentido suficientemente restrito) com a ajuda apenas dos instrumentos linguísticos disponíveis.” (Aurox 2009:76)

espraiaram pelo ensino de língua materna e estão conosco até hoje. (Faraco, 2006:21)

Desse conceito de normativismo se aproxima também o conceito de purismo definido por Câmara Jr (1977. Apud Leite 1999:40):

Purismo – atitude de extremado respeito às formas linguísticas consagradas pela tradição do idioma, que muitas vezes se assume na língua literária; a língua é considerada à maneira de uma água cristalina e pura que não deve ser contaminada [...] Essa atitude, adotada rigidamente, cerceia a capacidade expressiva.

A noção de normativismo está também intimamente ligada à noção de erro linguístico, ou solecismo. Câmara Jr. (1975) chama esta atitude normativa de “O estudo do Certo e Errado”, ou ainda o estabelecimento da imposição de apenas um modo “correto” de falar e escrever, e que surge correlacionado à noção de classe social:

Numa sociedade estruturada de maneira complexa a linguagem de um dado grupo social reflete-o tão bem quanto suas outras formas de comportamento. Deste modo, essa linguagem vem a ser uma marca desse status social. As classes superiores dão-se conta desse fato e tentam preservar os traços linguísticos pelos quais se opõem às classes inferiores. Tais traços são considerados corretos e passa a haver um esforço persistente para transmiti-los de geração em geração. Esta atitude cresce em intensidade à medida que o impacto das classes inferiores se torna cada vez maior. O estudo da linguagem surge a fim de conservar-se inalterada a linguagem correta das classes superiores em seu contato com os outros modos de falar dentro dessa sociedade. É este tipo de estudo que cria o que, tradicionalmente, chamamos de gramática. Ele não possui gramática significa que o falante em questão não dominou os traços linguísticos mantidos pelas classes superiores como marca de seu status. O estudo da linguagem, sob este ponto de vista, é um estudo sistemático desses traços. Chamemo-lo de O Estudo do Certo e Errado. (Câmara Jr. 1975:16)

Vale ressaltar que há uma confluência e até sobreposição semântica entre os vários termos vinculados à noção de normativismo. *Solecismo, erro/acerto, norma, gramática, purismo*, compartilham a ideia geral do uso monolítico da linguagem. Para Câmara Jr.(1975), tanto a gramática grega quanto a latina sempre difundiram a noção do erro:

A gramática grega, com base na filosofia, ou melhor, na lógica e seguindo uma nítida orientação do certo e errado (visando impor o dialeto ático) abrange a fonética com uma classificação dos sons da língua grega e do estudo do acento ao lado do estudo do vocábulo e da oração. (Câmara Jr. 1975:26)

E ainda,

A gramática latina vinha tentando, incessantemente, manter o latim clássico em face da fala plebéia e da fala provinciana das populações heterogêneas. A abordagem do “certo e errado” estava sempre em jogo e aumentava seus esforços à medida que as forças contra o latim clássico tornavam-se mais poderosas. (Câmara Jr. 1975:28)

Câmara Jr. (1975) aponta para algumas obras como a do retórico Quintiliano, no século I de nossa era, a gramática normativa de Donato de meados do século IV d.C., e a obra do gramático latino Varrão, que viveu no século II a.C., sendo esta última, segundo o autor, uma das mais importantes para a difusão da noção do solecismo:

Em outros trabalhos, hoje desaparecidos, De Sermone Latino, Varrão estabeleceu os fundamentos da “latinidade” como sendo *natura, analogia, consuetudo* e *auctoritas*, isto é, a natureza da linguagem, as regularidades da gramática (como evitar exceções), o uso firmado e a autoridade de personalidades importantes, principalmente os grandes escritores. Vale a pena notar que tal visão ainda está viva na **abordagem do “certo e errado”** (Câmara Jr. 1975: 28. Grifos nossos)

Na Idade Média, segundo Câmara Jr. (1975), o surgimento das línguas vernáculas contribuiu para intensificar o caráter normativo das gramáticas, “*a fim de conservar o latim puro como língua universal de cultura acima daquelas vernáculas.*” Os tratados de Donato e Prisciano se tornaram os modelos para o ensino da gramática latina e a obra do francês Alexandre de Villedieu, do século XII, foi “*a mais completa expressão da gramática latina normativa*”. (Câmara Jr. 1975:30)

Passando pelo surgimento das gramáticas das línguas vernáculas, a partir do século XV, o desenvolvimento dos conteúdos gramaticais mesclou a

orientação lógica¹⁵ e a orientação normativa (o estudo do certo e errado), seguindo este curso até os dias de hoje.

Da passagem da Idade Média para o Renascimento é que adentramos ao período efetivamente da gramatização. Há uma profusão e difusão de gramáticas a partir do século XV de modo que, para Auroux (2009:37), este período representa um corte histórico; diz o autor:

Não há, entretanto, nada de comparável, quantitativa e qualitativamente, ao processo que se dá no final do século XV a partir das línguas que vão daí para frente dominar a história da Europa [...]

Auroux registra então uma lista de 36 línguas, inclusive algumas não oriundas da família indo-européia, como o Basco, que realizam este processo de gramatização das línguas da Europa, pelo qual foram elaboradas gramáticas e dicionários do final do século XV até o início do século XIX.

É neste contexto histórico e cultural que irá se intensificar a idéia de *norma* que perpassa e às vezes até se confunde com o conceito de gramática.

É importante destacar que não estamos aqui falando da “norma-língua” a que se refere Leite (2007:23):

A língua é uma norma porque é um fato social. A idéia de que o fato social é pleno de normatividade é corroborada por Vilanova, filósofo do direito, quando, ao tratar de estruturas lógicas, afirma: “não há fato social sem normatividade”. Logo, sendo a língua um fato social, um objeto cultural, é por natureza normativa, no sentido de sua atualização ser, obrigatoriamente, do modo esperado, ou seja, do modo como todos os falantes a realizam historicamente.

Sabemos que para que haja a comunicação entre os indivíduos de uma sociedade é necessário o compartilhamento de signos comuns e, portanto, de

¹⁵ *A necessidade de tornar a linguagem um instrumento eficiente para o pensamento filosófico e de disciplinar o pensamento através do disciplinamento da linguagem dá lugar a um tipo de estudo, híbrido, filosófico e linguístico ao mesmo tempo, a que os gregos chamaram de lógica...Este tipo de estudo combina-se com o Estudo do Certo e Errado e empresta um colorido científico à orientação linguística das classes superiores.* (Câmara Jr. 1975:18)

uma norma geral que norteie este conhecimento compartilhado. A norma a que nos referimos é de outra ordem. É a norma¹⁶ que é o conteúdo das gramáticas normativas, também chamadas de gramáticas escolares. Esta norma não é social, no sentido de que não é compartilhada naturalmente pelos usuários da língua, mas se estabelece como uma imposição. É este caráter impositivo da norma que é extremamente nocivo ao uso livre e pleno das capacidades linguísticas dos indivíduos. Enquanto a norma considerada como fato social enriquece as relações humanas, a norma-prescritiva cerceia a criatividade e restringe o potencial humano da comunicação.

Ademais, após o advento dos estudos sociolinguísticos (principalmente com os estudos de William Labov na década de 1970), não há mais como defender a superioridade de uma norma utilizada por uma elite e a norma utilizada pelas classes mais baixas da população:

Labov declarou não haver deficiência linguística, mas diferença linguística, provocada por fatores contextuais, que vão da situação de comunicação até a origem geográfica do falante. Essa diferença implica a existência de um dialeto padrão e dos dialetos não-padrão com o mesmo valor linguístico. Isso quer dizer que os dialetos não-padrão, ou populares, têm seu próprio sistema de regras, isto é, as diferenças entre o padrão e o não-padrão são sistemáticas e regulares. Ficou claro, então, que a desvalorização dos dialetos populares não era linguística, mas social. Isso permitiu aos professores entenderem que **ambos os dialetos são perfeitos para a comunicação e que o dialeto do aluno deve ser respeitado e preservado.** (Leite 1999: 199. Grifos nossos)

É, portanto, esta natureza restritiva da gramática normativa que entendemos que deve ser revista, a fim de que seu conteúdo atinja o fim proposto e não o efeito contrário.

2.4.1 Os problemas do corpus de exemplos

¹⁶ Norma pedagógica (ou padrão escolar) se ocupa o ensino formal da língua portuguesa, com seus instrumentos de trabalho, a gramática normativa e o dicionário. Castilho (2012:90-91)

O problema do normativismo lingüístico, além da crítica que já sofreu por parte da sociolinguística, é que seu discurso se ergue sobre a frágil base de seu *corpus* de exemplos.

Uma questão central quando se fala do corpus de exemplos da gramática normativa é que a própria lógica da GN engendrada, baseada nos exemplos, volta-se contra ela própria. Não podemos falar de corpus sem falarmos de um recorte que segue critérios subjetivos. A GN tem construído seu modelo de exemplos a serem seguidos com base em exemplos forjados pelos próprios autores e a partir do século XVIII terá como referência a literatura.

Mas a gramática portuguesa não se voltou para esse corpo literário e demorou muito para alterar seu paradigma de exemplificação. Configurado durante séculos; por, principalmente, exemplos forjados pelo próprio autor (ou colhidos da prática linguística, como foi o caso de Fernão de Oliveira). Somente no século XVIII a gramática passa a utilizar exemplos literários, como brevemente será historiado a seguir. (Leite, 2007:253)

Os problemas que surgem ao se eleger os escritos literários como fonte de exemplos para a construção das regras gramaticais são de algumas ordens:

1. A literatura é uma linguagem particular que difere da linguagem escrita de outros gêneros discursivos como os textos jornalístico, técnico, diplomático, burocrático, acadêmico, etc.
2. Sendo a literatura uma escrita criativa, ela acaba por gerar os chamados estilos dos autores que por sua vez geram diferentes formas de expressão linguística. Como, então, estabelecer um critério para selecionar alguns autores e preterir outros?
3. Tomando a GN a linguagem escrita como modelo para a fala, exclui-se deste modelo a língua falada, o que contraria a própria definição tradicional de gramática: a arte de falar e escrever corretamente.

Parece-nos que a questão principal é a de como construir um padrão a partir da heterogeneidade dos estilos entre autores e também a

heterogeneidade de escrita no texto de um mesmo autor. A GN responde¹⁷ que além da seleção de um autor de prestígio há o critério da frequência. Mas seguindo este raciocínio poderíamos inferir que é a própria GN que gera ou mantém seus próprios exemplos. A partir do momento em que se instaura a tecnologia da gramática, esta passa a monitorar e impor um padrão de linguagem. Após o advento da gramatização das línguas vernáculas europeias, a frequência passa a ser engendrada pela própria gramática. Não há uma regra baseada em uma lógica sintática, morfológica, fonética, ou ainda calcada no próprio uso e sim baseado na própria imposição de uma norma.

Outra questão problemática que a GN apresenta é que ela faz a defesa de suas regras baseada em um corpus de exemplos muito limitado, que se repete entre as obras dos diversos autores e acaba por limitar a análise dos fenômenos linguísticos em toda a sua complexidade.

Este fato ocorre, não somente entre gramáticas da mesma língua, mas até entre gramáticas de línguas diferentes. Segundo Aurox (2009:67), “*os exemplos beneficiam-se de uma espantosa estabilidade no tempo; nós os reencontramos por um procedimento de tradução, de língua a língua*”.

Deste modo, a gramática normativa ao tomar como referência um limitado *corpus* da língua escrita, para regular a fala dos indivíduos, destoa da própria dinâmica e realidade da língua.

2.4.2 O problema da fixação da língua

Outro problema, a nosso ver talvez um dos maiores, com que se defronta a GN é o fato de pretender fixar a língua, ou seja, de prescrever um uso único da linguagem. Este ideal é utópico e impossível. Não precisamos remontar a

¹⁷ Bechara (2005) ao enunciar a regra de não concordância do verbo haver, no sentido de existir, com o sintagma nominal que o acompanha, diz que, apesar de haver exemplos na literatura contrários à regra da GN, como são exemplos que aparecem raramente, então não podem modificar a regra: “*Os exemplos literários que se encontram de tais verbos no plural não ganharam foros de cidade.*” Bechara (2005:562)

Camões – basta compararmos a linguagem de Machado de Assis e de seus coetâneos para percebermos que a língua muda. Vale observar que na época de Machado a língua portuguesa já possuía uma tradição normativa de 300 anos. Portanto, nem com o advento da gramatização se conseguiu fixar o idioma.

A título de exemplo, podemos citar que no século de Machado de Assis utilizava-se para a expressão de futuridade a perífrase do verbo haver+preposição +verbo no infinitivo. A seguinte sentença, retirada do *corpus* de exemplos de um estudo sobre fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19 (Lopes 2005:88), seria estranhíssima, proferida por um falante brasileiro do século XXI: “*Conto que hão de escrever-me...*”.

O mesmo estudo revela que o pronome de tratamento Vossa Mercê ainda era utilizado:

Lopes e Duarte (2003,2004) e Silvia e Barcia (2002) verificaram que a forma Vossa Mercê era empregada nos séculos XVIII e XIX para manter distanciamento entre emissor-receptor. Rumeu (2004), por seu turno, identificou, principalmente no século XIX, a presença de Vossa Mercê na documentação não-oficial. (Lopes 2005:47-48)

A despeito do grande esforço e da difusão da norma pelos diversos meios que circula, uma boa parte das regras não é seguida pela maioria dos falantes, inclusive os considerados falantes cultos. Ninguém “assiste ao jogo” hoje em dia.

Para Possenti (1996:39), “[...] *devemos considerar formas como 'assistir ao jogo' como arcaísmos e, conseqüentemente, formas como 'assistir o jogo' como padrões, 'corretas'*”.

O verbo haver, no sentido de existir, é pluralizado constantemente. Na voz passiva sintética, a partícula SE dificilmente é lida como apassivadora, mas como índice de indeterminação do sujeito, conforme se verá ao longo deste trabalho, mantendo-se o verbo no singular quando o sintagma nominal que o acompanha está no plural.

Estes fatos mostram que, apesar da existência do controle e do monitoramento da norma, esta se enfraquece diante da força do uso, que predomina e que faz com que a norma se torne distante da língua real.

Não é gratuitamente que até um gramático, Gladstone Chaves de Mello, reconhece a utopia da norma:

Ninguém ignora que a gramática está em crise. Tanto abusaram dela, tanto a maltrataram, tanto inventaram regras, tanto complicaram as definições, tanto multiplicaram as divisões e subdivisões, tanto a distanciaram da língua, que muitos, quase todos, fugiram espavoridos. (apud Dutra 2003: 26-27)

Portanto, a ideia de fixação de uma língua através do estabelecimento de rígidas normas é, além de contraproducente, antinatural.

2.4.3 Preconceito Linguístico

A ideia deste uso único da linguagem, o *bon usage*, o uso modelar da língua, além de cercear a capacidade de expressão linguística dos indivíduos gerou outro malefício: o preconceito linguístico.

O preconceito linguístico é praticamente um corolário das noções de purismo e normativismo. Quando se estabelece a referência de um ideal purista, seja religioso, seja linguístico, automaticamente se abre a possibilidade de se rejeitarem as crenças ou usos contrários. Se examinarmos a questão sob um certo ponto de vista, percebemos que assim como cada indivíduo é livre para escolher sua própria religião, também é livre – ou deveria ser – para se expressar.

Portanto, se alguém rejeita a religião do outro, utiliza-se de uma lógica que se volta contra si própria, pois possibilita ao outro a mesma atitude de rejeição. Com a língua se dá o mesmo. Ocorre que, por razões antropológicas¹⁸ e ou

¹⁸ “Os antropólogos apontam a norma com um fator de aglutinação social, argumentando que ela resulta das forças coletivas que cobram certa fidelidade de seus membros aos diferentes produtos culturais, entre os quais ressalta a língua”. (Castilho 2012:90)

sociológicas, as sociedades, do mesmo modo que se dividem em classes sociais, criando sinais distintivos para marcar esta divisão, também estigmatizam as diferentes variedades linguísticas de acordo com a posição hierárquica que ocupam nesta sociedade. Desta feita, a classe de maior poder econômico tende a impor seu modelo de expressão como marca distintiva de posição social.

Ora, uma coisa é marcar as diferenças de classes através de hábitos ou usos, outra é querer impô-los.

Quando falamos de imposição estamos falando de restrição de liberdade, e é exatamente aqui que reside o ponto nevrálgico e mais problemático da lógica com que opera a gramática normativa.

Uma coisa é apontar para as diferentes possibilidades de uso da língua, outra é, não somente reduzir a fala de uma comunidade a uma única norma, mas não considerar que existam usos que possam ser mais adaptados a um determinado grupo de falantes de uma língua. Vale ressaltar que a GN, na maior parte de seu conteúdo, não aponta para esta possibilidade, mas se autoelege como agente monopolizador de um único registro linguístico. Esta atitude é restritiva da liberdade e, portanto, perniciosa ao uso pleno e criativo das expressões de nossos sentimentos e pensamentos.

Ademais, sabe-se que a língua não é uma entidade estática, mas se modifica ao longo do tempo. Não precisaríamos nem recorrer aos estudos da sociolinguística para fazer esta constatação. É só cotejarmos as cantigas do português medieval com o português europeu ou o português brasileiro atual, para verificar esta propriedade das línguas.

Não obstante todas estas considerações, a atitude da gramática normativa é preconceituosa com relação ao uso da língua. Este preconceito linguístico é definido por Leite (Apud Marcondes 2008:124) deste modo:

A discriminação silenciosa e sorrateira que o indivíduo pode ter em relação à linguagem do outro é um não gostar, um achar feio ou errado um uso (ou uma língua), sem a discussão do contrário, daquilo que poderia configurar o que viesse a ser bonito ou correto. É um não-gostar sem ação discursiva clara sobre o fato rejeitado.

Deste modo, esta atitude do preconceito linguístico, que está impregnada na lógica (um achar errado um uso ou uma língua) com a qual opera a gramática normativa, deve ser discutida, propondo-se a sua superação.

2.5 Gramática e ensino

No início de nossa vida escolar, dentre as diversas disciplinas que nos são apresentadas, temos o estudo da língua portuguesa. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais¹⁹, o objetivo desta disciplina seria o de propiciar ao aluno o domínio da língua escrita e oral, sendo este domínio a condição necessária para sua participação efetiva na vida em sociedade. Para se atingir este fim, a escola necessita de alguns instrumentos como o livro didático, o dicionário e a gramática escolar, sendo este último o tema de nossa dissertação.

No contexto brasileiro, a gramática normativa, que vinha sendo ensinada nas escolas com total prestígio e validade, sofreu seu primeiro golpe com o Relatório da Comissão Nacional, intitulado Diretrizes para o Aperfeiçoamento do Processo Ensino/Aprendizagem da Língua Materna, constituída pelo Decreto Nº 91.372, de 26 de junho de 1985, publicado em janeiro de 1986, onde se lê:

CONSIDERANDO a necessidade de se reexaminar o ensino da língua materna, principalmente em face das diversas variantes de seu uso, nos extensos limites geográficos brasileiros; CONSIDERANDO que o prestígio do processo de aprendizagem da língua ensejará o hábito da leitura, instrumento indispensável ao acesso dos valores culturais Decreta: Art. 1º - Fica instituída Comissão Nacional que deverá propor diretrizes para o reexame dos processos do ensino-aprendizagem da língua portuguesas.

¹⁹ Os Parâmetros Curriculares Nacionais são o documento oficial do Governo Brasileiro que serve de alicerce para construir os conteúdos da vida escolar, portanto, são *o instrumento útil no apoio às discussões pedagógicas em sua escola, na elaboração de projetos educativos, no planejamento das aulas, na reflexão sobre a prática educativa e na análise do material didático*. (Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. 1997: Prefácio ao professor)

Segundo Paixão de Sousa (2012) o texto das Diretrizes é apontado como uma ruptura na política linguística brasileira:

O documento de 1986 pode ser considerado um divisor de águas por ser o primeiro texto das instâncias oficiais brasileiras na esfera da educação a reconhecer as variantes sociais no português falado no país. (Paixão de Sousa 2012)

Na década de 1990, também houve a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais²⁰, na tentativa de identificar as causas do baixo desempenho dos alunos na disciplina de língua portuguesa. Este documento já apontava para a dificuldade da escola em ensinar aos alunos a escrita e a leitura. Entendemos que apontar uma causa única para o fenômeno complexo da aprendizagem seria adotar uma visão reducionista do problema. Por outro lado, entendemos que a gramática normativa tem contribuído com uma parcela para se criar dificuldades no processo de aprendizagem de escrita e leitura. Para sustentar este argumento tentaremos demonstrar ao longo deste trabalho, no que se refere a aspectos do tópico das vozes verbais, que a gramática escolar opera sob uma lógica e princípios contraditórios que acabam muitas vezes por confundir o aluno, gerando um efeito contrário ao proposto. Em vez ser um instrumento para o aprendizado da língua, acaba por se tornar um instrumento de repressão, de controle e de cerceamento do uso pleno das capacidades de expressão do indivíduo.

Segundo Haury,

Na verdade nossas gramáticas normativas atestam tal diversidade de conceituação dos fatos gramaticais e consequente multiplicidade de análise, que, estudadas em confronto, levam não ao conhecimento profundo e objetivo da estrutura e funcionamento da língua, mas a uma tendência ao partidarismo fanático e pernicioso por esse ou aquele autor, a

²⁰No ensino fundamental, o eixo da discussão, no que se refere ao fracasso escolar, tem sido a questão da leitura e da escrita. Sabe-se que os índices brasileiros de repetência nas séries iniciais — inaceitáveis mesmo em países muito mais pobres — estão diretamente ligados à dificuldade que a escola tem de ensinar a ler e a escrever. (Parâmetros 1997:19)

um posicionamento multifacetado de opiniões que só tem colaborado para o seu descrédito. (Haury 1983:02)

Deste modo, identificamos basicamente dois problemas centrais no conteúdo das gramáticas normativas:

1. Estabelecem um uso linguístico único, unívoco e monolítico, descartando todas as outras variedades de uso da língua natural.
2. Operam com conceitos frágeis e conflitantes, gerando um antidiadatismo no aprendizado da língua.

Outro ponto importante a destacar é a questão em torno das causas da “engessabilidade” do conteúdo das gramáticas normativas. Considerando que a disciplina gramatical foi fundada há mais de dois mil anos e erigida sobre bases estritamente pedagógico-prescritivas, e permaneceu até o momento isolada das influências das ciências positivas do século XIX, toda a polêmica em torno da validade da gramática normativa gira em torno desta questão, ou seja, da impermeabilidade da disciplina gramatical frente ao pensamento científico, ou ainda, segundo as palavras de Paixão de Sousa (2012), sobre o trabalho gramatical tradicional realizado na escola, *“Este trabalho foi inventado para funcionar em cima de certezas: rótulos de sólida reputação desde a antiguidade clássica com os quais devemos poder organizar e categorizar a língua e seus elementos”*. Ora, em nosso entendimento, já há muito deveríamos ter ultrapassado a “fase de transição” inaugurada no Brasil com o marco legal das Diretrizes de 1986.

Se por um lado, o relatório conclusivo do texto das Diretrizes de 1986 abriu espaço para a aceitação de outras “normas” ou variedades da língua portuguesa como formas legítimas de expressão da comunicação do indivíduo, por outro lado, as gramáticas normativas ainda continuam a perpetuar uma norma-padrão obsoleta, que não corresponde à realidade linguística dos falantes do português brasileiro. Não faz sentido imputarmos como erro o uso das seguintes expressões:

- (01) Havia muitas cadeiras naquela sala.
- (02) Ele assistiu o jogo.
- (03) Vende-se casas.
- (04) Ela tinha pago a conta.
- (05) Eu lembrei de fazer a tarefa.
- (06) Esta conta é pra mim pagar.

Entendemos que o fato de a norma-padrão ainda não ter incorporado estas expressões como legítimas está ligado a este caráter impermeável, herdeiro da uma tradição milenar, mas que necessita de urgente atualização.

2.5.1 O antididatismo da gramática

“A gramática é um enorme bicho-papão na nossa Vida[...]Pelo resto da vida carregamos dúvidas cruéis sobre o que é, afinal, certo e o que é errado dizer ou escrever[...] parece que, apesar de tudo que fazemos, os alunos não aprendem esse conteúdo, nem sob gravíssimas ameaças. (Faraco, 2006:15)

Uma questão que está registrada na crítica feita pelos linguistas à gramática normativa é a dificuldade de entendimento dos conceitos gramaticais por parte dos alunos. Segundo Faraco (2006), “*parece que, apesar de tudo que fazemos, os alunos não aprendem esse conteúdo, nem sob gravíssimas ameaças*”. A gramática normativa não tem sido apenas um “bicho-papão”, mas um fantasma que assombra a vida do falante do português brasileiro, ao longo de sua vida estudantil, depois em vida profissional, e também em momentos de sua vida pessoal, em contextos em que é obrigado a demonstrar se domina ou não as regras da ortodoxia gramatical.

No testemunho de Possenti (1996), até mesmo os alunos dos cursos de Letras em uma das melhores universidades do país não sabem gramática. Em uma discussão sobre a necessidade ou não de se incluir no currículo de Letras a disciplina de gramática normativa em sua universidade, Possenti comenta:

...achávamos que ensinar mais gramática tradicional era de certa forma inútil, dado que até nossos privilegiados alunos

ainda achavam que deveriam ter aulas da matéria, após cerca de dez anos de estudo!...Outros insistiam que não sabiam gramática e que deveriam aprendê-la para poder ensiná-la nas escolas. (Possenti 1996:8)

Parece-nos aqui que uma dificuldade enfrentada por tão extensa parcela de nossa sociedade não se deva a questões meramente econômica ou de classe social, uma vez que até os diplomados em curso superior enfrentam a mesma dificuldade que os indivíduos menos escolarizados. Este sintoma — o da grande dificuldade de compreensão da disciplina de gramática — nos parece ser muito mais revelador da fragilidade, da confusão conceitual e do dogmatismo que permeia a gramática normativa do que o efeito de qualquer causa de outra natureza. A arbitrariedade das regras afeta e prejudica a didática, conforme o depoimento de Dutra:

Afirmar que uma frase como 'A menina machucou-se toda' é melhor que 'A menina se machucou toda', ou que são erradas as construções 'Deixa eu ver', 'Fiz ele entrar', não só reflete um total desconhecimento dos mecanismos linguísticos responsáveis pelas mudanças na gramática de uma língua, como também em nada contribui para o estudo e a eventual compreensão da importância do falante na formação e no desenvolvimento da gramática de sua língua. (Dutra 2003:28)

O argumento do antiditadismo da gramática normativa também é reforçado com o testemunho dos próprios autores que construíram a tradição gramatical de língua portuguesa.

Ao longo de quatro séculos, desde a primeira gramática portuguesa até o final do século XIX, verificamos que a publicação de uma nova gramática correspondia à desvalorização dos trabalhos dos gramáticos anteriores.

Vejamos então o que dizem alguns gramáticos sobre a construção do saber gramatical. Para Antonio José dos Reis Lobato (1837),

João de Barros “não dá perfeita idéia do que é Grammatica”. Amaro de Roboredo, em seu tratado de syntaxe, “tem muitos defeitos, por querer regular quase em tudo a Syntaxe

Portuguesa pela Latina.” Da Arte do Padre Bento Pereira, “por ser escrita em lingua latina” e por serem “innumeraveis os erros deste Author. A obra de Jerônimo o Contador de Argote, apesar de que “se não achão na verdade tantas imperfeições, como se encontram nos sobreditos Grammaticos”, este também comete erros em vários aspectos de sua gramática e “tem muitas regras falsas por seguir ao jesuíta Alvares”. (Lobato 1837:12-13)

Vale destacar que a gramática de Antonio José dos Reis Lobato foi a primeira gramática de língua portuguesa a ser oficialmente adotada no ensino, conforme o disposto no alvará régio de 11 de setembro de 1770:

Sou servido ordenar , que os Mestres da lingua Latina , quando receberem nas suas Classes os discípulos para lha ensinarem , os instrução previamente por tempo de seis mezes , «e tantos forem necesarios para a instrucção dos Alumnos, na Grammatica Portuguesa, composta por Antonio José dos Reis Lobato, e por Mim approvada para o uso das ditas Classes , pelo methodo , clareza , e boa ordem , com que he feita.

Há também a crítica feita por Jerônimo Soares Barbosa:

Porém, deixada pelos filósofos nas mãos de homens ou ignorantes, ou pouco hábeis, se reduziu a um sistema informe e minucioso de exemplos e regras, fundadas mais sobre analogias aparentes, que sobre a razão, a quem só pertence inquirir e assinar as verdadeiras causas da linguagem e segundo elas ordenar a Gramatica de qualquer língua particular. **Daqui nasceram todas estas artes enfadonhas da gramática latina, cheias de mil erros, e de tantas exceções, quantas são as regras.** O que tudo repetido e copiado cegamente, de idade em idade, sem nunca ter sido submetido a exame, sem o mesmo também foi servilmente aplicado às Gramáticas das línguas vulgares. (Barbosa 1822:X-XI. Grifos nosso)

E ainda, Barbosa, ao se referir especificamente à tradição da gramaticografia de língua portuguesa, diz:

Mas todas essas gramáticas além de muitos erros e defeitos particulares, que nos seus lugares notarei, tem o comum de serem uns sistemas meramente analógicos, e fundidos todos pela mesma forma da gramática latina. (Barbosa 1822:XI)

Para Francisco Solano Constâncio, falando da mesma tradição, no proêmio de sua gramática:

Desta exposição se segue que para bem conhecer a origem e caracter da lingua portugueza, não basta recorrer ao latim classico ; he indispensavel examinar o que nella he tirado do idioma ou idiomas que a aparentão com o latim, mãi commum d'elles e d'ella. Por ignorarem esta verdade, ou por não attenderem a ella, se com effeito a conhecêrão, **tem os nossos grammaticos commettido tantos erros na orthographia e syntaxe da nossa língua [...]**(Constâncio 1855. Grifo nosso)

E para Júlio Ribeiro (1881), no prefácio da 2^o edição de sua gramática:

As antigas grammaticas portuguezas eram mais dissertações de metaphysica do que exposições dos usos da lingua. Para afastar-me da trilha batida, para expôr com clareza as leis deduzidas dos factos e do fallar vernaculo, não me poupei a trabalhos. Creio ter ferido o meu alvo. (Ribeiro 1881:I. Grifo nosso)

Os testemunhos dos gramáticos de nossa tradição apenas evidenciam a fragilidade do modelo teórico sobre o qual está assentada a gramática normativa. Por sua vez, essa fragilidade se desdobra no ensino da disciplina gramatical. Deste modo, aperfeiçoar este modelo, tornando-o mais didático e mais compreensível ao alunato, é um imperativo.

2.6 A influência da gramática normativa

Alguns estudos apontam para o fato de que tem havido uma diminuição da influência da gramática normativa na disciplina de português da rede oficial de ensino.

Segundo algumas conclusões a que chegou o estudo de Neves (2010), realizado em 1990, ao analisar um grupo de 170 professores da rede oficial de ensino de quatro cidades do Estado de São Paulo, “*o ensino da gramática*

normativa foi em grande porcentagem substituído pelo ensino da gramática descritiva” (Neves 2010:47).

Em nosso entendimento, essa afirmação deve ser relativizada, não somente pela dificuldade de medição destes dados como pela constante resultante das forças que atuam na sociedade para a imposição e manutenção das normas como base da formação linguística de uma comunidade.

Por outro lado, na mesma pesquisa, Neves (2010:48) aponta para o fato de que “os professores substituíram o ensino da gramática normativa pelo da gramática descritiva, mas conservam a ideia de que a gramática poderia (ou deveria) servir para subsidiar um 'melhor' desempenho linguístico dos alunos”. Além disso, há uma pressão por parte dos pais dos alunos a cobrarem dos professores a manutenção do ensino da gramática normativa:

O inevitável 'mau desempenho' da maioria dos alunos é muito mais facilmente atribuído pelas famílias a um 'mau desempenho' do professor se ele não fez registrar nos cadernos dos alunos uma exercitação e/ou uma teorização dos fatos e das regras gramaticais. (Neves 2010:48)

O mesmo estudo já faz a relativização da ideia de substituição da Gramática Normativa pela descritiva quando diz:

O professor sabe que, para a família de um aluno que 'escreva mal', ele será mais culpado se não tiver 'ensinado gramática' em sala de aula. Assim, embora saiba que a gramática que ele ensina não ajudará o aluno a escrever melhor (em nenhum dos pontos de vista), **ele cumpre o ritual do ensino sistemático da gramática** como meio de eximir-se de culpa maior. (Neves 2010: 48)

Outra consideração importante deve ser feita. Uma possibilidade de leitura para as afirmações — *de que não ensinam mais gramática normativa na escola* — feitas pelos professores pesquisados, é a de que estas não refletem totalmente a realidade, talvez por uma confusão em torno dos conceitos de gramática e norma-padrão. Parece-nos que, quando os professores dizem que não ensinam mais “gramática”, estão se referindo aos livros, manuais, que contém títulos semelhantes aos de “moderníssima gramática da língua portuguesa”, ou

“moderna gramática da língua portuguesa”. Ora, o fato de o professor não utilizar estas gramáticas não implica no não ensino da “gramática” no sentido de norma-padrão” ou em outras palavras, no ensino de um conjunto de regras que devem ser seguidas, expressões que só devem ser produzidas de uma única forma, dizeres que não tem a mínima possibilidade de variação, sem a consequência de ser tachado de “erro”. Conforme veremos, na sequência deste trabalho, um professor pode não utilizar uma “gramática” como compêndio escolar, mas ainda assim pode utilizar a regra canonizada da gramática que ainda vigora nos livros didáticos adotados pelas escolas públicas.

Outra consideração que deve ser feita é que nos parece uma contradição um professor dizer que não ensina mais gramática. Devemos levar em conta que o sistema educacional possui um ciclo que vai do ensino fundamental à universidade. Ao menos este seria o ciclo mínimo a ser cumprido por uma sociedade que busca uma política de educação inserida no contexto do século XXI. Se para o ingresso na ponta final deste ciclo o indivíduo tem que passar pelo vestibular e considerando que os melhores vestibulares deste País continuam a exigir o domínio da norma-padrão, não faz sentido os professores dizerem que não estão ensinando “gramática” na escola, pois não estariam preparando seus alunos para poderem competir por uma vaga na universidade. cremos que se hoje não se ensina mais a “gramática-livro”, ensina-se ao menos a norma-padrão exigida pelos vestibulares, o que para nós, como já tratado anteriormente, dá no mesmo, uma vez que estamos considerando a gramática normativa, no que se refere às suas regras, como sinônimo de norma-padrão.

Devemos ressaltar também que o estudo de Neves (2010) ficou circunscrito à rede pública de ensino e não considerou a abordagem feita pelas escolas particulares. Estas provavelmente possuem outra dinâmica e até mais exigências por parte das famílias no tocante ao domínio da língua padrão por seus filhos.

Por outro lado, apesar dos marcos legais²¹, relativos à política linguística adotada nas escolas públicas do país, estabelecidos pelo Estado brasileiro indicando uma mudança na abordagem pedagógica e uma eventual diminuição da influência da gramática normativa no ensino de língua portuguesa, entendemos que a força da GN ainda é grande e atinge um universo que abarca e ultrapassa o universo da escola.

É interessante notar que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs 1997), ao mesmo tempo em que passam a aceitar uma visão da língua baseada nas novas teorias da linguagem, e em consequência disso passam a permitir uma nova abordagem pedagógica no ambiente escolar, ainda assim não abrem mão do ensino da norma-padrão nas escolas, entendendo esta variante como vinculada a determinado grupo social que detém o poder econômico.

Passados mais de 25 anos desde que a política linguística brasileira decidiu pela incorporação das abordagens linguísticas menos normativas, mais descritivistas e considerando como válidas as variantes linguísticas sociais reais, era de se esperar que a gramática normativa realmente não fosse mais ensinada nas escolas.

Para nossa surpresa, mas por outro lado reforçando a nossa tese de que a gramática normativa ainda exerce muita influência nas diversas dimensões de nossa sociedade, encontramos na maior parte dos livros do Guia de Livros

21 O relatório do grupo de trabalho de 1976, foi construído a partir da edição do decreto 66.600, de 20 de maio de 1970, que criou o referido grupo a fim de estudar, planejar e propor medidas que visassem à atualização e expansão do Ensino Fundamental e do Colegial. Segundo Paixão de Sousa (2012), o texto das Diretrizes para o aperfeiçoamento do ensino/aprendizagem da língua portuguesa, de 1986, elaborado pela Comissão Nacional para o Aperfeiçoamento do ensino-aprendizagem da Língua Materna, fruto do decreto nº 91.372, de 26 de Junho de 1985, é um marco para rumo da política linguística no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal n. 9.394), aprovada em 20 de dezembro de 1996, consolida e amplia o dever do poder público para com a educação em geral e em particular para com o ensino fundamental. Em seguida surgem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs 1997) promovendo nova abertura para a incorporação das ideias da linguística no ambiente das escolas.

Didáticos²² do Ministério da Educação, um conteúdo que contempla, considera e utiliza a gramática normativa como base para a formação linguística do alunado do ensino fundamental e médio na rede pública de ensino no Brasil.

Sem dúvida o maior mercado editorial do País é o mercado de livros didáticos da rede pública de ensino oficial. Como referência, citamos o levantamento do Ministério da Educação que apontava, em 1994, apenas no ensino fundamental, um contingente de alunos perfazendo um total de 31,2 milhões²³. Este dado por si só já revela a relevância e o impacto dos conteúdos destes livros na vida escolar e na formação cultural dos indivíduos.

Aqui nos parece que apesar de existir uma intenção de substituição do modelo da gramática normativa pela descritiva, esta intenção não tem sido suficiente para romper o paradigma da visão tradicional. Entendemos que não é tarefa elementar construir um novo modelo de ensino da língua, e talvez seja esse um dos motivos pelos quais os autores que também criticam o antigo modelo continuam, na prática, a adotá-lo.

A nosso ver, a gramática normativa ainda atua com muita força nos diversos meios pelos quais ela é difundida. A escola é um destes meios. Contudo, defendemos aqui a ideia de que o impacto e a influência da gramática normativa não se reduz a este ambiente. Atualmente há um grande número de sites²⁴ de consulta sobre gramática normativa editados por professores de português que se passam por verdadeiras autoridades da língua nacional.

22 Listamos os Guias do Livro Didático de alguns livros de português selecionados pelo Ministério de Educação nos triênios de 2012 e 2009, cujo conteúdo das resenhas ainda registram o uso das regras e conceitos da gramática normativa: Português – literatura, gramática, produção de textos/Tantas Linguagens – língua portuguesa: literatura, produção de textos e gramática em uso/ Viva Português/Português: Língua, Literatura, Produção de Textos/Português – Língua e Cultura -Volume único/ Português - Volume único.

23 Dados extraídos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997:17).

24 Listamos a seguir alguns destes sites de “língua portuguesa” que tomam por base a gramática normativa para a difusão de um padrão linguístico: www.professorpasquale.com.br/vivo, <http://wp.clicrbs.com.br/sualingua>, www.ernanitterra.com.br, www.portugues.com.br, www.linguaportuguesa.uol.com.br, www.soportugues.com.br, www.professordiego.com, www.paulohernandes.pro.br, www.gramaticaonline.com.br.

Alguns deles, como Pasquale de Cipro Neto, se tornaram até celebridades midiáticas.

Segundo Bagno (2010:117-118),

Os comandos paragramaticais (CP) representam um fenômeno que, embora antigo na história da cultura brasileira, começou a exhibir, de alguns anos para cá, um vigor e um poder de fascínio (junto a um determinado público) até então inéditos, que se pode atribuir, quem sabe, à surpreendente facilidade de divulgação oferecida pelas tecnologias de comunicação mais avançadas, como a televisão, a Internet e o CD-ROM.

Chamamos a atenção para as considerações de Bagno (2010) quando diz que o fenômeno do que ele chama de “*comandos paragramaticais*”, apesar de antigo vêm adquirindo um vigor e poder de fascínio “*até então inéditos*”. Deste modo, se por um lado o texto das Diretrizes de 1986 apontava para o desaparecimento da gramática normativa, ou ao menos perda de sua relevância dentro da disciplina de língua portuguesa, por outro lado temos a intensificação da defesa da norma nesses novos ambientes de mídias eletrônicas. Portanto, o discurso normativo tem se transmutado, se revestido de novas aparências, mas ao mesmo tempo tem mantido o seu conteúdo em defesa das regras monolíticas.

Não é somente através da internet que se manifesta o discurso que faz a defesa da norma. Há também um grande número de revistas especializadas que mantêm o saber normativo como necessário à formação do alunado.

Diante do exposto, se é verdade que a gramática normativa tem perdido força na rede de ensino oficial – vale lembrar que há também a rede de ensino das escolas particulares, e que, se são em menor número, são as que formam os formadores de opinião – como demonstra o estudo de Neves (2010), também é verdade que a gramática normativa tem se metamorfoseado para outros meios de difusão.

Não podemos também deixar de considerar o monitoramento que a GN exerce na vida de qualquer profissional. É certo que há profissões onde a exigência de se seguir a norma é mais patente como a advocacia e o

professorado em geral. Por outro lado, qualquer atividade profissional que dependa da escrita ou da fala para gerar qualquer tipo de produto ou serviço, seja um parecer de um engenheiro, seja a instrução de um processo administrativo, seja uma propaganda de marketing, seja um e-mail para um cliente interno ou externo, seja um palestra ministrada a um grupo de profissionais, enfim, não nos parece que possa escapar ileso deste saber milenar que hoje tangencia a vida de todos.

Uma cena comum por que passam os bacharéis em letras, quando se identificam como tais, é a abordagem das pessoas em querer saber se podem ou não utilizar determinado tipo de construção linguística. Particularmente, sou abordado com frequência em meu trabalho por colegas que anseiam por saber se podem escrever “*em anexo*” ou “*anexo*”. Se podem dizer que “*este e-mail é para eu encaminhar*” ou “*este e-mail para mim encaminhar*”. Não são raros também os depoimentos de colegas linguistas que, ao serem abordados por pessoas de seu convívio social, nas mais diversas situações, tem que responder a perguntas do tipo, “*o que é correto dizer, ele lembrou ou ele se lembrou disto?*”

Em nosso entendimento, estas indagações não refletem apenas a curiosidade das pessoas no que se refere ao uso do vernáculo, mas são preocupações reais que chegam até a atormentá-las, se estas dúvidas surgem em um momento onde há uma exigência social de uso da linguagem modelar.

No final das contas percebe-se a forte ligação que existe entre linguagem e poder, conforme apontado por Silva (2005):

Nenhum linguista que trabalhe a língua enquanto fenômeno social desconhece o prestígio ou o estigma de variantes linguísticas e também há consenso em que, nas sociedades estratificadas em classes, as variantes não prestigiadas serão estigmatizadas e são '*o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder*'. (Silva 2005:13)

A influência da gramática não somente é constatada como conteúdo ainda vigente na vida escolar, mas também é condição necessária para o ingresso nas melhores universidades do país. O vestibular, que é o filtro para o ingresso no

ensino superior, talvez seja um dos grandes responsáveis para a manutenção da utilização da gramática normativa nas escolas. Considerando que a escola orienta seu conteúdo de modo a permitir que o aluno se forme no ensino médio com as condições e preparo para o ingresso em uma universidade, seria de se esperar – e como entendemos que o é de fato – que adotasse a gramática normativa como um saber a ser transmitido, uma vez que este saber é exigido²⁵ e cobrado pelos melhores vestibulares do País.

Se por um lado o vestibular é o filtro para o ingresso no ensino superior, os concursos públicos são uma condicionante para o acesso de brasileiro ao emprego público, sendo que o conteúdo de gramática normativa é um conhecimento básico exigido²⁶ na maior parte destes concursos.

Ora, entendemos que os concursos públicos mobilizam um contingente enorme de pessoas anualmente que são obrigadas a ter um novo contato com a disciplina da gramática normativa. Digo novo contato, pois a maioria dos concursos públicos é voltada para pessoas que concluíram o ensino médio ou universitário e que, portanto, já foram expostas a este conhecimento.

Por fim, não podemos nos esquecer de que é na Academia que talvez a gramática normativa ainda exerça maior força, uma vez que as dissertações e teses devem ser redigidas na linguagem escoreta, exemplar.

25 Os vestibulares da FUVEST e da PUC continuam (ao menos até o ano de 2013), exigindo a observância da norma culta em suas redações, que tem um peso significativo na composição da nota final dos vestibulandos. Além disso, ainda incluem questão de gramática normativa em suas questões de múltipla escolha. Um dos exemplos é a questão 73 da primeira fase da FUVEST de 2013, que se exigia do candidato o conhecimento da diferença entre os demonstrativos *essa* e *esta*.

26 As questões de gramática normativa são tão recorrentes que o Siga Concursos, vinculado ao sistema Anglo de Ensino e uma das grandes instituições que ministram cursos para pessoas que desejam ingressar na carreira pública, possui em seu site (<http://www.sigaconcursos.com.br/>) uma seção destinada especificamente para a resolução de exercícios de gramática normativa. Os tópicos abordados varrem praticamente todos os aspectos de gramática e vão de questões de fonética, ortografia e morfologia e das questões de sintaxe como concordância, passando por análise de orações subordinadas, questões de pronomes, de regência, dentre outras.

Deste modo, nosso argumento é o de que a gramática normativa afeta a vida de vários estratos da sociedade: desde os alunos do ensino médio e fundamental, passando pelos tecnocratas e profissionais de um modo geral e chegando até os acadêmicos.

Portanto, se a gramática normativa é realmente um instrumento que afeta a vida das pessoas, ela deve ser discutida, examinada e criticada, principalmente por aqueles que têm mais condições de fazê-lo, ou seja, os linguistas, os estudiosos da língua.

3. O Panorama das vozes verbais

3.1 As vozes verbais na tradição gramatical

A noção de vozes verbais, assim como a terminologia utilizada pela tradição, remonta à primeira gramática do ocidente, do século II a.C., a saber, a gramática de Dionísio o Trácio, já mencionada anteriormente neste trabalho.

Segundo Neves (1987:195), apesar de já existir uma menção anterior sobre a idéia de atividade e passividade, em Platão²⁷, em sua obra *O Sofista*, e também uma classificação mais sistematizada dos predicados em ativos, passivos, neutros e reflexivos com a gramática estóica, representada por Diógenes Laércio, será com Dionísio o Trácio que teremos um quadro terminológico e nocional mais próximo das gramáticas atuais.

A expressão utilizada por Dionísio para se referir à noção de voz verbal era *diathésis*, que, segundo Lyons (1979:392), significava *estado, disposição, função*. A *diathésis*, por sua vez, era dividida em três partes: ativa (*enérgeia*), passiva (*páthos*) e média (*mesótes*).

É interessante notar que a voz média dos gregos abarcava o que hoje é denominado pela GN de voz reflexiva, mas também indicava expressões com forma ativa, mas de significado passivo. Deste modo, a voz média era definida como a que “*indica às vezes atividade, às vezes passividade*”²⁸. Segundo Neves (1987:196-197), o verbo era considerado por Dionísio “*como a palavra que indica a ação praticada ou recebida. A voz média representaria, na verdade, apenas uma possibilidade de combinar as outras duas*”.

²⁷ Cf. Neves (1987:195)

²⁸ Cf. Neves (1987:196)

Outro dado interessante, que não se perpetuou na tradição gramatical de língua portuguesa, é que Dionísio considerava que a categoria de voz abrangia também os nomes, registrando duas vozes, ativa (ex: *Krités*, o julgador) e passiva (ex: *kritos*, o julgado).

Passando para o século II d.C., ainda segundo Neves (1987:197), Apolônio Díscolo “*traz verdades que são repetidas até hoje, como a afirmação de que um verbo que não se construa com um sujeito no nominativo e não exija complemento não pode ser enunciado na passiva.*”

Se por um lado os gregos nos legaram a noção de voz verbal, a terminologia ‘Voz’ (em latim *vocem*) é herança da gramática latina. Segundo Lyons (1979), esta terminologia, assim como outras da gramática normativa, é inadequada. Além disso, a noção de voz nunca ficou muito bem definida pela teoria da tradição gramatical:

O termo voz (do latim *vocem*), foi originariamente usado pelos gramáticos romanos em duas acepções distintas, mas relacionadas: 1) na acepção de som, (na pronúncia da linguagem humana e traduzindo o termo grego *phoné*) indicando os sons produzidos pela vibração das cordas vocais, donde o termo vogal (do latim *sonum vocalem*/som produzido com a voz); 2) na acepção de forma de uma palavra (isto é, como uma palavra soa), em oposição ao seu significado(cf. 7.1.2). É corrente ainda em linguística o primeiro dos dois sentidos, na distinção entre sons, como unidades fonéticas ou fonológicas (cf. 3.2.4), sonoras (*voiced*) e surdas (*voiceless*). Voz, no seu segundo sentido desapareceu da teoria linguística moderna. Por outro lado, desenvolveu-se um terceiro sentido, derivado, em última análise, desse 2) que se refere as “formas” ativa e passiva do verbo. O termo tradicional em latim para esse terceiro sentido era *species* ou *genus*. Com o passar do tempo, *genus* restringiu-se à categoria de gênero no nome e abandonou a classificação um tanto artificial das “formas” das diferentes partes do discurso quanto ao “gênero” e à “espécie”.O termo tradicional grego para a “voz”, como uma categoria do verbo era *diáthesis/estado, disposição, função* etc. Alguns linguistas preferem usar diátese, em vez de voz. Entretanto é muito pequeno o risco de confusão entre o sentido fonético ou o fonológico de voz e o seu sentido gramatical [...] Não é apenas a terminologia gramatical que cria, ou que pode criar confusão nas discussões teóricas da voz. Os gramáticos gregos não

reconheceram a verdadeira natureza destas distinções marcadas pelas flexões verbais às quais eles se referiam como “ativa”, “passiva” (designando o estado de sofrer os efeitos de uma ação) e “média”, donde nos vieram informações contraditórias sobre o papel da voz, não apenas nas línguas clássicas, mas também nas modernas, cuja descrição tem sido fortemente influenciada pela gramática tradicional. (Lyons 1979:392-393)

O testemunho de Lyons (1979) é importante, pois já antecipa o quadro teórico problemático que será descrito neste trabalho, relativo aos aspectos das vozes verbais na gramática normativa.

Em nosso entendimento, a terminologia *gênero*, para se referir às vozes verbais, teria sido menos inadequada do que é o termo *voz*, que, ao menos sincronicamente, exige um grande esforço de abstração do leitor da gramática para relacionar a noção de *voz* (relação entre o sujeito e a ação verbal) com o seu significado inicial, conforme apontado por Lyons (1979:392), “*na acepção de forma de uma palavra, isto é, como uma palavra soa*”.

Também encontramos a utilização do termo latino (*vocem*), ao lado do termo grego (*diáthesis*), em alguns autores modernos, para designar um sistema e um subsistema, respectivamente:

Entende Klaiman (1988), que ao sujeito de sentenças básicas só se permitem dois status conceituais, o de ‘iniciador e/ou controlador’ e o de ‘entidade afetada’ [...] A essas formas alternativas Klaiman se refere como **diátese** e ao sistema ao qual elas pertencem, como **voz**, de acordo com a perspectiva assumida por Benveniste (1976) para o exame das línguas clássicas europeias [...] As sentenças formalmente ativas cujo sujeito é não-afetado serão consideradas sentenças básicas de diátese ativa, enquanto as sentenças formalmente passivas cujo sujeito é afetado serão consideradas sentenças básicas de diátese média. (Camacho 2003:92. Grifos nossos)

Com relação à representação das vozes, os gregos as representavam morfológicamente. A voz passiva representavam por meio da desinência *ai*. Os latinos utilizavam a desinência *r*.

Segundo Ribeiro (1881:289):

Os tempos dos verbos em Grego, á excepção do primeiro aoristo e do futuro, têm as mesmas fórmas para a voz media e para a passiva. O Latim teve de certo, para exprimir o sentido da voz media, **desinencias analogas ás gregas mai, sai, tai;** perderam-se, porém, deixando apenas os vestígios que hoje nos auctorizam a tal supposição. Substituiu-as uma formação periphrastica: o pronome reflexivo se juntou-se ás fórmas de todas ás pessoas dos tempos de acção incompleta da voz activa para constituir uma nova fórmula de voz media, que afinal veio a ser a passiva do periodo classico.... É verdade que em Latim não ha fórmula correspondente á fórmula grega elégeto; mas ás fórmas gregas légoito, légointo correspondem as latinas legeto, legento, que, pela addição do pronome se, e por transformações regulares converteram-se **em legetor, legentor.**

E Muniz (2012) corrobora o que nos diz Ribeiro sobre a representação da voz passiva na morfologia latina:

Em latim clássico, para o presente do infectum, *amo* é traduzido por *eu amo* (sentido ativo) e *amor, por sou amado*, (sentido passivo); para o presente do perfectum, que na prática é o pretérito perfeito, *amaui* é traduzido por *amei* (sentido ativo) e *amatus sum*, por *foi amado* (sentido passivo), construção perifrástica. (Muniz 2012:88)

Na gramaticografia de língua portuguesa é na segunda gramática, de João de Barros, que há a primeira menção sobre o tópico das vozes. Barros (1540) faz uma mistura dos termos latinos, *gênero* e *voz*, citados por Lyons (1979) e ainda acrescenta o termo *modo*, que aparece como sinônimo do termo *voz*.

Quanto ao termo *gênero*, Barros o toma como sendo um dos ‘acidentes’ do verbo:

Repartem mais os latinos os seus verbos, em pessoais e impessoais. Verbo pessoal é aquele que tem números e pessoas. E todos eles trazem consigo estes oito accidentes. Genero, espécie, figura, tempo, modo, pessoa, número e conjugação. (Barros 1540:18)

Em seguida define *gênero* como o termo equivalente a *voz*, utilizado pelas atuais gramáticas normativas:

Gênero no verbo, é uma natureza especial que tem uns e não tem outros: pela qual conhecemos serem uns ativos, outros passivos, e outros neutros, nos quais gêneros repartem os latinos os seus: e em outros dois que chamam comuns e depoentes. (Barros 1540:18)

É interessante notar que Barros não é rigoroso quanto ao uso de sua terminologia e mistura o termo “voz” e o termo “modo”, para se referir ao mesmo fenômeno:

Verbo ativo é aquele que se pode converter ao **modo passivo**, e pelo qual denotamos fazer alguma obra que passe em outra coisa, a qual pomos em caso acusativo por semelhante exemplo. Eu amo a verdade [...] E porque não temos **verbos da voz passiva**, suprimos este defeito por rodeio (como os latinos fazem nos tempos que lhes falece a voz passiva) com este verbo sou e um particípio do tempo passado, dizendo. Eu sou amado dos homens e Deus é glorificado de mim. Este **modo passivo** não é mais, que um converter o auto do verbo às vezes do que faz o verbo ativo: porque tanto é em significado, eu amo a verdade, como, a verdade é amada de mim. Somente ao primeiro chamaram ativo e o segundo passivo, porque um faz em obrar, e o outro padece em receber. (Barros 1540:18. Grifos nossos)

Posteriormente, ao menos até o século XIX, o termo *voz* não será utilizado com muita frequência. Os gramáticos preferiam utilizar as expressões *formas*, *maneiras* ou *classes verbais*, para se referir à relação entre o sujeito e a ação verbal, contudo, o termo que se consolidou na gramática normativa do século XX foi o de *vozes verbais*.

Nos parece que a estratégia de se evitar a utilização do termo *voz*, pela maioria dos gramáticos até o século XIX, se deve ao fato de que este termo

também era utilizado para se referir a outros conceitos tais como os elencados a seguir.

João de Barros, ao definir o conceito de verbo, se vale deste termo *voz* da seguinte maneira:

Verbo (segundo definição de todos os gramáticos) é uma **voz ou palavra** que demonstra obrar alguma coisa: o qual não se declina como o nome e pronome por casos, mas conjuga-se por modos e tempos, como veremos por suas conjugações. (Barros 1540:18. Grifos nossos)

José dos Reis Lobato segue Barros na utilização do termo voz:

Da oração Portuguesa são partes as **palavras, ou vozes** Portuguezas. A palavra Portuguesa he qualquer voz significativa da lingua Portuguesa, como v. gr. Ceo, Terra. (Lobato 1837:02. Grifos nossos)

Jerônimo Soares Barbosa utiliza de outra forma o termo voz:

Chamam-se **Vozes** as diferentes articulações e modificações, que o som confuso, formado na glottis, recebe na sua passagem, das diferentes aberturas e situações imóveis do canal da boca. Este canal bem como um tubo ou corda, pode ser tocado em diferentes pontos e aberturas desde sua extremidade interior até a exterior; e daqui a multidão e variedade de vozes nas Línguas da Nações. As letras que na Escritura as figuram, chamam-se vogais. (Barbosa 1822:3. Grifos nossos)

No caso de Barros (1540) e Lobato (1837) percebe-se que o termo *voz* era utilizado também em um sentido mais amplo para significar o som das palavras. Já no caso de Barbosa (1822) o sentido de voz é mais estrito e se refere aos sons produzidos pelo aparelho fonador para gerar as vogais do nosso sistema fonético. Portanto, o termo *voz*, desde o início da gramaticografia da língua portuguesa, foi utilizado para descrever fenômenos distintos. Este fato provavelmente contribuiu para a utilização de outros termos para se referir ao fenômeno das vozes verbais, no quadro da gramaticografia de língua portuguesa.

Para obter uma visão geral destas terminologias, pesquisamos as seguintes obras:

- *Grammatica da língua portuguesa* (1540) de João de Barros;
- *Origem e Orthographia da LinguaPortugueza* (1784) de Duarte Nunes Leão;
- *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza* (1837) de Antonio José dos Reis Lobato;
- *Gramatica Portugueza* (1804) de Manoel Dias de Souza;
- *Elementos de Grammatica Portugueza* (1819) de Francisco Soares Ferreira;
- *Grammática Philosophica da Lingua Portuguesa* (1822) de Joaquim Soares Barbosa;
- *Grammatica Portugueza* (1824) de Antonio de Moraes Silva;
- *Grammatica Analytica da Lingua Portugueza* (1855) de Francisco Solano Constancio;
- *Compendio de grammatica portugueza* (1862) de Joaquim Freire Macedo;
- *Grammatica Portugueza* (1881) de Júlio Ribeiro.

A **Tabela 01** registra cronologicamente as diversas terminologias para designar o fenômeno das vozes verbais.

Tabela 1 - Terminologia e classificação do sistema de vozes verbais na gramaticografia de língua portuguesa.

Autor	1ª. ed.	Terminologia
Barros	1540	3 Gêneros (ativo, passivo e neutro). Utiliza também o termo <i>voz passiva</i> .
Leão	1606	3 vozes (ativa, passiva e impessoal)
Lobato	1770	Oração ativa e passiva. Utiliza também o termo <i>voz passiva</i> .
Souza	1804	4 formas (ativo, passivo, neutro e reflexivo)
Ferreira	1819	2 formas ou vozes (ativa e passiva).
Barbosa	1822	3 vozes (ativa, passiva, média ou reflexa)
Silva	1824	6 verbos (ativos, de estado, passivos, neutros, reflexivos e recíprocos)
Constâncio	1831	3 classes (Ativo/regime direto e indireto/ sem regime)
Macedo	1862	5 espécies de verbos (ativo, passivo, neutro, impessoal e pronominal)
Ribeiro	1881	Voz ativa, passiva, neutros

Diante das informações contidas na Tabela 1, podemos em um primeiro momento inferir que o tratamento dado às vozes verbais, em cada gramática analisada, difere significativamente entre si. Contudo, apesar de a terminologia para se referir ao fenômeno das vozes verbais variar significativamente, o conceito exposto é praticamente o mesmo entre os diversos autores, principalmente quando se utiliza os termos *ativa*, *passiva* e *reflexiva*. As nuances de conceito que se fazem sentir em maior grau se restringem ao termo *neutro*.

Vejamos então as semelhanças e as diferenças entre os conceitos e a terminologias utilizadas por alguns autores registrados na Tabela 1.

Manoel Dias de Souza (1804), após discorrer sobre o conceito de verbo, diz:

Estes Verbos tem quatro diferenças de significação , e estas diferenças se chamão fórmãs , a saber: fórmula activa , fórmula passiva , fórmula neutra , e fórmula reflexa. A fórmula activa exprime ação que alguém obra, assim como: Amar , Lêr , Escrever , Aplaudir; a fórmula passiva exprime ação que alguém em si recebe , assim como : Ser amado , Ser desejada , Ser aplaudido; a fórmula neutra exprime pura e simplesmente alguma qualidade que alguém possui, sem exprimir alguma idéa de ação ou paixão, assim como: Demorar, Existir; e por isso se chamão neutros estes Verbos , porque não são nem activos , nem passivos (Souza 1804:56)

As formas ativas e passivas de Souza (1804) refletem a conceituação clássica de vozes verbais, tal como aparece em Dionísio o Trácio, no século II, a.C. A novidade aqui é que Souza (1804) inclui no sistema de vozes verbais os verbos que exprimem apenas “qualidade”, como *existir*, e que são verbos que não exprimem nenhuma ideia de ação. Como já citado anteriormente, a conceituação clássica de vozes verbais em Dionísio o Trácio somente abarcava os verbos de ação. Deste modo a classificação de Souza (1804) preenche uma lacuna teórica, já que também analisa a relação entre o sujeito e outros verbos, que não os verbos que denotam ação.

Silva (1824) também utiliza outra abordagem terminológica para se referir ao fenômeno das vozes verbais:

Os attributos annexos à significação dos verbos são activos : v. g. ferir , matar , dar ; ou de mero estado : v. g. estar , igualar (ser igual) , parecer. Assim os verbos Portuguezes em razão dos attributos são ou activos , ou de estado. Os Latinos tem verbos derivados dos activos , nos quaes se affirma , que o sujeito é paciente da acção do verbo activo: v. g. ferio , eu sou ferido, derivado de ferio activo, eu firo: áquelles verbos chamão-lhes passivos ; nós não temos verbos passivos. (Silva 1824:48)

O autor não fala de *vozes*, mas de “atributos anexos à significação do verbo”. Deste modo, os verbos ativos seriam os que exprimem ação e verbos de estado exprimem o estado do ser a que se referem. Verificamos que Silva (1824) também inclui no sistema de vozes verbais, além dos verbos de ação, outros verbos como os que denotam estado como *estar* e *parecer*. Apesar de Silva (1824) dizer que a língua portuguesa não possui verbos passivos, este autor diz que se supre de outro modo a representação passiva:

A falta, que temos de verbos passivos , suppre se de dois modos: 1.º usando dos verbos Ser e Estar com os participios passivos : v. g. sou amado ; estou ferido [...] O 2.º modo de supprir a falta dos verbos passivos é ajuntar o caso se aos sujeitos da terceira pessoa, que não podem fazer a acção em si mesmo : v. g. " cortão se arvores ; tecem se sedas ; edifica se o edificio (Lusiada, 10. 130.): Festa sem comer não se festeja (Cruz , Pões. /. 66.) : Quanto se tem se vai ; i. é , quanto haver se tem , tanto valor se vai (Caminha, Epist. 5.). Ve se, Parece se; é visto, parecido.(**) “Deus qr.tr, que só a elle se ame. (Silva 1824:50-51)

Neste ponto vale ressaltar o fato apontado por Silva (1824) quando diz que a língua portuguesa não tem verbo passivo. Na realidade o que está em discussão é que em latim a representação de voz passiva se dava apenas com um único item lexical, que era o verbo com sua respectiva desinência de voz. A língua portuguesa adotou outras formas para representar a voz passiva. Uma destas novas formas não é mais um verbo, mas uma locução verbal formada de verbo auxiliar mais um particípio. A outra forma, denominada voz passiva sintética pela gramática normativa atual, também não é composta apenas de um verbo, mas de um verbo acrescido da partícula SE.

Este fato é importante quando consideramos a abordagem feita pela gramática normativa atual. Por exemplo, a gramática de Cunha & Cintra (2007:398-399) dirá que “*O verbo está na voz passiva*” quando “*o fato expresso pelo verbo pode ser representado como sofrido pelo sujeito*”. Ora, se adotarmos o mínimo de rigor analítico para a afirmação de Cunha & Cintra, chegaremos à conclusão que não é mais o “verbo” que “está na voz passiva”, mas uma locução

verbal. A língua portuguesa representa a voz passiva com uma outra estrutura, que é uma locução verbal.

Temos também a abordagem feita por Macedo (1862:53) que também não fala em *vozes verbais*, mas em “espécies de verbos”. Para este autor a língua portuguesa só possui dois verbos: ser e estar. Estes verbos são chamados de verbos substantivos, “*porque só elles sem attributo, significam affirmação como o nome subst. significa um objeto e não suas qualidades*”. Estes verbos podem se apresentar, além de sua forma simples, na sua forma composta. Estas formas composta são denominadas verbos atributivos, “*porque exprimem a affirmação d’algum attributo sendo que todos podem resolver pelo verbo ser ou estar e por um attributo...ex: amar ou ser amante;viver ou ser vivente.*” Deste modo, sobre os verbos atributivos, nos diz Macedo:

Ha cinco especies de verbos attributivos, a saber: — verbo activo, passivo, neutro, pronominal e impessoal. I. — Verbo activo é aquelle que designa uma acção exercida pelo sujeito : Ex. Pedro ama a virtude; [...] O verbo activo pôde ser transitivo ou intransitivo : — transitivo, quando a acção praticada pelo sujeito recáen'um objecto alheio d'elle : — intransitivo, quando essa acção não passa a outro objecto... Verbo passivo é o que indica acção recebida ou sofrida pelo sujeito : Ex. A virtude é amada por Pedro. A nossa lingua não tem, como a grega e latina, formas passivas especiaes para cada verbo; e para preencher, por alguma outra forma, esta lacuna, recorrêmos ao verbo ser, conjugando-o por todas as suas formas, tempos e módos, e pospondo-lhe o part. passado do verbo, que pretendemos conjugar passivamente;...Verbo neutro é o que designa um estado ou acção do sujeito, exercida sem dependencia da vontade ou da actividade d'elle, e que não recáe directamente sobre um objecto: Ex. A arvore cresce; — elle caio; — Antonio morrêo. (Macedo 1862:55-56)

Percebe-se deste modo que, apesar das diferenças terminológicas, o quadro conceitual é praticamente o mesmo. Se são espécies, verbos ou formas, a definição de “vozes verbais” sempre remete à mesma noção de atividade e passividade. O verbo, a espécie ou a forma ativa refere-se a uma representação em que o sujeito é o agente da ação verbal. Já na passiva, o sujeito sofre a ação verbal. Com relação às diferenças de conceituação no caso dos verbos neutros e

impessoais, essas questões serão discutidas em tópicos específicos deste trabalho.

3.2 As vozes verbais na gramática normativa

Como já descrito neste trabalho, a gramática normativa atual tem sua base assentada em um modelo antigo²⁹ de conceitos e definições. O quadro de vozes verbais é bastante representativo deste fato.

Vale ressaltar que a definição do quadro de vozes verbais é milenar e remonta ao primeiro gramático do ocidente, Dionísio o Trácio, conforme já citado anteriormente. A definição que Dionísio dá às vozes verbais praticamente foi congelada no tempo e passou quase incólume, ou com pouquíssimas variações, na milenar tradição da gramaticografia, e foi desembocar praticamente inalterada nas gramáticas normativas de língua portuguesa do século XX.

Para obter uma visão geral desta tipologia, pesquisamos as seguintes obras:

- *Nova gramática do português contemporâneo* (2007) de Cunha & Cintra – 4ª Edição;
- *Novíssima gramática da língua portuguesa* (2008) de Domingos Paschoal Cegalla – 48ª Edição;
- *Moderna gramática brasileira* (2002) de Celso Pedro Luft – 2ª Edição ;
- *Gramática* (2003) de Faraco & Moura – 19ª Edição;
- *Gramática fundamental da Língua Portuguesa do Brasil* (1973) de Adriano da Gama Kury – 15ª Edição;
- *Gramática normativa da língua portuguesa* (2008) de Carlos Henrique da Rocha Lima – 47ª Edição;

²⁹ Paixão de Sousa (2012), referindo-se à gramática normativa, nos diz: “*Este trabalho foi inventado para funcionar em cima de certezas: rótulos de sólida reputação desde a antiguidade clássica com os quais devemos poder organizar e categorizar a língua e seus elementos*”

- *Moderna gramática portuguesa* (2005) de Evanildo Bechara– 38^a Edição.

Na **Tabela 02** regista-se a tipologia das vozes verbais em gramáticas normativas do século XX.

Tabela 2 - As vozes verbais em gramáticas normativas (século XX e XXI)

Autor	Vozes	Exemplos
Cunha & Cintra (2007:398-399)	Ativa	Não vejo rosas neste jardim
	Passiva analítica Passiva sintética	Não são vistas rosas neste jardim Não se veem rosas neste jardim
	Reflexiva	Eu me feri
Cegalla (2010:219-220)	Ativa	O caçador abateu a ave
	Passiva analítica Passiva sintética	A ave foi abatida pelo caçador Regam-se as plantas de manhã cedo
	Reflexiva	O caçador feriu-se
Luft (2008:177-178)	Ativa	O lobo ataca
	Passiva analítica Passiva sintética	O lobo foi ferido Alugam-se apartamentos
	Reflexiva	Ferir-se (a si mesmo)
Faraco & Moura (2003:353)	Ativa	O soldado feriu o grevista
	Passiva analítica Passiva sintética	O grevista foi ferido pelo soldado Revelam-se os segredos sexuais do faraó
	Reflexiva	O soldado feriu-se
Kury (1973:44-45)	Ativa	Cândido estimava tia Mônica
	Passiva analítica Passiva sintética	Tia Mônica está estimada por Cândido Fizeram-se objeções
	Reflexiva	Valdemar levantou-se
Lima (2008:123-134)	Ativa	Um incêndio destruiu o velho casarão
	Passiva analítica Passiva sintética	Foi destruído o velho casarão Destruiu-se o velho casarão
	Reflexiva	Desmoralizado, o ditador matou-se
	Dinâmica	Fernanda feriu-se num espinho de rosas
Bechara (2005:222)	Ativa	Eu escrevo a carta
	Passiva	A carta é escrita por mim
	Reflexiva	Eu me visto

A Tabela 2 nos apresenta um quadro geral das vozes verbais em gramáticas normativas bastante estável. Com exceção de Lima (2008), todos os outros gramáticos mantêm a classificação tripartite das vozes verbais, já apontada por Dionísio o Trácio, no século II, A.C.

Dentro desta linha mestra de definições, temos ainda poucas derivações como a voz recíproca³⁰ (uma subclassificação da voz reflexiva) mas em geral segue-se a concepção clássica que divide o sistema de vozes em 3 classes (ativa, passiva e reflexiva).

A definição de voz verbal nas gramáticas normativas é quase unívoca e segue conforme descrito nos seguintes autores. Luft (2008:178) nos diz que *“Voz é a forma que toma o verbo para exprimir as relações de atividade e passividade entre sujeito e verbo”*. Para Cegalla (2010:219), *“Voz do verbo é a forma que este assume para indicar que a ação verbal é praticada ou sofrida pelo sujeito”*. Para Lima (2008:123), *“Chama-se voz ao acidente que expressa a relação entre o processo verbal e o comportamento do sujeito”*.

Com relação aos tipos de vozes verbais existentes, as gramáticas normativas atuais seguem o modelo de classificação e definição conforme registrado em Cunha & Cintra:

“O verbo está na voz ativa” quando “o fato expresso pelo verbo pode ser representado como praticado pelo sujeito”. **“O verbo está na voz passiva” quando** “o fato expresso pelo verbo pode ser representado como sofrido pelo sujeito”. **“O verbo está na voz reflexiva” quando** “o fato expresso pelo verbo pode ser representado como praticado e sofrido pelo sujeito”. Cunha & Cintra (2007:398-399. Grifos nossos)

³⁰“Uma variante da voz reflexiva é a que denota reciprocidade, ação mútua ou correspondida. Exemplos: *Amam-se como irmãos, Os dois pretendentes insultaram-se.*” (Cegalla 2010:221)

A voz passiva ainda se desdobra em duas formas: a voz passiva analítica e a voz passiva sintética³¹.

A voz passiva analítica tem sua estrutura formal constituída como descrita por Cunha & Cintra (2007:399): “*com o verbo auxiliar ser e particípio do verbo que se quer conjugar.*”

O mesmo autor em nota ainda diz que: “*Além do verbo ser, há outros auxiliares que, combinados com um particípio, podem formar a voz passiva. Estão nesse caso certos verbos que exprimem estado (estar, andar, viver, etc.), mudança de estado (ficar) e movimento (ir, vir)*”. Cita como exemplos: “*Ficou atormentado pelo remorso*” e “*Os pais vinham acompanhados dos filhos*”.

Já vale notar aqui uma primeira incongruência conceitual. Pela definição de voz passiva de Cunha & Cintra (2007:399) – que se dá quando “o fato expresso pelo verbo pode ser representado como sofrido pelo sujeito” – o exemplo apresentado pelo próprio autor, a saber, *Os pais vinham acompanhados dos filhos*, já não satisfaz esta condição.

Ora, nesta sentença, *os pais*, não sofrem a ação de “vir acompanhados”, pois o verbo *acompanhar* não denota necessariamente uma ação. Na pior das hipóteses esta seria uma voz recíproca, pois tanto *os pais vinham acompanhados dos filhos* quanto *os filhos dos pais*.

A forma da voz passiva sintética é definida deste modo: “*Com o pronome apassivador se e uma terceira pessoal verbal, singular, ou plural, em concordância com o sujeito.*” (Cunha & Cintra 2007:399)

³¹ Também denominada de passiva pronominal. Segundo Bechara (2005:435), “*A construção dita passiva pronominal ou passiva reflexa (denominações melhores que passiva sintética) não se acompanha, no português contemporâneo, do complemento de agente...*”. Vale destacar que das obras analisadas neste trabalho, Bechara é o único a utilizar o termo passiva reflexa.

E em Cegalla (2010:220), temos que a voz passiva pronominal é construída “*com o pronome apassivador se associado a um verbo ativo da 3ª pessoa*”.

Como toda a regra possui sua exceção, dentro deste quadro relativamente estável do sistema de vozes verbais da gramática normativa atual, chamou-nos atenção a gramática de Evanildo Bechara.

Dentro deste quadro básico de 3 vozes verbais, Bechara (2005) faz uma subdivisão que não só difere, mas se opõe à classificação da tradição, pois classifica a estrutura de voz passiva sintética como sendo voz reflexiva. O texto da gramática de Bechara (2005), como veremos a seguir, vai além e não somente se contrapõe à tradição, mas se contrapõe a outros trechos da mesma gramática, na edição de 2005, classificando a estrutura de VPS ora com voz reflexiva, ora como voz passiva.

Primeiramente, para Bechara, a estrutura de VPS não é passiva, mas sim reflexiva. Diz isto ao definir voz reflexiva de uma forma confusa e pouco esclarecedora:

Reflexiva: forma verbal que indica que a ação verbal não passa a outro ser (negação de transitividade), podendo reverter-se ao próprio agente (sentido reflexivo propriamente dito), atuar reciprocamente entre mais de um agente (reflexivo recíproco), sentido de “passividade com se” e sentido de impessoalidade, conforme as interpretações favorecidas pelo contexto, formada de verbo seguido do pronome oblíquo de pessoa igual à que o verbo se refere: *eu me visto, tu te feriste, ele se enfeita*. (Bechara 2005:222-223)

Aqui, em nosso entendimento, se consubstancia o que Haug (1983) quis dizer quando fala das falhas de definições das gramáticas normativas, citando o tratado de lógica de Grau (1937):

Uma definição é defeituosa formalmente [...] quando é demasiado ampla ou demasiado estreita, isto é, quando é

deficiente ou excessiva a indicação das características essenciais.”

Haury (1983) prossegue dizendo que:

a indicação deficiente ou excessiva dos caracteres essenciais, estão presentes nas melhores gramáticas normativas vigentes”.
Haury (1983:7)

A definição de voz reflexiva de Bechara (2005) foi ao mesmo tempo ampla e estreita. Ampla, pois considerou vários fenômenos (impessoalidade, reflexividade, passividade) sob o mesmo rótulo (voz reflexiva) e estreito, pois foi deficiente ao descrever as características essenciais das definições. No caso da voz reflexiva com sentido de “passividade com se”, o leitor fica sem a referência conceitual desta voz, pois ela não é definida, mas apenas classificada. Só há alguma tentativa de definição da voz reflexiva com sentido de “passividade com se” no seguinte trecho:

A voz passiva difere da reflexiva de sentido passivo em dois aspectos: 1) pode apresentar o verbo em qualquer pessoa, enquanto a reflexiva só se constrói na 3ª pessoa com o pronome se (conhecido também pela denominação de 'apassivador'). 2) pode seguir-se de uma expressão que denota o agente da passiva, enquanto a reflexiva, no português contemporâneo, dispensa: Eu fui visitado pelos parentes. Aluga-se a casa (não se diz: aluga-se a casa pelo proprietário). (Bechara 2005:223)

Contudo, ainda fica estreita a definição, pois a reduz apenas ao critério morfológico de definição de vozes verbais, negligenciando o aspecto sintático-semântico envolvido em qualquer definição de voz verbal.

O mesmo se poderia dizer da voz reflexiva com “sentido de impessoalidade”, que o autor a inclui como subclassificação da voz reflexiva, sem definir esta voz verbal sob a luz dos critérios morfológicos e sintático-semântico.

Aqui parece ficar clara ao menos uma informação: o que as outras gramáticas denominam voz passiva sintética, Bechara classifica como *voz reflexiva com “sentido de passividade com se”*.

O que ainda revela uma contradição na edição de 2005 da gramática de Bechara é que na página 286 desta obra, ao falar sobre o modo de se realizar a passagem da voz ativa para a passiva, Bechara registra o exemplo da sentença de voz ativa *vendem casas* que passando para a voz passiva pronominal resultará em *vendem-se casas*. Fica-se então sem saber se o gramático entende a sentença *vendem-se casas* como passiva pronominal ou como reflexiva com “sentido de passividade com se”.

Na descrição geral do quadro de vozes verbais na gramática normativa atual, percebemos que a teoria das vozes verbais confunde definição morfológica com a definição sintático-semântica. É o caso do exemplo de voz passiva citado por Cunha & Cintra (2007:399): *Os pais vinham acompanhados dos filhos* — neste exemplo, há uma forma de voz passiva (verbo auxiliar + particípio passado), que não corresponde à definição sintático-semântica da mesma voz. O sujeito *Os pais*, não “*sofrem a ação*” de *acompanhar*. Em nosso entendimento, o verbo *acompanhar* não denota necessariamente uma ação. O seu sentido estaria mais próximo de um sentido estativo, como “estar presente, estar junto”. De qualquer modo, ainda que o considerássemos como um verbo de ação, a voz não poderia ser passiva, pois a “ação” seria recíproca. Tanto *os pais vinham acompanhados dos filhos* quanto *os filhos vinham acompanhados dos pais*. Trata-se aqui de identificar que são duas as definições de vozes: uma definição morfológica e outra sintático-semântica.

A fim de desfazermos esta confusão, necessitamos inicialmente entender quais são as reais dimensões ou critérios de definição de voz verbal. Em nossa análise, fundamentados na descrição da teoria da gramática normativa, identificamos que a definição de vozes verbais envolve três critérios ou dimensões:

1. Sintático — a relação entre o verbo e o sujeito;

2. Semântico — papéis temáticos do sujeito;
3. Morfológico — a forma que se apresenta o verbo.

Aqui percebemos que há uma dificuldade inicial, quando se pretende separar o critério sintático do critério semântico, pois na definição de vozes verbais o critério semântico se sobrepõe ao critério sintático, uma vez que a relação entre o sujeito e verbo é estabelecida pelos papéis temáticos³² que são desempenhados pelo sujeito. Se o sujeito tem papel temático de Agente estamos diante da voz ativa. Se o sujeito tem o papel temático de Paciente, estamos diante de voz passiva.

O problema que surge é que, apesar de conseguirmos identificar as dimensões que estão envolvidas na definição de vozes verbais, não conseguimos separá-las no momento de uma análise, pois se torna difícil dissociar o vínculo que existe entre a dimensão semântica (papéis temáticos do sujeito) e a dimensão sintática, que estabelece a relação entre o sujeito e o verbo.

Ilari (2008), estudando as vozes verbais, também identifica o vínculo ou a correspondência entre papéis temáticos e funções sintáticas:

Quando falamos de voz do verbo retornamos à questão da distribuição dos papéis temáticos pelas posições sintáticas de sujeito, objeto direto, objeto indireto, etc., para verificar como essa distribuição interage com um outro fenômeno, de caráter textual e discursivo, que tem a ver com a maneira como, ao construirmos nossas sentenças, controlamos o fluxo das informações que pretendemos passar aos nossos interlocutores. Tentemos entender melhor o que isto significa. Ao definirmos hierarquia temática, procuramos explicá-la como um dispositivo que nos orienta na tarefa de decidir como certas funções (tais como agente, paciente, etc., que são outras maneiras de qualificar os argumentos do verbo) encontram uma correspondência canônica com as funções sintáticas como sujeito, objeto direto e indireto e adjunto adverbial. (Ilari 2008:347)

³² *Papel temático pode ser definido, grosso modo, como a relação semântica que se estabelece entre um predicado e seus argumentos. Alguns autores assumem essa noção como sendo primitiva e fornecem uma lista de papéis e as respectivas definições (Gruber, 1965; Fillmore, 1968; Jackendoff, 1972; dentre outros). (Cançado et al. 2013:114)*

Podemos constatar esta dificuldade de “visualização” das três dimensões quando enunciamos a definição de voz passiva: “*a forma que toma o verbo para representar que o sujeito sofre a ação verbal*”³³.

Sendo assim, adotaremos, para fins metodológicos, o critério sintático-semântico como uma unidade integrada.

Passemos agora à análise da seguinte sentença:

(07) As casas são vendidas

Em nosso entendimento, não há como discordar que esta sentença satisfaz a condição morfológica e sintático-semântica de voz passiva.

O critério sintático-semântico é satisfeito. Uma das razões, fundamentadas na própria teoria da gramática normativa, para justificar o estatuto de sujeito ao termo *casas*, seria a definição de sujeito “*que é o termo sobre o qual se faz uma declaração e com o qual o verbo concorda*”. Por outro lado, ao classificarmos o termo *casas* como sujeito e concluído que este termo “sofre” a ação verbal, estaríamos satisfazendo a condição estabelecida pelo critério sintático-semântico de definição da voz passiva (o sujeito que sofre a ação verbal).

Contudo, satisfazer a condição sintático-semântica para a existência de voz passiva não é suficiente, uma vez que a sentença *O vaso quebrou* também satisfaz esta condição, mas nem por isso é considerada como voz passiva, pois ainda necessita satisfazer o critério morfológico.

³³ Esta definição é na realidade um paráfrase das definições de vozes verbais encontradas nas gramáticas normativas. A título de exemplo, confrontamo-la com a definição de vozes que conta na gramática de Celso Luft (2002:177): “*Voz é a forma que toma o verbo para exprimir as relações de atividade e passividade entre sujeito e verbo*”. E a voz passiva ocorre “*quando o sujeito sofre a ação, segundo se exprime com ser (estar, ficar vir...)+particípio ou pronome se: O lobo foi ferido; feriu-se o lobo.*”

Os critérios morfológicos para a definição de voz passiva são dois:

1. Sentença formada pelo verbo auxiliar ser (dentre outros como vir³⁴) e o particípio do verbo que se quer conjugar;
2. Sentença com o “pronome” apassivador SE e uma terceira pessoa verbal.

Retornando à análise da sentença *Os pais vinham acompanhados dos filhos*, verificamos que esta satisfaz a condição do critério morfológico 1 para a existência de voz passiva, contudo, não satisfaz a condição imposta pelo critério sintático-semântico, pois *Os pais* não sofrem a “ação” de acompanhar.

Portanto, apresentando neste tópico o panorama das vozes verbais na gramática normativa inferimos que a não distinção dos reais critérios que satisfazem a condição de vozes verbais, conforme a própria teoria da gramática normativa, resulta em classificações imprecisas e errôneas.

³⁴“Além do verbo *ser*, há outros auxiliares que, combinados com um particípio, podem formar a voz passiva. Estão nesse caso certos verbos que exprimem estado (*estar, andar, viver, etc.*) mudança de estado (*ficar*) e movimento (*ir, vir*). (Cunha e Cintra 2007:399)

4. Vozes verbais: aspectos problemáticos

Analisando o quadro geral das vozes verbais da gramática normativa atual, seria de se esperar que já tivéssemos um quadro mais estável, didaticamente elaborado, considerando que este tópico é resultado de uma discussão que já perfaz, ao menos, 500 anos: remonta a João de Barros³⁵, autor da segunda gramática sobre a língua portuguesa, em 1540, após a primeira de Fernão de Oliveira (1536). Contudo, como veremos, este quadro ainda é extremamente nebuloso, gerando dúvidas e incertezas por parte do alunato leitor e críticas severas por parte dos linguistas. Os problemas identificados abarcam tanto a terminologia, quanto a classificação e os conceitos difundidos, mostrando deste modo a fragilidade da teoria da gramática normativa.

Abaixo listamos os itens que serão problematizados neste trabalho, no que se refere ao quadro geral das vozes verbais na gramática normativa:

1. O conceito de pronome e o “pronome apassivador”;
2. A equivalência entre voz “passiva sintética” (VPS) e Voz Passiva Analítica (VPA);
3. A passividade da “Voz Passiva Sintética”;
4. Os verbos impessoais e o sistema de vozes;
5. Os verbos neutros;
6. A voz passiva e a transitividade verbal;
7. O estatuto da “partícula apassivadora”;
8. Os verbos pronominais e as vozes verbais.

³⁵ Fala esse autor que os verbos impessoais – *“aquele que se conjuga pelas terceiras pessoas do número do singular e não tem nem primeira nem segunda pessoa”* - são de duas maneiras: **a uns chamam de voz ativa e outros de voz passiva**. Continua dizendo que a língua portuguesa não tem verbos de voz passiva, como a língua latina, mas para representar a voz passiva *“tomamos o verbo em a terceira pessoa do número singular e este pronome da terceira pessoa se, e, reciprocando, dizemos: No paço se pragueja fortemente”*.

4.1 O “pronome” SE-apassivador.

Neste tópico pretendemos apontar para uma inadequação terminológica da expressão “pronome apassivador”, utilizada pela gramática normativa. O problema da utilização dessa expressão é que, além de inadequada terminologicamente, ela conflita com a própria teoria da gramática, como iremos demonstrar. Para isto, faremos uma investigação com duas abordagens. Uma compreenderá a própria teoria da gramática normativa. Reforçaremos também os argumentos nos valendo da abordagem da teoria multissistêmica apresentada em Castilho (2012).

Vale ressaltar que, neste tópico específico, não iremos questionar a noção de passividade da expressão, que será questionada em outro tópico. Considerá-la-emos um pressuposto, para demonstrarmos a inconsistência conceitual ao se utilizar o termo “pronome” para uma “função” que não tem relação alguma com as funções exercidas pelos pronomes, conforme definidas pelas gramáticas normativas.

Ressaltamos também inicialmente, que não estaremos aqui questionando o conceito do *pronome SE*, mas sim o conceito do *pronome SE-apassivador*.

4.1.1 O pronome na abordagem da gramática normativa

Primeiramente, apresentaremos algumas gramáticas que utilizam esta terminologia. Para obter uma visão geral desta terminologia, pesquisamos as seguintes obras:

- *Nova gramática do português contemporâneo* (2007) de Cunha & Cintra;
- *Novíssima gramática da língua portuguesa* (2008) de Domingos Paschoal Cegalla;
- *Moderna gramática brasileira*.(2002) de Celso Pedro Luft;
- *Gramática* (2003) de Faraco & Moura;

- *Gramática fundamental da Língua Portuguesa do Brasil* (1973) de Adriano da Gama Kury;

Tabela 3 - O pronome apassivador em gramáticas normativas (séculos XX e XXI)

Autor	Definição de voz “passiva sintética”
Cunha & Cintra (2007:399)	Exprime-se a voz passiva:...b) como PRONOME APASSIVADOR se e uma terceira pessoal verbal, singular ou plural, em concordância com o sujeito. (ex: Não se vêem rosas neste jardim)
Cegalla (2010:220)	A voz passiva, mais frequentemente, é formada:...com o pronome apassivador se associado a um verbo ativo na 3ª pessoa. (Ex: Regam-se as plantas de manhã cedo)
Luft (2008:178)	Temos, assim, na voz passiva: A) Com auxiliar +Particípio...B) Com pronome apassivador . (Ex: Vendem-se terrenos)
Faraco & Moura (2003: 354)	A voz passiva pode ser: a)analítica: formada pelo verbo ser+ o particípio o verbo principal. b) sintética ou pronominal : formada pelo verbo principal na 3ª pessoa, seguido do pronome se . (Ex: Revelam-se os segredos sexuais dos faraós). Obs: A NGB não registra as designações analítica e sintética, preferindo as formas passiva com auxiliar e passiva com pronome apassivador, respectivamente.
Kury (1973:44-45)	Além da voz passiva com auxiliar, outra construção passiva mais sintética , em que à forma do verbo na voz ativa se acrescenta , para indicar passividade, o pronome se . (Ex: fizeram-se muitas objeções)

A primeira consideração importante a fazer é que os autores citados, ao definirem a “voz passiva sintética”, se utilizam de um conceito, o de pronome apassivador, que não ousam definir. A definição “mais profunda” de “pronome apassivador” que encontramos está em Kury, quando diz que o pronome SE “indica passividade”.

Para Cunha & Cintra (2007:289), “*Os pronomes desempenham na oração as **funções**³⁶ equivalentes às exercidas pelos elementos nominais.*”

Cegalla (2010:179) reforça esta ideia dizendo que pronomes são “palavras que *substituem os substantivos ou os determinam, indicando a pessoa do discurso*”. Corroborar a mesma linha conceitual a obra de Faraco & Moura (2003:283) em que se lê: “*Pronome é a palavra que substitui o substantivo ou acompanha o substantivo*”. Deste modo, os pronomes servem “*para representar um substantivo*” ou “*para acompanhar um substantivo determinando-lhe a extensão do significado*” (Cunha & Cintra 2007:289). Cunha & Cintra (2007) apresentam como exemplos:

(08) Lembranças a todos os **teus** (pronome substantivo)

(09) **Teus** olhos são dois desejos (pronome adjetivo)

E ainda acrescentam que há seis espécies de pronomes: pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos, interrogativos e indefinidos.

Ora, perguntamos, e o “pronome apassivador”, citado na página 320 da mesma gramática, não é pronome? Então, porque não foi contemplado na lista das espécies de pronomes? Tentando seguir o raciocínio feito pelos gramáticos, consideraremos que o “pronome” apassivador é uma “função” e não uma classe, por isso não figura na lista.

Pelas “funções” de substantivo e adjetivo, descritas por Cunha & Cintra (2007), que podem ser exercidas pelos pronomes, perguntamos: “o pronome”

36 A gramática normativa também vacila nas definições de função e classe. Cunha & Cintra aponta, na p.91 de sua gramática, os pronomes como constituintes das “classes de palavras”. Por outro lado, nas páginas 319 e 320 da mesma gramática, registra-se os “valores e empregos” do pronome SE misturando-o com as funções sintáticas de objeto e sujeito. Para agravar ainda mais a situação, na p.299 da referida gramática, os autores dizem que os pronomes podem desempenhar a “função de substantivo” ou ainda modificar um substantivo, como se fossem adjetivos. Por ora, adotaremos a termo de “função” para o “pronome” apassivador, no sentido amplo que lhe confere a gramática normativa.

apassivador SE exerce estas funções na sentença *Não se vêem rosas neste jardim?*

Certamente não, pois a função que exerce, segundo as gramáticas normativas estudadas, é a de apassivar o verbo *ver*. Segundo Kury (1973) este pronome não substitui nenhum substantivo e nem o determina, mas “*indica a passividade*” do verbo.

A partir deste ponto, para fundamentarmos a nossa crítica à terminologia utilizada pelas gramáticas normativas dos séculos XX e XXI, discorreremos sobre o tratamento dado a este tema pela tradição da gramaticografia de língua portuguesa. Das gramáticas analisadas neste trabalho, identificamos que a primeira obra que se refere a “função” de apassivação do pronome SE é a *Regras da Língua Portuguesa, espelho da Língua Latina* de Jerônimo Contador de Argote, de 1725. Argote assim se pronuncia a este respeito:

Os turcos matavaõ-se á espada pelos Portugueses. Nesta oração a partícula SE faz passivo o Verbo Matavaõ, e val o mesmo que se disséramos Os turcos eraõ mortos á espada. (Argote 1725:263. Grifos nossos)

Ressaltamos aqui um ponto importante. Jerônimo o Contador de Argote não utiliza o termo pronome, mas sim partícula. A nosso ver o termo partícula é muito mais adequado e não entra em contradição ou conflito com a própria teoria pronominal da gramática normativa.

Por outro lado, o primeiro gramático, dentre as obras analisadas neste trabalho, que inaugura a terminologia de “partícula apassivadora” é Júlio Ribeiro:

Indica-se também nas linguas romanicas a pluralidade indeterminada do agente de um verbo, unindo-se a esse verbo o pronome reflexivo se, considerado como mera **partícula apassivadora**. (Ribeiro, 1881:287. Grifos nossos)

Devemos enfatizar este ponto: Júlio Ribeiro utiliza com muito mais critério e rigor teórico a expressão *partícula apassivadora* e não *pronome apassivador*.

Deste modo, nos parece falha evidente da gramática ulterior não ter se atentado para este fato. O fato de que o pronome SE, a partir do momento em que, segundo a teoria desta tradição, passaria a ter a “função” de apassivar o verbo na estrutura de voz passiva, deixaria de ser pronome e passaria a ser uma nova entidade e esta nova entidade não seria um pronome. Por isso, o termo *partícula* é muito mais adequado para se referir a esta nova entidade. Em nosso entendimento, não foi gratuitamente que Júlio Ribeiro elegeu *partícula* e não *pronome* para a expressão *partícula apassivadora*.

Vale ressaltar que esta nova entidade passa praticamente incólume à reflexão da gramaticografia de língua portuguesa. Das gramáticas analisadas neste trabalho, tanto as gramáticas que construíram a tradição, quanto as gramáticas normativas do século XX, praticamente nenhuma delas realiza uma discussão mais aprofundada para tentar explicar ou esclarecer este conceito movediço de “pronome apassivador”.

O único autor, em nosso entendimento, dentre as obras analisadas, que se dispôs a fazer uma reflexão mais aprofundada sobre este polêmico aspecto da gramática foi Manuel Said Ali, em sua obra *Dificuldades da Língua Portuguesa*, com sua primeira edição em 1908.

Além disso, este autor não advoga para a *partícula SE* o estatuto de *apassivadora*, mas de pronome que substitui o sujeito:

Forma com o pronome se é cousa diferente de forma passiva. A ideia do apassivamento por meio desse pronome é, além disso, uma interpretação contra a qual protesta a prática de todos os dias: as duas formas não se substituem mutuamente a bel-prazer. Hipótese sem valor morfológico não pode figurar como postulado. Semanticamente, admite-a quem se deixa fascinar pela nebulosidade da especulação metafísica ou quem ao estudo estritamente científico prefere a estrada batida da indolência

intelectual. Como se devem analisar estas orações de português castiço: compra-se o palácio, morre-se de fome? Decerto não posso admitir como sujeito da primeira frase o palácio, quando na segunda brigaria com a gramática o sujeito de fome, forçando-me a uma série de subterfúgios. A incongruência seria flagrante. Se fizermos abstração da gramática e, procedendo unicamente à análise psicológica, considerarmos que os termos psicológicos só têm que ver com as ideias que as palavras atualmente simbolizam, parece impor-se a candidatura do pronome se ao lugar de sujeito. (Said Ali 2008:105)

Neste trecho da obra de Said Ali julgamos importante destacar o seguinte comentário do renomado filólogo. Ao fazer a crítica sobre o “pronome” apassivador, Said Ali diz que *“hipótese sem valor morfológico não pode figurar como postulado”*. A leitura que fazemos desta assertiva de Said Ali é a de que realmente há um problema de conflito conceitual entre a teoria da gramática normativa, no que se refere ao tópico da morfologia³⁷ que trata das classes³⁸ de palavras. O “pronome apassivador” é uma *“hipótese sem valor morfológico”*, pois não se enquadra na morfologia da classe de palavras conforme definição da própria gramática normativa.

A classe dos pronomes é definida pelas gramáticas normativas, como já descrito no início deste tópico, como *“a palavra que substitui o substantivo ou acompanha o substantivo”*. Em nosso entendimento, foi isso o que quis dizer, acertadamente, o renomado filólogo Said Ali, quando disse que o “pronome” apassivador é *“hipótese sem valor morfológico”*, pois esta nova entidade, a partícula apassivadora, não pertence à classe de palavras dos pronomes, uma vez que não substitui nenhum substantivo e nem o acompanha. Esta nova entidade, apenas *“faz passivo o verbo”*, conforme Argote (1725:263) na chamada voz “passiva” sintética.

37 “A morfologia ocupa-se das diversas classes de palavras, isoladamente, analisando-lhes a estrutura, a formação as flexões e propriedades.” (Cegalla 2008:17)

38 “Estabelecida a distinção entre morfema lexical e morfema gramatical, podemos agora relacionar cada um deles com as CLASSES DE PALAVRAS. São morfemas lexicais os substantivos, os adjetivos, os verbos e os advérbios de modo. São morfemas gramaticais os artigos, os pronomes, os numerais, as preposições, as conjunções e os demais advérbios.” (Cunha & Cintra 2007:91-92)

4.1.2 O pronome na abordagem da teoria multissistêmica

Tendo em vista os argumentos que apresentamos até este ponto, sobre a inadequação conceitual e terminológica ao se utilizar do termo “pronome” para se referir ao conceito de partícula apassivadora, vamos agora abordar esta questão sob a ótica de uma das correntes atuais da teoria gramatical, a abordagem da teoria multissistêmica de Castilho (2012).

A teoria multissistêmica³⁹, conforme apresentada em Castilho, (2012) é uma proposta que utiliza diversas teorias para explicar os fenômenos linguísticos⁴⁰. A análise que faz Castilho do estatuto categorial dos pronomes é enriquecedora e, em nosso entendimento, reforça nosso argumento de que o “pronome” apassivador não é pronome.

Segundo Castilho (2012:474), “do ponto de vista semântico-discursivo, os pronomes” atuam de duas maneiras:

- “1. Representam as pessoas do discursos pelo caminho da dêixis;
2. Permitem a retomada ou a antecipação de participantes, pelo caminho da foricidade (anáfora e catáfora).”

Sendo a dêixis⁴¹ uma categoria semântica que “aponta” para pessoas do discurso (eu/você), “aponta” para o espaço físico (aqui/lá) ocupado por estas

39 Segundo Castilho (2012:69), “A teoria multissistêmica funcionalista-cognitivista é definível pelos seguintes postulados: (1) a língua se fundamenta num aparato cognitivo; (2) a língua é uma competência comunicativa; (3) as estruturas linguísticas não são objetos autônomos; (4) as estruturas linguísticas são multissistêmicas, ultrapassando os limites da gramática; (5) a explicação linguística deve ser buscada num percepção pancrônica da língua.”

40 A teoria multissistêmica, sobretudo, concebe a língua não somente como um conjunto de produtos, mas também com um conjunto de processos mentais, estruturantes e governada pelo dispositivo sociocognitivo. (cf. Castilho 2012:69-83)

41 “A palavra dêixis em português corresponde exatamente à palavra grega *deíksis*, que significa literalmente mostração. O termo deriva por sua vez do verbo grego *deíknymi*, “mostrar”, “apontar”. (Castilho 2012:123)

pessoas e que “aponta” para o tempo dos eventos enunciados (agora), percebemos que não há relação alguma entre o “pronome” apassivador SE e a propriedade dêitica que está na base da definição de pronome.

Com relação à propriedade ou categoria da foricidade, definida por Castilho (2012:125) como a *“operação desencadeada, sobretudo, por itens lexicais que trazem de novo à consideração noções já identificadas anteriormente (anáfora) ou a serem veiculadas posteriormente (catáfora) no texto”*, também não identificamos nenhuma relação entre o “pronome” apassivador SE e esta categoria.

Em uma sentença como *Vendem-se casas*, não é possível identificar nenhuma das categorias, nem da dêixis, nem da foricidade, no “pronome” apassivador SE.

O “pronome” SE não “aponta” para nenhuma pessoa do discurso, muito menos faz referência às categorias de tempo e espaço. Também não remete a nenhuma noção anteriormente mencionada no discurso e também a nenhuma noção posterior.

Portanto, a terminologia de “pronome apassivador”, registrada em grande parte das gramáticas normativas dos séculos XX e XXI não deveria ser utilizada, pois como vimos, não se enquadra nem na definição da classe de pronomes, conforme a própria teoria da gramática normativa, uma vez que não *“substitui nenhum substantivo e nem o acompanha”* e também por não satisfazer as categorias semânticas da dêixis e da foricidade, que constituem o estatuto categorial dos pronomes.

4.2 A suposta equivalência entre VPA e VPS

A suposta equivalência entre as estruturas da Voz Passiva Analítica (VPA) e a Voz Passiva Sintética (VPS), encontradas nas gramáticas normativas do século XX reflete apenas a adoção de um ponto de vista. Dizemos “suposta

equivalência”, pois na história das gramáticas, ao menos até o início do século XX, esta questão ainda não estava resolvida. Diferentes de outros pontos gramaticais (como a voz passiva analítica), este nunca foi unanimidade. Dos 17 autores analisados neste trabalho, conforme as Tabelas 4 e 5 abaixo, abrangendo o período entre o século XVII e o início do século XX, apenas 7 consideram as construções com SE como VPS, sendo ainda que 3 delas (a obra de Duarte Nunes Leão, a de João Franco Barreto e a de Said Ali) não consideram a estrutura de VPS como equivalente à VPA e sim consideram-na como voz ativa.

Para discutir essa questão, neste capítulo nos apoiaremos na pesquisa de 14 obras, escritas entre os séculos XVI e XIX e em 3 obras escritas no século XX, quanto ao seu tratamento sobre a representação de voz passiva. A lista a seguir está em ordem cronológica da primeira edição das referidas obras.

- *Grammatica da língua portuguesa* (1540) de João de Barros;
- *Origem e Orthographia da Lingua Portuguesa* (1606) de Duarte Nunes Leão;
- *Gramática de Port Royal* (1660) de Arnauld e Lancelot;
- *Ortografia da lingua portugueza* (1671) de João Franco Barreto
- *Regras da Lingua Portuguesa* (1721) de Jerônimo o Contador de Argote;
- *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa* (1770) de Antonio José dos Reis Lobato;
- *Gramatica Portuguesa* (1804) de Manoel Dias de Souza;
- *Elementos de Grammatica Portuguesa* (1819) de Francisco Soares Ferreira;
- *Grammática Philosophica da Lingua Portuguesa* (1822) de Joaquim Soares Barbosa;
- *Grammatica Analytica da Lingua Portuguesa* (1855) de Francisco Solano Constancio;
- *Compendio Elementar da Grammatica Portuguesa* (1858) de Carlos Augusto de Figueiredo Vieira.

- *Compendio de grammatica portugueza* (1862) de Joaquim Freire Macedo;
- *Grammatica Portugueza* (1881) de Júlio Ribeiro;
- *Estudos da Lingua Portuguesa* (1907) de Júlio Moreira;
- *Dificuldades da Lingua Portuguesa* (1908) de Manuel Said Ali;
- *Syntaxe Histórica Portuguesa* (1918) de Augusto Epifânio Dias.

Tabela 4 - Representação da voz passiva em língua portuguesa em gramáticas, compêndios e tratados de ortografia (autores do século XVI ao século XIX)

Autores dos Séculos XVI ao XIX				
Autor	1º ed.	VPA	VPS	Obs
Fernão de Oliveira ⁴²	1536	—	—	Não aborda a VPS ⁴³
João de Barros	1540	—	X	VPS = verbos impessoais
Duarte Nunes de Leão	1606	X	—	VPS = verbos impessoais
Port-Royal	1660	X	—	Não aborda a VPS
João Franco Barreto	1671	X	—	VPS = verbos impessoais
Jerônimo Contador de Argote	1721	X	X	
José dos Reis Lobato	1770	X	—	Não aborda a VPS
Manoel Dias de Souza	1804	X	—	Não aborda a VPS
Francisco soares ferreira	1819	X	—	Não aborda a VPS
Jerônimo Soares Barbosa	1822	X	X	
Francisco Solano Constancio	1831	X	—	VPS=reflexivo
Augusto de Figueiredo Vieira	1858	X	X	
Joaquim freire de Macedo	1862	X	—	Não aborda a VPS
Júlio Ribeiro	1881	X	X	

⁴² “Vemos, portanto, que Fernão de Oliveira já apresentava variação nas construções com se. Apesar de não tratar do assunto, faz uso da forma inovadora atestada na literatura, pelo menos nas construções infinitas.” (Cavalcante 2009:255)

⁴³ Com a expressão “não aborda a VPS”, queremos dizer que estes autores não tratam deste assunto em suas gramáticas. A única possibilidade de representação de voz passiva para estes autores seria por meio da voz passiva analítica.

Tabela 5 - Representação da voz passiva em língua portuguesa em gramáticas, compêndios e tratados de ortografia (autores do século XX)

Autores do Século XX				
Autor	1º ed.	VPA	VPS	Obs
Júlio Moreira	1907	X	X	
Said Ali	1908	X	—	VPS= VA
Augusto Epifânio da Silva Dias	1918	X	X	

A primeira constatação que chegamos diante das informações contidas nas Tabelas 4 e 5 é a de que a representação canônica da voz passiva em língua portuguesa se dá através da estrutura de voz passiva analítica (VPA). A representação da voz passiva por meio da voz “passiva” sintética, além de nunca ter sido consenso entre os autores é, ao menos até o século XIX, minoritária nas obras analisadas.

Em *Dificuldades da Língua Portuguesa*, Said Ali já defendia o argumento de que não existia voz passiva sintética (VPS) na língua portuguesa, mas sim que esta estrutura correspondia também à voz ativa (VA), classificando o se como sujeito indeterminado.

Tem-se dito que a nossa forma reflexiva se identifica com a voz passiva. Apesar das restrições que todos concedem, que são forçados a conceder, tenho a afirmação por leviana, a começar pelos exemplos banais com que a esteiam. **Aluga-se esta casa e esta casa é alugada** exprimem dois pensamentos, diferentes na forma e no sentido. (Grifo nosso. Said Ali 2008:115)

Aqui gostaríamos de apontar para um fato relevante no exemplo apresentado por Said Ali. Se há uma perfeita equivalência entre VPA e VPS, como querem os gramáticos normativistas, porque nunca encontramos em frente a um imóvel, em que há a pretensão de vendê-lo ou alugá-lo, os seguintes

dizeres: “*Esta casa é vendida*”, ou “*Este imóvel é alugado*”? Ora, nos parece um argumento bastante consistente este exemplo que nos revela que é justamente a falta de equivalência semântica que impede o uso destas formas em vez dos habituais anúncios “*Vende-se esta casa*” ou “*Aluga-se este imóvel*”.

Também contemporâneo e contendor de Said Ali, o filólogo Othoniel Motta, corrobora a tese da não equivalência entre as expressões de VPA e VPS e cita um argumento de Darmsteter⁴⁴:

A la voix passive, les transitifs se divisent en deux classes, suivant qu'ils expriment une action momentanée, comme battre, frapper manger, tuer, ou une action plus ou moins durable, come aimer, haïr, louer etc. (Apud Nascimento & Xavier 2008:72)

Aqui temos uma observação interessante. Para Darmsteter os verbos transitivos de voz passiva são classificados em dois tipos: os que refletem uma ação momentânea (matar, espancar, comer) e os que refletem uma ação durável (amar, alugar).

(10) O menino é espancado/ espanca-se o menino.

(11) Esta casa é alugada / aluga-se esta casa.

Portanto, a voz verbal sofre restrição da semântica do verbo. Avançando na observação de Darmsteter, poderíamos dizer que a voz verbal também sofre restrição do tempo verbal. Se, no exemplo de Said Ali, realmente nos parece que há diferença entre as estruturas de VPS e VPA, já não poderíamos dizer o mesmo dos mesmos exemplos registrados no tempo pretérito:

(12) Esta casa foi alugada/ alugou-se esta casa.

⁴⁴ Darmsteter foi um filólogo francês do século XIX, conforme nos aponta Cerântola (2009:38): “*Nas duas últimas décadas do século XIX, apareceram alguns estudos especializados que abordavam à questão semântica. Na Alemanha foi publicado o tratado de Hermann Paul - Prinzipien der Sprachgeschichte, e na França dois livros importantes e acessíveis, La Vie des mots étudiée dans leurs significations (1887) de Arsène Darmsteter e, dez anos depois, o Essai de sémantique de Bréal*”.

Aqui nos parece que as duas vozes se equivalem semanticamente. Observamos então que a semântica verbal é afetada pela alteração temporal e também pelo aspecto durativo do verbo. Nas sentenças em (12) não ficamos em dúvida se estas casas foram alugadas ou não. Portanto, a imbricação entre o tempo, o aspecto e a semântica verbal parece atuar de forma complexa nas diversas estruturas.

Considerando que a língua possui uma natureza complexa de relações, para analisá-la necessitamos lançar mão de um ferramental teórico também complexo.

A gramática normativa do século XX tem adotado um ponto de vista reducionista ao limitar suas análises sem que considere o conjunto de fatores que estão envolvidos nos enunciados. Um importante método de descrição das línguas, negligenciado pela gramática normativa, é o método de decomposição das estruturas linguísticas em traços distintivos.

A semântica se vale dos traços distintivos de palavras de modo a descrever melhor os fenômenos com os quais opera. No caso específico da “voz passiva sintética” este método é fundamental para demonstrar a impossibilidade de equivalência entre as vozes VPA e “VPS”. Consideremos então as seguintes sentenças:

(13) Os empregados foram demitidos

(14) Demitiram-se os empregados

No caso da sentença (13), de voz passiva analítica, não há ambiguidade de interpretação. A única leitura possível é a de que alguém demitiu os empregados.

Por outro lado, em estruturas de voz passiva sintética, como na sentença (14), percebe-se que, se estas sentenças são constituídas de sintagma nominal

com traços [+humano], gera-se ambiguidade, sendo uma leitura possível a reflexiva e outra a passiva. Na leitura reflexiva, os empregados pediram sua própria demissão. Já na leitura passiva, alguém demitiu os empregados.

A inversão de ordem das palavras também implica alteração de sentido. Se temos que *Os empregados demitiram-se*, fica desfeita a ambiguidade, sendo que apenas a leitura reflexiva é válida.

Por outro lado, sentenças como *Os peixes pescaram-se* ou *Os livros leram-se*, ou seja, em sentenças em que os sintagmas nominais possuem traços [-humano] ou [-animado] gera-se a agramaticalidade.

Todas estas questões, como a inversão da ordem das palavras ou a consideração dos traços distintivos dos sintagmas nominais na estrutura de “VPS” e suas consequências (ambiguidade e agramaticalidade) passam despercebidas pelas gramáticas normativas. Deste modo não se problematiza a complexidade do fenômeno analisado, a saber, a estrutura de “VPS”, deixando aos alunos consulentes das gramáticas a impressão de se estar diante de um truísmo, quando na realidade se está diante de uma questão muito mais abrangente e complexa.

4.3 A voz “passiva sintética”

Assim como a ideia de equivalência entre a voz “passiva sintética” (VPS) e a voz passiva analítica (VPA), o conceito de voz “passiva sintética”, defendido pela gramática normativa, nunca foi consenso na tradição gramatical. Desde os primeiros gramáticos da língua portuguesa, passando pelo respeitado filólogo Said Ali e ainda em trabalhos da linguística do século XX, esta estrutura não corresponde a uma voz passiva, mas à voz ativa. Por outro lado, parte da tradição possui outro entendimento sobre a questão e corrobora a ideia de existência de voz “passiva sintética” que se fixou nas gramáticas normativas do século XX e XXI. Neste tópico iremos discutir este tema.

4.3.1 A fragilidade do conceito de “voz passiva sintética”.

A teoria da gramática normativa define que a voz passiva se apresenta na língua portuguesa de duas formas: a *voz passiva analítica* (VPA) e a *voz passiva sintética* (VPS) ou pronominal.

A forma da voz passiva sintética é apresentada do seguinte modo, conforme Cunha (2007:225): “*Com o pronome apassivador se e uma terceira pessoa verbal, singular ou plural, em concordância com o sujeito*”. O exemplo dado é “*Não se vê uma rosa neste jardim.*”

Uma consequência da definição de VPS é o estabelecimento do que chamamos de cânone da regra da voz “passiva sintética”.

Para obter uma visão geral da regra da voz “passiva sintética”, consultamos as seguintes gramáticas:

- *Nova gramática do português contemporâneo* (2007) de Cunha & Cintra;
- *Novíssima gramática da língua portuguesa* (2008) de Domingos Paschoal Cegalla;
- *Moderna gramática brasileira*.(2002) de Celso Pedro Luft;
- *Gramática* (2003) de Faraco & Moura;
- *Gramática fundamental da Língua Portuguesa do Brasil* (1973) de Adriano da Gama Kury;
- *Gramática normativa da língua portuguesa* (2008) de Carlos Henrique da Rocha Lima;
- *Moderna gramática portuguesa* (2005) de Evanildo Bechara.

Tabela 6 - A regra da voz passiva sintética em gramáticas normativas (séculos XX e XXI)

Autor	Forma da VPS	Regra
Cunha & Cintra (2007:399)	PRONOME APASSIVADOR <i>se</i> e uma terceira pessoal verbal, singular ou plural, em concordância com o sujeito.	terceira pessoal verbal, singular ou plural, em concordância com o sujeito. (ex: Não se vêem rosas neste jardim)
Cegalla (2010:220)	com o pronome apassivador <i>se</i> associado a um verbo ativo na 3 ^o pessoa.	(Ex: Regam-se as plantas de manhã cedo)
Luft (2008:178)	Com pronome apassivador.	(Ex: Vendem-se terrenos)
Faraco & Moura (2003:354)	Formada pelo verbo principal na 3 ^o pessoa, seguido do pronome <i>se</i> .	(Ex: Revelam-se os segredos sexuais dos faraós).
Kury (1973:44-45)	verbo na voz ativa se acrescenta , para indicar passividade, o pronome <i>se</i> .	É de grande importância para a correção da linguagem observar que o verbo tem de concordar em número com o sujeito paciente.(Ex: fizeram-se muitas objeções)
Lima (2008:390-391)	Verbo acompanhado da partícula <i>se</i> e seguido de substantivo.	Atenção especial deve merecer a concordância de verbo acompanhado da partícula ' <i>se</i> ' e seguido de substantivo no plural...Este substantivo é o sujeito da frase, razão pela qual com ele há de concordar o verbo. (Ex: Alugam-se casas)
Bechara (2005:178)		Vende-se casas e frita-se ovos são frases de emprego ainda antiliterário, apesar da já multiplicidade de exemplos. A genuína linguagem literária requere vendem-se, fritam-se.

Esta tabela representa o que chamamos de regra canônica da gramática normativa, a saber, na estrutura de “VPS” o verbo deve SEMPRE concordar com o substantivo que o acompanha. A regra que se estabeleceu nas gramáticas do século XX se tornou tão forte que até hoje alguns gramáticos, como Bechara,

ainda relutam em se desvencilhar dela, inserindo comentários como os registrados na Tabela 6: “*Vende-se casas e frita-se ovos são frases de emprego ainda antiliterário, apesar da já multiplicidade de exemplos. A genuína linguagem literária requiere vendem-se, fritam-se*”.

Esta é uma citação que Bechara (2005:178) faz da obra *Notas e estudos de Português*. Interessante notar que Bechara, em nota anterior, reconhece a possibilidade de não concordância do verbo, interpretando deste modo a partícula SE como índice de indeterminação do sujeito. Contudo, ao inserir a nota sobre a “genuína linguagem literária”, se mantém tão canônico quanto os outros gramáticos.

O problema que queremos apontar aqui é que para sustentar a validade da voz passiva sintética a gramática normativa precisa recorrer a uma definição de sujeito insuficiente, que é estabelecida pelo critério da concordância.

Vejamos primeiramente como os autores das gramáticas analisadas definem sujeito.

Na gramática de Bechara (2005:409):

Chama-se sujeito à unidade ou sintagma nominal que estabelece uma relação predicativa com o núcleo verbal para constituir uma oração. É na realidade uma explicitação léxica do sujeito gramatical que o núcleo verbal da oração normalmente inclui como morfema número-pessoal [...] Estes sujeitos gramaticais, quando necessários ao melhor conhecimento da mensagem veiculada no texto, podem ser explicitados por formas léxicas que guardam com os sujeitos gramaticais a relação gramatical de concordância em número e pessoa. Assim é que em *Eu estudo*, *eu*, pronome de 1º pessoa do singular, se acomoda à indicação do morfema -o, indicador, nos verbos, da 1º pessoa do singular no presente do indicativo. Bechara (2005:409)

Ou ainda nas palavras de (Cunha & Cintra 2007:510): “*A solidariedade entre o verbo e o sujeito, que ele faz viver no tempo, exterioriza-se na*

CONCORDÂNCIA, isto é, a variabilidade do verbo para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito”.

Luft (2002:46), reforçando a definição circular de sujeito, o define deste modo: “*Ser de quem se diz alguma coisa, elemento com o qual o verbo concorda*”.

No comentário de Lima (2008:390-391), descrito na tabela 6 acima, o “*substantivo é o sujeito da frase, razão pela qual com ele há de concordar o verbo*” (Ex: Alugam-se casas).

Perguntamos então: como sabemos que o substantivo *casas* que acompanha o verbo na estrutura de “VPS” é sujeito?

Somente chegaremos a esta conclusão pela definição de sujeito pelo critério da concordância, que é “*o termo com o qual o verbo concorda*”.

Então perguntamos, *casas* é sujeito porque concorda com o verbo ou concorda com o verbo porque é sujeito? Esta é uma circularidade que torna problemática a intransigência da gramática normativa ao não aceitar como válidas sentenças como “*Aluga-se casas*”. Pela definição de sujeito, baseada no critério da concordância, a conceituação de voz passiva sintética se fragiliza e se torna insustentável.

Em nosso entendimento, quando estamos diante de uma sentença como “*Vendem-se casas*”, pela definição de sujeito, com base na concordância, poderíamos concluir que esta sentença é uma sentença passiva.

Contudo o mesmo não ocorre quando estamos diante de uma sentença como “*Vende-se casas*”. Esta sentença pela definição de sujeito com base na concordância não satisfaz o critério sintático-semântico de definição de voz passiva e, portanto, se torna uma sentença de voz ativa com sujeito indeterminado. Aqui reside o problema central, pois a gramática normativa não admite a não concordância em sentenças como *Aluga-se casas*, pois diz que *casas* é sujeito e por isso o verbo deve concordar com *casas*, flexionando-se para

o plural. Ocorre que a gramática normativa impõe que se flexione o verbo no plural e daí *casas* não é sujeito porque concorda com o verbo, mas concorda com o verbo porque é sujeito. Disto resulta a arbitrariedade da gramática normativa em não considerar sentenças como “*Aluga-se casas*” como válidas.

Agora passemos ao ponto problemático da definição de voz passiva sintética no texto de Monteiro citado por Bagno. Monteiro cita como exemplo primeiro a sentença *fuma-se aqui* e cita como segundo exemplo a sentença *fuma-se charuto aqui*:

Ensinam os gramáticos que, na primeira oração, o sujeito está indeterminado, ao passo que na segunda é o termo charuto que desempenha esta função. O paradoxo é por demais evidente: quando afirma que o sujeito de “fuma-se aqui” é indeterminado, utilizam um critério semântico, uma vez que o SE é interpretado como referente a alguém (“que não queremos ou não podemos nomear”); quando, por outro lado, dizem que o sujeito de “fuma-se charuto aqui” é charuto, lançam mão de um critério sintático, baseado na predicação e na regra de concordância (MONTEIRO apud BAGNO, 2000, p. 220).

Neste texto nos parece que surgem duas questões cruciais. Em primeiro lugar, Monteiro aponta para um fato extremamente relevante que é o da adoção de dois critérios diferentes para analisar o mesmo fenômeno. Outra questão importante é que talvez Monteiro não tenha apontado para o motivo real do segundo critério. Vamos agora detalhar os dois critérios aos quais nos referimos.

A definição de voz passiva é uma definição dependente da existência de um verbo transitivo, pois é o objeto da oração ativa que se torna o sujeito da oração passiva. Portanto, quando temos uma sentença com um verbo intransitivo como em “*Fuma-se aqui*”, a teoria da gramática normativa não pode enquadrá-la como uma sentença de voz passiva. Para contornar esta situação, a gramática normativa resolveu classificar este tipo de sentença como sentença ativa com sujeito indeterminado, conforme nos aponta Monteiro.

Também na gramática de Cunha & Cintra 2007 (320-321) os verbos intransitivos acompanhados do pronome SE, considerado “símbolo de indeterminação do sujeito” também formam sentenças ativas como o seguinte exemplo: “*Vive-se ao ar livre, come-se ao ar livre, dorme-se ao ar livre*”.

Ocorre que quando dizemos “*Fuma-se charuto aqui*”, também não conseguimos determinar quem pratica a ação de *fumar*, pois a partícula SE também indetermina o sujeito. Contudo a gramática normativa só admite em sua teoria o estatuto de índice ou símbolo de indeterminação para o pronome SE em “*verbos intransitivos ou de transitivos tomados intransitivamente*”. (Cunha e Cintra 2007:320)

Portanto, as sentenças com verbos transitivos no singular forçam a teoria da gramática normativa entrar em contradição quanto ao estatuto da partícula SE. Entram em contradição, pois ora utilizam um critério “semântico” para o pronome SE, identificando-o como um substituto de um sujeito indeterminado, ora se valem do conceito abstrato de partícula apassivadora. Vale ressaltar que apesar de Monteiro dizer que o segundo critério adotado pela gramática normativa é o critério da regra de concordância, entendemos que o ponto que fragiliza a voz passiva sintética é o fato de não poder explicar o motivo pelo qual o pronome SE indetermina uma sentença como *Bebe-se muito aqui* e não indetermina outra sentença como *Bebe-se muito vinho aqui*. Em nosso entendimento, o pronome SE, nas duas sentenças, remetem a ideia de que alguém bebe. Fica muito difícil se desvencilhar desta ideia que nos transmite o pronome SE, que é a de substituir um sujeito indeterminado.

Aliás, este é o mesmo entendimento que tem Possenti:

É muito difícil convencer alguém de que há dois “se” diferentes em exemplos como *Precisa-se de empregados/ Precisa-se navegar /Vende-se esta casa*. Todos os falantes de português, tenho certeza, tratam intuitivamente os três casos como sendo do mesmo tipo, ou seja, não se menciona quem precisa de empregados, quem precisa navegar e quem vende a casa. (Possenti 2007)

E ainda acrescentamos o mesmo argumento, agora proferido pelo eminente filólogo Manuel Said Ali:

em compra-se o palácio e morre-se de fome, o pronome se sugere, na consciência de todo o mundo, a ideia de alguém que compra, de alguém que morre, mas que não conhecemos ou não queremos nomear. (Said Ali 2008: 106)

Deste modo, diante das questões apresentadas neste tópico, não concordamos que algo tão frágil e tão questionável como a noção de voz “passiva sintética” possa ter adquirido status de dogma na gramática normativa. Devemos sempre lembrar que a gramática normativa é instrumento de formação educacional de nossa sociedade. Desta feita, não se poderia transmitir conceitos movediços, como o da voz “passiva sintética”, como se fossem truísmos.

4.3.2 A “voz passiva sintética” no modelo sistêmico-funcional

A Gramática Funcional faz parte de uma das correntes modernas da linguística. Segundo Castilho (2012:67), foi Halliday, na década de 70 do século XX, quem lançou as bases para esta nova corrente: “Ao lançar as bases para sua gramática funcional Halliday aprofundou as relações entre o sistema linguístico e as necessidades de comunicação.”

Em seguida, Castilho cita o trecho do texto de Halliday (1970):

(i) ideacional: a língua serve de veículo para a transmissão de informações entre membros da sociedade, 'isto é, da experiência que o falante tem do mundo real, inclusive do mundo interior de sua própria consciência'. (ii) interpessoal: através da língua estabelecemos, mantemos e especificamos relações com outros membros da sociedade, 'para a expressão de papéis sociais, que incluem os papéis comunicativos criados pela própria linguagem – por exemplo os papéis de perguntador ou respondente[...] e também para conseguir que coisas sejam feitas por via da interação entre uma pessoa e outra'. (iii)

textual: a língua provê a textura e a organização do discurso com relevância para cada situação. (Halliday 1970:136-137, apud Castilho 2012:67)

Em trabalho mais recente, Hawad (2002), se apoiando nas teorias de Halliday, ou seja, no modelo sistêmico-funcional, também não reconhece a estrutura de “VPS” como sendo voz passiva:

Embora a construção com *se* não seja, de fato, “voz passiva”, ela está, dessa forma, relacionada ao sistema de voz – possivelmente como uma “voz ativa pronominal” (por analogia com a designação tradicional “voz passiva pronominal”). (Hawad 2002:145)

A autora então propõe substituir o inconsistente modelo conceitual da gramática normativa por outro, reanalizando a estrutura de “VPS” não como voz passiva, mas como ativa e consequentemente recategorizando o clítico SE como índice de indeterminação⁴⁵:

A gramática tradicional do português, apesar das inúmeras críticas de que tem sido objeto nos últimos anos, continua a ser a base do ensino da língua nos níveis fundamental e médio. Suas falhas, não há dúvida, são muito mais profundas que simples questões terminológicas, residindo na própria estrutura conceptual. No entanto, no que se refere ao assunto estudado, uma alteração da nomenclatura descritiva poderia ser de grande utilidade no sentido de simplificar a abordagem pedagógica, e principalmente de aproximá-la mais da realidade lingüística da comunidade. O termo “voz passiva” deveria ser aplicado apenas à estrutura com verbo auxiliar *ser* (eventualmente, alguns outros equivalentes) e particípio do verbo principal. A designação “sujeito indeterminado”, por sua vez, abarcaria as construções sintáticas com verbo na terceira pessoa do singular e clítico *se*. (Hawad 2002:148-149)

45 A terminologia para designar a função sintática da partícula SE é variada entre os autores. Ora se utiliza a expressão “índice de indeterminação do sujeito”, ora o próprio termo *sujeito*. Não iremos aqui entrar no mérito desta distinção. Apenas nos restringiremos a apontar para a oposição entre a ideia de partícula apassivadora e à noção de partícula que representa o sujeito.

O trabalho de Hawad (2002) é interessante, pois se insere no contexto das teorias linguísticas do século XX, que de diversos modos e maneiras tem contribuído para um entendimento mais aprofundado da língua. Ocorre que a gramática normativa tem passado incólume à estas contribuições. O caso do aspecto gramatical da voz passiva sintética é um exemplo do distanciamento que ainda existe entre a antiga teoria da GN e as modernas teorias das correntes linguísticas.

A análise de Hawad (2002) descreve o fenômeno da voz passiva sintética dentro da perspectiva sistêmico funcional que classifica a língua como um sistema tripartite dividido em três funções: ideacional, interpessoal e textual.

Cada uma destas funções é relacionada ao sistema de vozes. Neste modelo teórico estas três funções se relacionam com três conceitos gramaticais que são: agente, sujeito (no sentido de o termo com o qual o verbo concorda) e tema.

Hawad (2002) primeiramente nos mostra que os conceitos gramaticais de agente, sujeito e tema, são confundidos pela teoria da gramática normativa como sendo três partes de um conceito único que é o conceito de sujeito. Desfeita a confusão, Hawad passa a descrever o fenômeno da voz passiva dentro da perspectiva sistêmico-funcional.

Como o objetivo deste trabalho não é o destrinchar ou validar as teorias linguísticas, mas o de mostrar que existe uma forte contra-argumentação à teoria da GN, iremos apenas resumir o quadro geral em que se fundamentam as argumentações.

Após analisar o fenômeno das vozes ativa (VA), passiva analítica sem agente da passiva (VPAsa), voz passiva analítica com agente da passiva (VPAap)

e passiva sintética (VPS), dentro no contexto da perspectiva sistêmico-funcional, Hawad chega ao seguinte quadro:

Quadro em Hawad (2005:135)

	VA	VPAsa	VPAap	VPS
Tematização do Objeto	-	+	+	-
Desfocamento do Agente	-	+	-	+
Identificação do Agente	+	-	+	-
Determinação do sujeito	+	+	+	-

O fenômeno descrito na análise de Hawad é bem mais completo do que a descrição apresentada na teoria da gramática normativa.

O quadro nos mostra que existem dois traços que diferem a “voz passiva sintética” da voz passiva analítica: a VPS não tematiza⁴⁶ o objeto e não determina o sujeito. Estes fatos tem implicações na qualidade informacional e nas estratégias utilizadas pelo falante em relação ao ouvinte. Considerando que a VPS tematiza o predicator, a ênfase de sentido da sentença recai sobre o processo e não sobre o objeto verbal. Por outro lado, o fato de VPS não determinar o sujeito da sentença acarreta em um maior ou menor envolvimento do falante com o estado de coisas que a sentença projeta.

Ou ainda, nas palavras de Hawad (2002:143):

Se o significado é concebido apenas como representação da realidade, então VPS e VPA podem ser entendidas como formas semanticamente equivalentes, já que ambas representam um estado de coisas sem a explicitação de um participante causador ou responsável por ele. Contudo, se tanto VPS quanto VPA servem ao ocultamento da identidade do Agente, isso se dá

⁴⁶ O Tema é o ponto de partida da mensagem, aquilo a que a oração se refere. (Hawad 2002:43)

mediante recursos diferentes. No primeiro caso, trata-se de simples omissão, possibilitada pelo fato de que o Objeto preenche a função de Sujeito; no segundo, trata-se da supressão da oposição de pessoa – ou seja, em VPS há indefinição extrema das pessoas do discurso envolvidas. Isso significa que a inclusão ou não do falante e do ouvinte no estado de coisas expresso é vaga, imprecisa, resultando em diferentes efeitos de sentido no domínio interpessoal, como a facilitação do envolvimento do leitor com o ponto de vista do autor, ou a imprecisão quanto ao grau de participação do autor nos estados de coisas a que se refere.

Vale ainda ressaltar que Hawad – assim como os primeiros gramáticos da língua portuguesa, o filólogo Said Ali e outros - após a análise do fenômeno da voz passiva sintética chega à conclusão de que a voz passiva sintética não é passiva e sim ativa:

Observando-se a rede de opções proposta, pode-se perceber que VPS partilha um traço com VA – [-TO] – e um traço com VPAsa – [-IA]. Ao mesmo tempo, não partilha nenhum traço com VPAap, que é marcada positivamente para todos os parâmetros, o que torna insustentável a análise da construção com se como “voz passiva”.(Hawad 2002:138)

Deste modo, demonstra-se com relação aos critérios adotados, que a voz passiva sintética não pode ser passiva, pois deveria ao menos compartilhar um dos critérios com a VPAap (voz passiva analítica com agente da passiva). Como não há nenhum traço comum entre as duas, a voz passiva sintética é na realidade uma voz ativa.

Como dissemos anteriormente, não cabe, neste trabalho, validar a teoria apresentada por Hawad (2002). O que é importante salientar é que a pesquisa empreendida por Hawad (2002) nos mostra claramente que a teoria com que a gramática normativa opera é limitada e está obsoleta. A gramática normativa não incorporou os avanços da linguística no que se refere a descrição mais clara e precisa dos fenômenos da linguagem, como a distinção entre agente, tema e sujeito.

Esta visão mais ampla da linguística possibilita ver a linguagem como um fenômeno complexo que de fato é, e não como uma imagem reduzida como pretende apresentar a gramática normativa.

Deste modo, se há discordâncias abissais entre os gramáticos e os linguístas quanto à análise da voz verbal — para uns a estrutura de “VPS” é passiva, para outros, ativa — em nosso entendimento, assunto tão nebuloso e controverso como este, não deveria figurar como um dogma da gramática normativa.

4.4 Verbos impessoais e as vozes verbais

Este é mais um dos tópicos em que a tradição gramatical tem misturado conceitos causando grande confusão entre terminologia utilizada e a ideia que se quer transmitir. Este fato, a inadequação terminológica, se desdobra em imprecisão conceitual, comprometendo a clareza da teoria da gramática normativa. Deste modo, o conceito de impessoalidade tem sido bastante movediço, sofrendo mutações muitas vezes distantes de sua ideia embrionária.

O que nos parece é que, inicialmente, a noção de verbo impessoal estava vinculada à própria “etimologia” da palavra. Deste modo, o verbo impessoal deveria ser o verbo que “não possui pessoa”. Sabemos que uma das definições mais antigas de verbo, que remonta a Dionísio o Trácio, diz que é a parte da oração que indica tempo, pessoa, número, ação e paixão. (cf. Fávero 1996:98).

Adotando esta definição de verbo, percebe-se que o infinitivo, não flexionado, não possui todas estas características, não indicando pessoa alguma em sua morfologia. Não há no infinitivo desinência pessoal. Sabemos que o infinitivo em português pode se flexionar e se tornar “pessoal”. Contudo, quando dizemos, por exemplo, *amar*, não conseguimos saber a que pessoa pode se referir o verbo.

Fávero (1996:99) registra este mesmo entendimento dizendo que os verbos impessoais “*são os que não tem pessoa, isto é, os verbos na sua forma infinita.*”

Reforçando a ideia de impessoalidade vinculada à ausência de pessoa gramatical, temos o registro de um dos expoentes da gramaticografia de língua portuguesa: “*Os grammaticos chamão ao modo **infinito impessoal por não ter pessoas***”. Lobato (1837:70. Grifos nossos)

Desta ideia inicial, de ausência de pessoa gramatical, e por extensão de significado, passou-se a identificar a ausência de pessoa gramatical com **ausência da pessoa do discurso**.

É neste ponto que se inicia a inadequação terminológica e a mistura confusa de conceitos.

O mesmo Lobato que outrora definira verbo impessoal como verbos que “**não tem pessoa**”, passa agora a definir este verbo como os que “**indeterminam a pessoa**”.

*Amar é impessoal, quando digo : É preceito Divino amar a Deos, **porque então não determina as pessoas** , que devem amar a Deos; porém é pessoal , se eu disser : È preceito Divino amar eu a Deos (Lobato 1770:XXIX)*

Em nosso entendimento, aqui existe uma primeira inadequação terminológica, denominando verbos impessoais “àqueles que possuem terceira pessoa”. Inadequado porque o prefixo “*im-*” que denota negação da pessoa, conflita com a definição de verbo impessoal, que afirma a existência de uma pessoa, a saber, a terceira.

Passaram então a ser classificados como verbos impessoais os que não identificam a pessoa do discurso, como por exemplo, os verbos na terceira pessoa do singular em sentenças com verbo no infinitivo e verbos na terceira pessoa do singular com o pronome SE, conforme nos aponta João de Barros:

Estes verbos impessoais são de duas maneiras, a uns chamam de voz ativa, e outros da voz passiva. Os da voz ativa acerca de nós são releva, compre, convém, acontece, e outros semelhantes [...] A ti releva aprender ciência, e a mim convém dar doutrina. Estes verbos conjugam-se por todos os tempos e modos... Os verbos impessoais da voz passiva, acerca dos latinos, sempre denotam ação com generalidade de obrar: e propriamente vem de todos os verbos neutros absolutos. Nós não temos estes verbos, mas quando falamos por este modo, tomamos o verbo em a terceira pessoa do singular, e este pronome da terceira pessoa, SE, e reciprocando dizemos, no paço se pragueja fortemente. (Barros 1540:19. Grifos nossos,)

Vale ressaltar que Barros (1840) mistura os conceitos de impessoalidade e de voz verbal. Este autor não deixa explícito o que une os verbos da voz ativa e passiva no conceito da impessoalidade. Contudo, implicitamente, concluimos que a indeterminação do agente da ação verbal é que realiza este papel unificador da ideia de impessoalidade.

Além de Barros, Duarte Nunes de Leão (1606) e João Franco Barreto (1671) também consideravam impessoais as construções com SE.

Leão (1606) diz que **os verbos**, além de terem significação com tempo, pessoas, modos e números, **tem três vozes: a ativa, a impessoal e a passiva**. Identifica a voz impessoal com a forma de terceira pessoa do singular com SE, assim como Barros. Por outro lado, diferentemente de Barros, inclui na voz impessoal o uso da terceira pessoal do plural, sem se referir a nenhum pronome com em *dizem, correm*.

*A parte da oração que se chama verbo que He aquella, que tem significação com tempo, pessoas, modos e números, **tem três vozes hua activa, outra impessoal, outra passiva** [...] **A impessoal** He quando não se faz menção de pessoa alguma [...] **o impessoal** suprem com as terceiras pessoas do verbo actiuo do mesmo tempo, e modo, e com este pronome, se, dizendo sem, demonstração de pessoa alguma amase, correse, ou absolutamente sem a ajuda do pronome pelas terceiras*

peessoas do plural do mesmo modo, e tempo, e dizem, amaõ, correm. E assi por o que os latinos dizem currebatur, amabatur, dizem corriase, amauase, curriaõ, amauaõ [...] (Leão 1606 :117-118)

Barreto também segue a mesma linha de Leão e identifica as estrutura de VPS e o uso indeterminado das terceiras pessoas do plural como sendo construções impessoais:

Verbos impessoais se chamam os que não tem todas as pessoas em ambos os números, mas somente as terceiras pessoas, como disse, dizem, contam, conta-se e semelhantes. E isto basta para nosso intento (Barreto 1671:56)

E ainda faz a distinção da estrutura impessoal da estrutura de voz passiva:

Os **verbos passivos** da lingua latina formam-se dos ativos acabados em o acrescentando-lhes um r como amo, amor [...] porém os nosso verbos não são dessa qualidade [...] carecem de passiva; E supre-se esta falta com o verbo substantivo que é eu sou, tu es, junto aos particípios acabados em ado, ido, e assim dizemos, eu sou amado [...] E não sigo o parecer de nossos ortografos, que dizem nos remediamos com os pronomes, me, te, se, nós, vós,se, porque na realidade não se especifica assim **a voz passiva**, que é de ser o nominativo paciente, isto é, a cousa, que padece, concordando com ele em numero e em pessoa, como é uso de todos os verbos pessoais; donde Latinamente de diz **eu sou amado [...]**, **em os quais exemplos se vê a coisa, que padece posta em nominativo**, como pede a boa Gramática, o que se não acha em os exemplos, que nossos ortógrafos trazem, a saber, moveor, movome, vestior, visto-me [...] (Barreto 1671:55-56)

Além disso, indiretamente, Barreto define os verbos impessoais como verbos de voz ativa, uma vez que entende que apenas a forma de VPA é considerada passiva.

Portanto, o que no início do processo de gramatização da língua portuguesa era considerado como verbo ou voz impessoal era o que a gramática normativa atual viria a chamar de voz passiva sintética (VPS).

É interessante notar que os mesmos exemplos de João de Barros são citados, 300 anos depois, pelo gramático Jerônimo Soares Barbosa.

Portanto, para Barbosa, os verbos impessoais:

se empregam só nas terceiras pessoas do singular indeterminadamente sem expressar o sujeito, como: **A mim convém dar doutrina, A ti revela aprender ciência,** Aos homens apraz ter dinheiro, Às mulheres cumpre honestidade (Barbosa 1822:242. Grifos nossos)

Ocorre que os verbos na terceira pessoa possuem pessoa, que é a terceira. Isto é coisa bem diferente do verbo infinito que realmente não possui pessoa gramatical. O que os verbos na terceira pessoa do singular não “possuem” é a pessoa do discurso, pois a indeterminam.

Deste modo é **a indeterminação** que une os verbos infinitos e os verbos na terceira pessoa do singular com o pronome SE, e não a “impessoalidade”.

Deste modo, podemos observar as mudanças na conceituação e classificação dos verbos impessoais que foram ocorrendo na gramaticografia de língua portuguesa. Outra mudança que conseguimos identificar é que, a partir de determinado momento, passa-se a categorizar os verbos impessoais como os que só são utilizados na terceira pessoa. Deste modo, somados aos exemplos de João de Barros, passam agora a figurar na lista de verbos impessoais os verbos que representam fenômenos meteorológicos. (ex: chover, nevar)

Os verbos impessoais não tem senão as terceiras pessoas ; v.g. chove, choveo, choverá ; venta, neva, etc (Solano 1854:143)

Daí decorre um novo atributo dos verbos impessoais que além de serem utilizados apenas na terceira pessoa do singular, também apresentam sujeito subentendido. Os verbos *chover* e *nevar*, para algumas gramáticas do século XIX, como a de Jerônimo Soares Barbosa, não indeterminavam o sujeito — como as expressões com infinitivo e outros verbos utilizados na terceira pessoa

do singular ou do plural — mas o deixavam “oculto”, conforme nos aponta Barbosa (1822):

Os verdadeiros impessoais são aqueles, que se não usam nunca se não na terceira pessoa do singular como: Amanhece, anoitece, neva, chove...Os sujeitos destes verbos, que podem ser Deus, o Céu, a Nuvem [...] pela maior parte se subentendem. (Barbosa 1822:242)

E ainda nas palavras de Macedo (1862):

Ha verbos impessoaes, cujo sujeito nem sempre vem claro, mas só é concebido mentalmente, como: chôve, néva, fuzila, trovêja. (Macedo 1862:57)

E também nas palavras de Lobato (1770):

Tambem se costuma callar o nominativo aos verbos chamados impropriamente impessoaes; **pois quando dizemos v. gr. Chove , não se exprime o nominativo , por não ser necessario declarar-se, pois já todos o supõem , e subentendem qualquer destes nominativos Ceo, Ar, Nuvem ,** ou o nominativo cognato (chamado assim , por se derivar do mesmo verbo) Chuva , pois vai o mesmo que dizer : o Ceo chove , ou a chuva chove. Pelo contrario tambem algumas vezes se costuma callar o verbo, exprimindo-se o nominativo, quando este se ajunta a alguns adverbios, o que deo fundamento para alguns Grammaticos dizerem, que tambem alguns adverbios pedem nominativo ; porém isto é erro, por se entender oculto o verbo , que pede o tal nominativo ; pois quando dizemos v. gr. Eis-aqui a estrada de Mafra, o nominativo Estrada é não do adverbio Eis-aqui , mas sim do verbo Está , **que se entende occulto**, pois vai o mesmo que dizer : Eis-aqui está a Estrada de Mafra. (Lobato 1770:201-202. Grifos nossos)

Portanto, a tradição gramatical até o século XIX, ao menos representada pela figura destes três gramáticos (Lobato 1770, Barbosa 1822 e Macedo 1862), não considerava o verbo *chover*, assim como outros verbos que denotam fenômenos da natureza, como um verbo de oração sem sujeito, mas consideravam-no como um verbo de oração de sujeito subentendido. Para estes

autores o sujeito do verbo *chover* poderia ser o *céu* ou a *nuvem*. Deste modo, temos agora nova noção vinculada aos verbos impessoais: **a noção de “sujeito subentendido”**.

Verificando ainda o que nos diz o célebre Júlio Ribeiro em sua gramática, percebemos que outra noção é acrescentada à noção de verbos impessoais. Para este, verbo impessoal é aquele que: *quando em accepção propria não póde ter por sujeito um nome de pessoa*, ex.: « trovejar—acontecer ». (Ribeiro 1881:67)

Deste modo, a nova noção apresentada por Júlio Ribeiro, associada aos verbos impessoais, é a **noção de sujeito não humano**. O verbo seria “impessoal”, pois não teria “pessoa” humana figurando como sujeito da sentença.

Até este ponto vale enfatizar que, em nosso entendimento, as diversas mudanças e alterações na categorização dos verbos impessoais ao longo da gramaticografia de língua portuguesa se deve tanto à polissemia da palavra impessoal, quanto à certa falta de rigor teórico ao longo da tradição que foi gradativamente misturando noções distintas no único rótulo de verbos impessoais. Para reforçar este nosso argumento, além do já exposto até aqui, mostramos agora que a gramática normativa inverteu o conceito de verbo impessoal.

Para os diversos gramáticos analisados neste tópico, desde o século XVI com João de Barros (1540), até o século XIX com Barbosa (1822) e Macedo (1862), os verbos impessoais possuíam sujeito, fossem eles indeterminados ou subentendidos.

A maior alteração que se dá na conceituação dos verbos impessoais é que se outrora estes verbos possuíam sujeito, passaram, nas gramáticas normativas do século XX, a não ter sujeito. A noção de que os verbos como *chover* e *nevar* não possuem sujeito passou a vigorar e foi esta a definição que se fixou no cânone da gramática normativa do século XX. Verbos como *chover*, *nevar*,

segundo a gramática normativa do século XX, **não possuem sujeito⁴⁷, por isso são considerados “verbos impessoais”**.

Com relação a esta guinada de ponto de vista, de considerar em um primeiro momento o verbo *chover* como contendo sujeito subentendido e em um segundo momento ser analisado como sem sujeito, trata-se de mudança de ponto vista fruto de abordagens distintas sobre a língua. A primeira abordagem, que identifica um sujeito, ainda que subentendido, do verbo *chover*, está vinculada à tradição da lógica, que dialoga com a gramática, desde a tradição grega Alexandrina. A abordagem logicista considera que toda oração deve ser reduzida a dois termos, que são o sujeito e o predicado. O sujeito é o assunto do qual se fala; o predicado, o que se fala do assunto. Esta definição de sentença remonta a Aristóteles e corresponde a um juízo.

Haüy (1983) se debruça sobre a questão da influência da lógica na tradição gramatical, quando fala sobre a conceituação de oração:

Continuam os gramáticos definindo oração como expressão de um juízo ou de um pensamento, ou ainda, como um conjunto de palavras com sentido completo. Alguns também identificam oração com frase ou membro de frase com estrutura dual (S-P), outros confundem com período simples. São definições que evidentemente se repetem sem nenhuma convicção, na rotina centenária do 'magister dixit'. (Haüy 1983:9-10)

Sobre a definição de oração como expressão de um pensamento Haüy nos diz que:

Esta é uma definição que também remonta à Lógica Aristotélica. Adotam-na todavia gramáticos como Napoleão Mendes de Almeida, Artur de Almeida Torres, Domingos Paschoal Cegalla, e alguns estudiosos franceses como Grévisse e Claude Augé, certamente baseados em autores do passado. (Haüy 1983:13)

⁴⁷ “Não tendo sujeito, os verbos impessoais são invariavelmente usados na 3ª pessoa do singular. Assim: a) verbos que exprimem fenômenos da natureza, como: chover, nevar...” (Cunha & Cintra 2007:458)

E ainda sobre a definição de oração como estrutura dual composta de sujeito de predicado, diz: “o conceito de sujeito e predicado é ainda o da *Lógica tradicional* – o ser de quem se declara algo”.(Haury 1983:22-23)

Haury (1983), se apoiando no testemunho de Câmara Jr., registra este conflito entre a *Lógica tradicional* e novo conceito de verbo impessoal nas gramáticas do século XX.

O que se entende hoje por oração impessoal ou sem sujeito, parecia, pois, incoerente, em face da definição de oração. E, segundo Mattoso Câmara Junior, por esse motivo o conceito de oração impessoal foi rejeitado por vários teóricos do passado e do presente: Aqueles foram principalmente influenciados pela preocupação errônea de enquadrar a frase no raciocínio lógico, onde são imprescindíveis os dois termos que constituem o esquema clássico de igualdade A é B (juízo). (Haury 1983:189)

Deste modo, os gramáticos mais vinculados a esta tradição logicista tendiam a ser resistentes a categorizar orações como desprovidas de sujeito, uma vez que a própria definição de oração não previa esta possibilidade.

Deste modo, quando alguém diz *chove*, estaria, na realidade, por meio de apenas um item lexical, expressando um pensamento maior do tipo *a nuvem chove* ou *a nuvem faz cair a chuva*, pensamento este que estaria em perfeita consonância com a *Lógica tradicional*, no sentido de que estaria considerando a expressão “chove” como uma oração, em que, para esta tradição, seriam imprescindíveis a existência dos termos sujeito e predicado.

Dessa análise histórica, sobre os verbos impessoais, identificamos a seguinte lista de conceitos que se entrelaçam, se sobrepõem e se contrapõem:

1. Noção de ausência de pessoa gramatical (verbos infinitivos)
2. Noção de indeterminação de pessoa do discurso (verbos na terceira pessoa)

3. Noção de sujeito subentendido (chover, nevar)
4. Noção de sujeito não humano (chover, gorjear)
5. Noção de ausência de sujeito (chover, haver, fazer)

A abordagem atual da gramática normativa não é a logicista, ao menos neste aspecto tratado, o que contraria os próprios princípios através dos quais é construído o seu quadro teórico.

Em nosso entendimento, ainda há a possibilidade de entendermos os verbos que denotam fenômenos atmosféricos como verbos de ação e que possuem um sujeito. Contudo, a gramática normativa do século XX e XXI tem ignorado esta abordagem da tradição.

Na investigação que fizemos neste tópico, constatamos que a noção de verbos impessoais que se fixou gramática normativa do século XX e XXI é uma noção antitética à noção que era praticada em gramáticas de língua portuguesa, ao menos até o século XIX. Outrora os verbos impessoais possuíam sujeito, fossem eles indeterminados ou subentendidos. O corolário deste fato é que, sendo os verbos impessoais possuidores de sujeito, deveriam ser incluídos no sistema de vozes verbais. A nosso ver, o fato de o sujeito ser indeterminado ou subentendido não impede que sentenças com estes verbos sejam consideradas no quadro de vozes verbais, uma vez que a definição básica de voz verbal remete a uma relação entre sujeito e verbo.

4.5 Voz neutra

No quadro de vozes da gramática normativa temos basicamente a configuração de 3 vozes: ativa, passiva e reflexiva.

No entanto, o aluno da disciplina gramatical, ao se deparar com frases do tipo *Vive-se bem aqui*, *A menina é bonita* ou ainda *Existem muitas árvores na*

cidade, poderia indagar: em que classificação de vozes verbais poderiam ser enquadrados os verbos das sentenças mencionadas?

Consultando as gramáticas normativas estudadas neste trabalho o aluno ficaria sem resposta, e a dúvida permaneceria em aberto. Contudo, esta dúvida não persistiria se a gramática normativa tivesse incorporado e desenvolvido a noção de verbos neutros.

A gramática de Port Royal (1660) que influenciou a geração posterior das gramáticas filosóficas portuguesas já previa o enquadramento dos verbos intransitivos classificando-os como verbos neutros:

Mas as linguas usuais da europa não tem passivo e , em seu lugar, se servem de um participio formado do verbo ativo e tomado no sentido passivo, com o verbo substantivo eu sou, como eu sou amado,etc. Os neutros o que alguns gramaticos chamam de *verba intransitiva*, verbos que não passam para fora. (Arnauld & Lancelot 2001:101)

Encontramos também o registro do desenvolvimento da noção de verbos neutros em alguns gramáticos portugueses. Souza (1804) não fala de vozes, mas diz que os verbos tem quatro diferentes formas, dentre elas a forma neutra:

a forma neutra exprime pura e simplesmente alguma qualidade que alguém possui, sem exprimir alguma idéia de ação ou paixão, assim como: Demorar, Existir; e por isso se chamão neutros estes Verbos , porque não são nem activos , nem passivos. (Souza 1804:56)

Vale observar que Souza (1804) confere outro sentido aos verbos neutros, diferentemente do adotado pela gramática de Port Royal. A classificação de Souza (1804) contempla os verbos que não exprimem ideia de ação ou paixão, mas apenas a qualidade que alguém possui. Contudo esta conceituação é inadequada até para os exemplos citados por Souza (1804) como os verbos *demorar e existir*. Ora o verbo existir não expressa uma “qualidade”. O verbo

existir já foi bem estudado por Castilho(2012), que demonstrou ser este um verbo apresentacional e “*cuja função mais saliente é introduzir participantes no discurso.*” (Castilho 2012:286)

A questão relevante no quadro teórico das vozes é que, pela tradição, ela trata apenas da relação entre o sujeito e os verbos de ação, contudo, perguntamos: por que neste quadro teórico ficou de fora a relação entre o sujeito e outros verbos como os apresentacionais, os de processo, de estado, etc.?

Outra definição de voz neutra que encontramos na tradição de nossa gramaticografia é a apresentada por Macedo (1862):

Verbo neutro é o que designa um estado ou acção do sujeito, exercida sem dependencia da vontade ou da actividade d'elle, e que não recáe directamente sobre um objecto: Ex. A arvore cresce; — elle caio; — Antonio morrêo. (Macedo 1862:55-56)

Aqui Macedo introduz uma novidade conceitual ao incluir entre os verbos neutros os intransitivos cujo sujeito não tem o controle sobre a ação verbal que recai sobre ele. Macedo aqui antecipa a abordagem que um século depois fará a linguística moderna, acerca da voz média. O assunto sobre a voz média será discutido em tópico específico neste trabalho.

Em nosso entendimento, esta lacuna teórica, tanto dos verbos intransitivos quanto de verbos que não exprimem ação ou paixão, foi pouco desenvolvida pela gramaticografia de língua portuguesa e o pouco que foi desenvolvido ainda se perdeu, pois nem os verbos neutros da gramática de Port Royal, nem os verbos neutros de Souza (1804) sobreviveram na gramática normativa do século XX.

Não entendemos que seja didático ou ainda que faça sentido descrever apenas as relações existentes entre o verbo e o sujeito fazendo um recorte semântico que reduza esta descrição aos verbos de ação.

Deste modo, a nosso ver, se há sentido em descrever a relação entre o verbo e o sujeito, que é a conceituação de voz verbal da gramática normativa, não há motivos para excluirmos de uma análise todos os modos e possibilidades que abarcam esta relação. O modelo de voz verbal na teoria da gramática normativa está obsoleto e não se atualiza há mais de 2000 anos.

Urge, portanto, que a linguística aponte as fragilidades deste modelo — como pretende este trabalho — e que se proponham novos modelos de classificação e análise dos fenômenos linguísticos e que representem com maior rigor metodológico, clareza e de maneira mais satisfatória, o universo da linguagem.

4.5.1. O verbo *chamar* e a voz neutra

A título de exemplo, analisaremos o caso do verbo *chamar*, que a gramática normativa enquadra na classificação de voz passiva, mas a nosso ver, seria um caso que poderia ser enquadrado em uma classificação de voz neutra, caso a gramática normativa tivesse desenvolvido e aperfeiçoado esta noção que encontramos na tradição.

Segundo Cegalla (2008:222) o verbo *chamar-se* é considerado como passivo por alguns autores e cita como exemplo a seguinte sentença:

(15) Chamo-me Luís.

Em nosso entendimento o verbo *chamar* não se enquadra na definição semântica de voz passiva da gramática normativa, como tentaremos demonstrar a seguir, a partir do trabalho de Silva (2010).

Silva (2010:157), ao estudar a valência do verbo *chamar*, nos diz que este verbo, com o sentido de ter/possuir um nome, possui três argumentos.

As construções denominativas propriamente ditas tem por significado "apelidar", "atribuir um nome", quando transitivas e "ter/possuir um nome" quando estativas. Nessas construções a denominação dada é um nome, e não um adjetivo, e portanto não configuram um caso de dupla predicação, o verbo CHAMAR nesse tipo de construção seleciona três argumentos, e portanto apresenta Valencia três. Em relação as construções estativas com CHAMAR-SE, as estruturas são as seguintes: no PB tem-se duas estruturas (a) [Y CHAMA-SE Z] e [Y CHAMA Z]; no PE encontramos apenas (c) [Y CHAMA-SE Z].

Em nosso entendimento a estrutura Y CHAMA-DE Z não é um caso de voz passiva, pois não corresponde à definição semântica de voz passiva enunciada pela gramática normativa. Segundo a GN, a voz passiva ocorre quando sujeito de uma sentença é o paciente da ação verbal e quando o agente da ação verbal é denominado agente da passiva. Vejamos então se a sentença abaixo satisfaz esta condição:

(16) Ele chama-se João

Nesta sentença não conseguimos identificar o paciente da ação verbal, pois entendemos que esta acepção do verbo chamar não se desdobra em uma ação. A semântica do verbo (ter o nome de/ter por nome) não reflete nenhuma ação.

Deste modo, entendemos, como Silva (2010), que esta diátese do verbo chamar não é transitiva e sim estativa⁴⁸, ou seja, expressa uma estado ou condição, sem nenhuma ação ou mudança refletiva em seu significado.

Por outro lado, se é um predicado estativo, não pode ser considerado voz passiva, pois pela definição de voz verbal da gramática normativa perpassa, necessariamente, a ideia de ação verbal, ideia esta ausente das sentenças estativas.

Aliás, a definição de voz ativa e passiva restringida a verbos de ação em que há necessariamente de um lado um agente e de outro um paciente da ação verbal é bem antiga e remonta a gramática de Dionísio o Trácio. Segundo Neves

⁴⁸ Segundo Houaiss (2009) um verbo estativo é o que expressa um estado, sem nenhuma ação ou mudança (diz-se de aspecto); p.ex., o verbo ser, p.opos. a tornar-se.

(1987:196-197), *“De fato, por definição, o verbo é considerado em Dionísio como a palavra que indica ação praticada ou recebida”*.

Essa diferença de classificação de verbos é também registrada pelos antigos gramáticos portugueses que denominavam o verbo *ser* como verbo substantivo. (Cf. Barreto 1671:55-56)

É por isto que as sentenças com verbos de ligação⁴⁹ não podem ser consideradas ativas ou passivas.

Portanto, sendo a diátese do verbo chamar, no sentido de ter por nome, algo que não se relaciona com a existência de um agente que pratica a ação verbal ou de um paciente que a sofre, não podemos considerá-lo como um verbo de construção passiva, o que torna problemática a visão dos gramáticos normativistas que reduzem a um mesmo fenômeno (voz passiva), verbos com diáteses diferentes (o verbo chamar em oposição aos verbos de ação). Deste modo, a diátese do verbo chamar (no sentido de ter por nome) deveria ser enquadrada em uma classificação como a da voz neutra.

4.6 A voz passiva e a transitividade verbal

Algumas gramáticas normativas, ao definirem a voz passiva analítica, apresentam como restrição a necessidade de construí-la com verbos transitivos diretos⁵⁰.

49 Segundo Faraco & Moura (2003:443), os verbos de ligação *“não apresentam significação servindo apenas para estabelecer ligação entre o sujeito e um termo que expressa características desse mesmo sujeito. Esse termos é chamado predicativo do sujeito. São empregados comumente como verbos de ligação: ser, estar, tornar-se, permanecer, continuar, ficar, parecer.”*

50 Segundo Santos (2010:31) : *“De um modo geral, os gramáticos pesquisados, Cunha & Cintra (2001), Cegalla (1992), Kury (2000) e Bechara (1999) associam a formação da voz passiva à classificação do verbo como transitivo direto. Assim, para ser apassivada, a sentença deve ter a seguinte configuração: verbo transitivo direto (pessoal) com um termo sujeito e um termo objeto direto (sem preposição).*

Contudo, são perfeitamente possíveis, e até aceitáveis, por algumas gramáticas normativas, as seguintes construções:

(17) O pai foi obedecido pelo filho

(18) O jogo foi assistido pelos torcedores

Com estas construções, que contém verbos transitivos indiretos, a restrição imposta pela gramática normativa se desfaz.

O que nos parece que está em jogo, nesta discussão, não é a transitividade dos verbos: a restrição para a formação da voz passiva analítica está, na realidade, ligada ao conjunto de papéis temáticos que cada verbo pode construir. Segundo Castilho(2012:687), pode-se definir papéis temáticos como sendo “*o conjunto de traços semânticos atribuídos pelo predador⁵¹ a seus argumentos*”. Ainda, segundo Castilho (2012:254-255), a descrição dos possíveis papéis temáticos pode variar bastante entre os teóricos, mas cita como um dos exemplos a sistematização feita por Fillmore (1968) que elencou a seguinte lista: agentivo, instrumental, dativo, factual, locativo e objetivo.

Deste modo, entendemos que a condição restritiva para a existência de voz passiva seria a existência de dois argumentos verbais: um com papel temático de agente e outro com papel temático de paciente.

Desta maneira, em uma sentença como *A empresa precisa de empregados*, o que faz o verbo *precisar* ser impedido de ser convertido em voz passiva não é o fato de ser transitivo indireto, ou seja, ser regido por preposição.

⁵¹ Adotamos aqui o sentido de predador com o mesmo sentido que Castilho (2012:686) confere ao termo operador: “*classe que tem a propriedade de tomar outra classe por escopo, atribuindo-lhe propriedades de qualificação, quantificação, modalização, focalização, entre outras operações semânticas e gramaticais.*” Em outro trecho (2012:688), Castilho reforça essa ideia dizendo que a predicação é um “*processo caracterizado pela extensão de traços semânticos qualificadores ou quantificadores do operador predador a seu escopo, localizado no enunciado ou na enunciação.*”

O que está em questão são os papéis temáticos que o verbo pode construir. O verbo *precisar* não representa uma ação. Sua semântica está mais próxima de um estado do que de uma ação. Considerando que a ação verbal é o que define as vozes passivas e ativas, a impossibilidade de construção está ligada a este fato. Os exemplos abaixo demonstram isso:

(19) Ele assistiu ao jogo / O jogo foi assistido por ele

(20) O filho obedece ao pai / O pai é obedecido pelo filho

Estas sentenças, apesar de conterem verbos transitivos indiretos, não são impedidas de serem convertidas em voz passiva, pois o que restringe a construção das vozes, não é a presença da preposição e sim o caráter de ação que o verbo carrega em seu sentido. *Assistir* e *obedecer* projetam traços semânticos de ação, diferentemente do verbo *precisar*.

Assim, não vale a restrição de transitividade imposta pela gramática normativa, mas sim a condição da existência de um agente e um paciente, da ação verbal, para que haja a voz passiva.

4.7 A partícula apassivadora SE realmente apassiva?

Neste tópico específico, problematizaremos a questão da partícula apassivadora, ou seja, apresentaremos os argumentos para demonstrar que este não é um conceito tão seguro como a gramática normativa apresenta. Diferentemente do tópico 4.1 deste trabalho, em que pretendíamos enfatizar o problema da inadequação terminológica ao se usar a expressão “pronome apassivador”, neste tópico vamos problematizar a capacidade da partícula SE em apassivar uma sentença.

Iniciamos então com a citação de Ilari (1996) por entendermos que ela representa bem o estado da “teoria” da partícula apassivadora em nossa tradição gramatical.

Se não fosse arriscado dar mais um rótulo à partícula se, que a gramática tradicional já castigou espetando-lhe tantas etiquetas sem no fundo entendê-la, falaríamos de bom grado aqui em se medializador. (Ilari et. AL, 1996:163)

A nosso ver, a noção de apassivação atribuída à partícula SE é um caso emblemático do poder de nossa tradição gramatical de transformar uma ideia vaga e imprecisa em um truísmo ou uma verdade incontestável. A nossa leitura deste trecho de Ilari é a de que o autor, quando fala da partícula SE, que “*a gramática tradicional já castigou espetando-lhe tantas etiquetas sem no fundo entendê-la*”, está justamente falando da “etiqueta” *partícula apassivadora*. A noção de apassivamento pela partícula SE é uma noção que tem gerado posições antagônicas entre os autores que se debruçaram sobre o tema e não tem sido fácil para os defensores de sua causa encontrar argumentos suficientes para provar de fato o poder de apassivação desta partícula.

A ideia do apassivamento gerado pela partícula SE nas sentenças de VPS, dentre as gramáticas analisadas neste estudo (conforme tabela 07 abaixo) aparece pela primeira vez na gramática de Jerônimo Contador de Argote, em 1725, e sua “teoria” permanece inalterada até as gramáticas normativas do século XXI.

Tabela 7 - Construção Terminológica sobre a Voz Passiva, nas Gramáticas, Compêndios e Tratados de Ortografia (século XVI ao XIX)

Autor	1º ed.	Terminologia
João de Barros	1540	Voz passiva/pronome se
Duarte Nunes de Leão	1606	Voz Passiva/pronome se
Port-Royal	1660	Verbo Passivo
João Franco Barreto	1671	Verbo Passivo
Jerônimo Contador de Argote	1721	<i>Partícula se/passivo</i>
José dos Reis Lobato	1770	Voz passiva
Manoel Dias de Souza	1804	Forma passiva
Francisco Soares Ferreira	1819	Voz ou forma passiva
Jerônimo Soares Barbosa	1822	Voz passiva/pronome se
Augusto de Figueiredo Vieira	1858	Verbo passivo
Joaquim freire de Macedo	1862	Verbo passivo
Júlio Ribeiro	1881	<i>Partícula apassivadora/agente da passiva</i>

Utilizando novamente um trecho já citado de Jerônimo Contador de Argote, o autor nos diz que a partícula SE reciprocava os verbos nas terceiras pessoas e também fazia voz passiva nas terceiras pessoas:

Os turcos matavaõ-se á espada pelos Portugueses. Nesta oração **a partícula SE faz passivo o Verbo** Matavaõ, e vai o mesmo que se disséramos *Os turcos eraõ mortos á espada....* Porèm nestoutra oração *Os Turcos matavaõ-se por não ficarem cativos*, a partícula SE recíproca o Verbo Matavaõ, porque mostra que a acção de matar sahia dos Turcos, e tornava para elles, e vai o mesmo que se dissera *Os Turcos matavaõ a si mesmos por não ficarem cativos*. (Argote 1725:263. Grifos nossos.)

Na argumentação de Argote (1725), ou melhor, na afirmação que o autor faz quando diz “*a partícula SE faz passivo o verbo*”, percebemos de que modo se fundamenta a crítica que este trabalho tem feito e vários outros autores fazem ao dogmatismo enraizado na gramática normativa. Jerônimo o Contador de Argote simplesmente despeja um conceito demasiado abstrato, como se fosse uma verdade apodítica, clara e evidente.

Observamos também que na época da escrita do texto de Argote (1725) a língua portuguesa utilizava outra sintaxe, diferente da atual, uma vez que a estrutura com SE vinha acompanhada de agente da passiva. No português hodierno a voz “passiva” sintética não mais vem acompanhada do agente. Se este fato confere mais força ao argumento do poder de apassivação da partícula SE, por outro lado não temos, nas obras analisadas neste trabalho, nenhuma argumentação mais consistente para provar a capacidade de apassivamento da partícula SE.

É importante ressaltar aqui que nosso ponto de vista sobre a fragilidade do conceito de partícula apassivadora não está isolado no universo das discussões sobre esta questão. Inicialmente, vale lembrar que quase 200 anos após a afirmação de Argote (1715), o renomado filólogo Manuel Said Ali, discordava fortemente desta conceituação. Conforme já mencionado no tópico 4.1.1. deste trabalho, para Said Ali, a ideia de apassivamento do “*pronome SE apassivador*” era morfológicamente uma “*hipótese sem valor*” e semânticamente uma “*especulação metafísica*”. Deste modo, não podemos ignorar a crítica feita por Said Ali, uma vez que das obras estudadas neste trabalho, o texto de Said Ali é o que apresenta, em nosso entendimento, a discussão mais aprofundada sobre este assunto.

Ora, uma coisa é a equivalência semântica entre as sentenças *Os turcos matavam-se à espada pelos Portugueses* e *Os turcos eram mortos à espada pelos Portugueses*. Daí, para concluir que a partícula SE é a única responsável por esta transformação, há certa distância.

Falar que o SE “reciproca” o verbo matar é uma coisa clara e evidente, considerando que é natural do pronome SE substituir nomes como no caso “Os turcos”. Outra coisa bem diferente e temerária é dizer que a partícula SE tem o poder de transformar uma voz ativa em voz passiva.

Apesar de a ideia de apassivamento da partícula SE não ser mencionada nas obras anteriores⁵² a Jerônimo o Contador de Argote (1725) a ideia de voz passiva associada a estruturas com SE já era questionada pelo ortógrafo português, João Franco Barreto, em 1671, ao escrever a *Ortografia da Lingua Portuguesa*.

E não sigo o parecer de nossos ortografos, que dizem nos remediamos com os pronomes, me, te, se, nós, vós, se, **porque na realidade não se especifica assim a voz passiva**, que é de ser o nominativo paciente, isto é, a cousa, que padece, concordando com ele em numero e em pessoa, como é uso de todos os verbos pessoais; donde Latinamente de diz **eu sou amado [...], em os quais exemplos se vê a coisa, que padece posta em nominativo**, como pede a boa Gramática, o que se não acha em os exemplos, que nossos ortógrafos trazem, a saber, moveor, movome, vestior, visto-me. (Barreto 1671:55-56)

Na tentativa de encontramos os argumentos que fundamentam a noção de apassivamento da partícula SE, procedemos à reconstrução deste discurso na gramaticografia de língua portuguesa. Ao menos até o início do século XX, das mais de 15 obras investigadas neste trabalho, apenas duas vão empreender tentativas mais ousadas no sentido de argumentar a favor do caráter apassivante da partícula SE: são as obras de Julio Moreira (1913) e de Júlio Ribeiro (1881). Vale salientar que a obra de Júlio Ribeiro ainda o faz parcialmente, pois cita o trabalho de outro autor, Adolfo Coelho, para justificar o caráter apassivante da partícula SE.

A obra de Júlio Moreira, *Estudos da lingua portuguesa*, argumentará da seguinte forma:

Em muitos casos, principalmente no portuguez antigo, acompanha estas construções o agente da passiva, como nestes exemplos: Por elle o mar remoto navegamos / Que só de feos phocas se navega. (lusiadas, I, 62). Se o sujeito precede o verbo,

52 A tabela 4 mostra que os autores anteriores a Argote (1725) consideravam a estrutura de “VPS” como uma impessoal. Além disso, nenhum autor anterior a Argote(1725), nas obras analisadas neste trabalho, discorreu sobre a capacidade de apassivação da partícula SE.

nunca se dá a falta de concordância a que me referi, deixando-se portanto de ver no pronome se o sujeito. Assim dir-se-á sempre; “As casas venderam-se” e não “As casas vendeu-se”. Nunca a oração começa pelo pronome se, como poderia suceder, se esse pronome houvesse adquirido as funções de sujeito. Não se diz: “se quebrou um copo”, mas “quebrou-se um copo”. No falar do Brasil e em castelhano usa-se aquela colocação, mas por outro motivo, que se estende a todos os pronomes pessoais empregados como complementos. (Moreira 1913:26-28)

O texto de Moreira (1913) na realidade não utiliza argumentos diretos para defender o caráter apassivante da partícula SE. O autor o faz por via indireta, tentando argumentar que a partícula SE é um “sujeito”. Moreira (1913) nos diz que “*Nunca a oração começa pelo pronome se, como poderia suceder, se esse pronome houvesse adquirido as funções de sujeito. Não se diz: ‘se quebrou um copo’, mas ‘quebrou-se um copo’*”. Ora, Moreira utiliza um argumento que se volta contra si próprio, pois ele mesmo reconhece que a sentença “*se quebrou um copo*” é uma sentença possível na língua portuguesa.

Com relação ao argumento de Moreira de que “*dir-se-á sempre; ‘As casas venderam-se’ e não ‘As casas vendeu-se’*”, entendemos que este argumento também se volta contra o autor, pois, a nosso ver, “*As casas venderam-se*” não é uma sentença possível no português brasileiro, pois é interpretada como voz reflexiva, o que não é possível, considerando que *as casas* não podem vender a si mesmas.

Temos ainda a defesa que Júlio Ribeiro faz da noção de partícula apassivadora, mas que não ousa esmiuçar, deixando para outro autor, Adolpho Coelho, a tarefa mais nobre:

Nas phrases de sentido geral, quando não é necessario pôr claro o agente, apassivam-se verbos nas terceiras pessoas do singular e do plural por meio do pronome se, considerado então como MERA PARTICULA APASSIVADORA, ex.: « Queima-se o campo—Concertam-se relógios ». Grande debate tem suscitado esta particula se entre os grammaticos portuguezes: a ultima palavra sobre a questão foi dita pelo eminente linguista, sr. Adolpho Coelho (2), que, estribado nas doudas investigações dos mestres allemães, elucidou-a cabalmente, filiando este

processo portuguez de conjugação no puro processo latino.
(Ribeiro 1881: 233)

É importante ressaltar que Júlio Ribeiro reconhece que o poder de apassivamento da partícula SE não tinha sido facilmente provado, ao menos até o texto de Adolpho Coelho, pois diz que: “*Grande debate tem suscitado esta particula se entre os grammaticos portuguezes*”. Portanto, se havia um grande debate, não poderíamos considerar a ideia de apassivamento um truísmo.

Consultando a obra de Adolpho Coelho, citada por Júlio Ribeiro, chegamos às palavras lapidares do autor, que, se à época ainda fazia algum sentido, hoje nos parecem ultrapassadas e eivadas de uma intensa chama de preconceito linguístico:

Além de conservar o processo indicado para exprimir a passividade, o portuguez renova (a conexão historica não é admissivel, mas a logica é evidente) o processo do latim e do slavo para a formação d' um medio-passivo, isto é, o emprego do reflexo se ; mas em a nossa lingua, como nas congeneres, esse emprego fica restricto á terceira pessoa. Nas proposições como vende-se uma casa, compram-se livros velhos, etc, os verbos construidos com se, como vende-se, compram-se exprimem tão bem a passividade como as formas latinas venditur, emuntur. O principio é exactamente o mesmo. A grammatica comparativa dá-nos aqui a explicação d'um emprego que a grammatica ordinaria, não podendo comprehendel-o, se vê obrigada a justificar com a auctoridade dos bons escriptores da lingua. A lingua tem perdido muito a consciencia do character de passividade d'essas construcções; d'ahi vem o emprego do Verbo no singular com o sujeito no plural (sabe-se noticias, conta-se casos, etc, por sabem-se noticias, contam-se casos, etc), tão frequente no fallar usual e na linguagem descurada das folhas periodicas. N'essas phrases incorrectas se adquire quasi a funcção d' um indefinido, empregada como sujeito da proposição, e corresponde apparentemente ao francez on. E assim que as linguas se alteram, e que as monstruosidades (o nome convém á cousa) nascem n'ellas do esquecimento da funcção primitiva de seus elementos. (Coelho 1870:55-56)

Relevando alguns trechos como o que o autor considera como “monstruosidades” a alteração natural das línguas, nos restringiremos a comentar as questões linguísticas que nos interessam. Em primeiro lugar, vale ressaltar que Adolpho Coelho nos presenteia com dados históricos que registram o uso frequente (na linguagem usual e jornalística da época) do emprego da SE com a função de sujeito indeterminado e não com a função de “partícula apassivadora”.

Para defender o argumento do caráter apassivador do SE, Adolpho Coelho recorre ao método comparativo inaugurado por Franz Bopp, linguista alemão, em 1816. O autor afirma que “*os verbos construídos com se, como vende-se, compram-se exprimem tão bem a passividade como as formas latinas venditur*”. Ainda em outro trecho diz que “*A língua tem perdido muito a consciencia do caracter de passividade d'essas construcções*”. Notamos que o autor, não sabemos se consciente ou inconscientemente, não advoga o caráter apassivante à partícula SE, mas à construção verbal (verbo + SE). Comparando então a língua portuguesa à latina, diz que os verbos como *venditur*, em latim, corresponde à forma apassivante, em língua portuguesa, *vende-se*. Em nosso entendimento, a comparação entre o verbo latino *venditur* e a construção correspondente em português, *vende-se*, só revela a equivalência semântica entre as duas formas. Este argumento não sustenta e não demonstra o caráter apassivante da partícula SE, uma vez que a sentença ativa *Alguém vende*, também é equivalente semanticamente às duas formas anteriores, mas nem por isso se torna passiva.

Digna de nota é a menção de outro estudioso de nossa língua, Claudio Brandão, que em sua obra *Sintaxe Clássica do Portuguesa*, defende a noção de apassivamento da partícula SE:

Alguns, abstando-se de um exame detencoso e profundado do assunto, chegaram à destrada conclusão de negarem ao pronome se o seu carater apassivante. Com esta doutrina abstrusa, tentam legitimar solecismos grosseiros como “VENDE-SE casas” e outros que tais, indignos da linguagem de quem se preze de medianamente sabedor do vernáculo. Se são formas populares, são também errôneas, como inúmeras outras

que circulam no falar das turbas. A circunstância de pertencerem ao vulgo não lhes confere credenciais para que as adotem as pessoas instruídas. (Brandão 1963:375-376)

Seria de se esperar que após estas invectivas contra o “vulgo”, se justificasse, linguisticamente, e com a mesma intensidade das invectivas, o motivo pelo qual se deveria aceitar o caráter apassivante da partícula SE. Contudo, a defesa que se faz é a seguinte:

É tão sensível e evidente a função apassivadora do pronome se, que os clássicos amiúde traduzem com êle frases passivas do latim, conforme o demonstram estes exemplos [...]”Mas concluído que foi o funeral na forma do costume, DEDICOU-SE-lhe um templo e SE lhe tributaram honras divinas = Ceterum, sepultura, more perfecta, templum et caelestes, religiones DECERNUNTUR. (Brandão 1963:375-376)

Novamente pontuamos que equivalência semântica não implica equivalência de voz verbal.

Esta confusão tem perpetuado o dogma gramatical da partícula apassivadora e da voz passiva sintética obscurecendo o fato de a definição de voz passiva ser morfossintática e não semântica. O verbo deve ter uma forma de se relacionar com o sujeito de modo a torná-lo o paciente da ação verbal.

A partir deste ponto passaremos a discorrer sobre os argumentos contrários à noção de apassivamento da partícula SE.

As formas da voz passiva apresentadas pela gramática normativa são duas:

1. Objeto da voz ativa + verbo aux. (ser, estar dentre outros) + particípio do verbo da ativa. (Ex: Casas são vendidas)
2. Verbo da voz ativa + SE + objeto da voz ativa. (Ex: vendem-se casas)

No caso de uma forma como *casas são vendidas*, fica evidente que o termo *casas* é o sujeito da oração e que sofre a ação verbal e que, portanto, estamos diante de uma passiva. Contudo, não é uma verdade apodítica ter como sujeito o termo *casas* na sentença *vende-se casas*, uma vez que *casas* não está na posição canônica de sujeito e também porque não está concordando com o verbo. O corolário desta análise é que, se *casas* não é sujeito, o estatuto da partícula SE se eleva à condição de sujeito indeterminado ou “índice de indeterminação do sujeito”.

Se se justifica que *casas* é o sujeito⁵³ da sentença porque deve concordar com o verbo, estamos diante de uma atitude⁵⁴ arbitrária da gramática normativa. A gramática normativa não pode impor um uso baseado em uma análise. Aqui há uma inversão de valores. A gramática normativa deveria primeiramente observar os fatos linguísticos para depois analisá-los. Ora, o uso de sentenças como *vende-se casas* é naturalíssimo e antiquíssimo em nossa língua, conforme já atestado no texto de Adolpho Coelho (1870), e ainda o é atualmente.

Talvez a argumentação mais bem fundamentada, advogando contra a opinião do caráter apassivante da partícula SE venha do filólogo Said Ali. Primeiramente, o renomado filólogo da língua portuguesa recorre à análise psicológica dos termos da sentença, conforme método dos gramáticos alemães⁵⁵:

em compra-se o palácio e morre-se de fome, o pronome se sugere, na consciência de todo o mundo, a ideia de alguém que compra, de alguém que morre, mas que não conhecemos ou não queremos nomear. (Said Ali 2008: 106)

53 Luft (2002:46), reforçando a definição circular de sujeito, o define deste modo: “*Ser de quem se diz alguma coisa, elemento com o qual o verbo concorda*”.

54 Ver a discussão que realizamos sobre esta questão no tópico 4.3.1 deste trabalho.

55 H. Paul, *Prinzipien der Sprachgeschichte*, e Gabelentz, *Die Sprachwissenschaft*, explicam bastante a distinção entre termos psicológicos e termos gramaticais. (N. do T. 39. Said Ali 2008:105)

Said Ali, apontava para o corolário absurdo que seria gerado em uma análise que considerasse o SE passivo, pois daí resultaria que haveria um sujeito preposicionado, infringindo assim uma regra da sintaxe:

Como se devem analisar estas orações de português castiço: compra-se o palácio, morre-se de fome? Decerto não posso admitir como sujeito da primeira frase o palácio, quando na segunda brigaria com a gramática o sujeito de fome, forçando-me a uma série de subterfúgios [...] Por tudo isto se admira a Vieira; a Bernardes admira-se e ama-se (A. F. de Castilho, Vida e Obras de M. Bernardes). Aqui absolutamente não podem ser sujeitos a Vieira, a Bernardes; pois não existe regra de sintaxe nenhuma que admita como sujeito um substantivo regido de preposição. (Said Ali 2008: 106)

Em outro trecho ainda reforça que:

Esta função psicológica de agente indeterminado é inegável na língua portuguesa, onde empregamos o pronome *se* junto de todo e qualquer verbo; em outros idiomas, porém, como nas línguas eslavas, o reflexivo junto ao verbo é empregado para indicar um fato, um estado, sem se cogitar do causador. (Said Ali 2008: 106)

A questão central aqui é apontar para este argumento, já utilizado neste trabalho no tópico 4.3.1., mas em outro contexto, da força que possui a partícula SE em transmitir a ideia de um sujeito indeterminado, de alguém que executa a ação verbal. A gramática normativa não consegue explicar o motivo pelo qual o “pronome SE” indetermina uma sentença como *Bebe-se muito aqui* e não indetermina outra sentença como *Bebe-se muito vinho aqui*. Conforme já mencionado no tópico 4.3.1., a gramática normativa considera o estatuto do SE, na primeira sentença, como índice de indeterminação do sujeito. Já na sentença *Bebe-se muito vinho aqui*, a gramática analisa o SE como partícula apassivadora. São dois critérios para analisar o mesmo fenômeno. Em nosso entendimento, o pronome SE, nas duas sentenças, remete à ideia de que alguém bebe. Fica muito difícil se desvencilhar desta ideia que nos transmite o pronome SE, que é a de substituir um sujeito indeterminado, como também nos diz Possenti no seguinte trecho:

É muito difícil convencer alguém de que há dois "se" diferentes em exemplos como *Precisa-se de empregados/ Precisa-se navegar /Vende-se esta casa*. Todos os falantes de português, tenho certeza, tratam intuitivamente os três casos como sendo do mesmo tipo, ou seja, não se menciona quem precisa de empregados, quem precisa navegar e quem vende a casa. A única diferença é que o terceiro exemplo admite uma passiva, porque há nele um verbo transitivo direto. Observe-se que, com essa transformação, a oração que resulta fica sem agente da passiva: *esta casa é vendida*. O que falta é o equivalente do "se", que é o sujeito (dito indeterminado) da oração ativa (nunca se dirá *esta casa é vendida por se*). A escola repete as gramáticas. Já que pode haver uma passiva, trata a própria ativa como passiva. [...] Como se poderia dizer que o *se* que ocorre com verbos transitivos diretos é apassivador, e que, portanto, o nome que segue o verbo é seu sujeito, em exemplos como *Por tudo isso se admira a Vieira [...]/ Louva-se ao deus Termino /que são de Castilho*, se esses nomes vêm precedidos de preposição? Em português há objetos diretos preposicionados (é o caso), mas não sujeitos precedidos de preposição. Logo, a *Vieira* e *ao deus Termino* são objetos. Se esses são objetos, como dizer que *casas* é sujeito em *vende-se* (ou *vendem-se*) *casas*? É muita falta de lógica. (Possenti 2007)

A argumentação de Possenti (2007) compara o estatuto da partícula em sentenças com verbos transitivos indiretos e sentenças com verbos transitivos diretos. Para este autor a partícula SE representa o sujeito indeterminado tanto em *Precisa-se de empregados* quanto em *Vende-se esta casa*. Além disso, também argumenta, como Said Ali, que se o SE fosse apassivador em *Louva-se ao deus Termino*, teríamos uma “aberração” gramatical ao ter que considerar o sujeito preposicionado *deus*.

Portanto, concluímos este tópico entendendo que a ideia da partícula apassivadora, se mostrando tão frágil de ser sustentada, não deveria ter figurado nos compêndios gramaticais escolares durante mais de um século, e até os dias atuais, como verdade inamovível e um dogma estabelecido.

4.8 A voz média

O tópico dos verbos pronominais é mais um dos tópicos da gramática normativa que apresenta grande imprecisão teórica.

Nas gramáticas de Cegalla (2010) e Cunha & Cintra (2007) se faz uma verdadeira confusão conceitual.

Em Cegalla (2010: 225), primeiramente se diz que os verbos pronominais se dividem em dois tipos. Há os essencialmente pronominais, “*que só se usam com os pronomes átonos (queixar-se, arrepender-se, dignar-se, etc.) e os acidentalmente pronominais (pentear-se, matar-se, atribuir-se), que nem sempre se usam com os ditos pronomes*”.

Em outra seção (Cegalla 2010:563), fala das funções do pronome SE e diz que, dentre elas, há a de ser parte integrante de verbos que exprimem sentimentos, mudança de estado, movimento, etc. Como *queixar-se, arrepender-se, alegrar-se, converter-se*. Observa ainda que o SE que se associa a esses verbos não exerce função sintática.

Na primeira classificação, Cegalla (2010) nos apresenta um critério morfosintático (verbos acompanhados de pronomes) para definir os verbos pronominais. Já na segunda, apresenta um critério semântico (o SE parte integrante de verbos que exprimem sentimentos, mudança de estado, movimento, etc). O leitor da referida gramática fica sem saber se Cegalla (2010) trata de duas classificações distintas ou se está discorrendo sobre uma única classificação, a de verbos pronominais.

Outro problema que identificamos é que há uma nítida confusão entre classes, categorias e uso ou emprego destas classes. Ora, o fato de *pentear* estar acompanhado do pronome SE, não implica, em nosso entendimento, que ele mudou de classe. O verbo continua o mesmo, mas pode ser empregado com o pronome SE.

Cunha & Cintra (2007:321) também seguem na mesma linha elencando os seguintes verbos que possuem o SE como parte integrante: *admirar-se*, *arrepender-se*, *queixar-se*, *congelar-se*, *derreter-se*. Também em outra seção, na página 422 da mesma gramática, define os verbos pronominais, como “conjugados com pronomes átonos”.

Com relação ao comentário de Cegalla (2010) de que a partícula SE não exerce função sintática, então, poderíamos dizer tanto *Ele alegrou-se* como *Ele alegrou*, ou ainda, *Ele admirou* como *Ele admirou-se*, que não perderíamos nenhuma função e, por conseguinte, não haveria perda de argumento verbal, uma vez que a estrutura argumental do verbo está intimamente associada às funções sintáticas e aos papéis temáticos a elas relacionados.

Ora, sabemos que esta inferência não é verdadeira, pois a supressão do pronome SE acarreta automaticamente na impossibilidade de se definir os argumentos e papéis temáticos que o verbo projeta. Analisando as diáteses⁵⁶ do verbo *alegrar* temos as seguintes possibilidades:

(21) Ele alegrou-se

(22) Ele alegrou *

(23) Ele alegrou a festa. (objeto direto)

No exemplo (21) fica claro que a partícula SE exerce sim uma função sintática, que é a de objeto indireto. Já no caso da sentença (22), pelo fato da não existência do objeto, gera-se uma pergunta: ele ficou alegre ou alegrou algo

⁵⁶ Diátese no sentido que lhe atribui Perini: A **valência** de um verbo é o conjunto de construções em que ele pode ocorrer; a exemplificação acima mostra que as valências de *beliscar* e de *aparecer* são diferentes. Alguns verbos têm valências muito simples (*devorar*, por exemplo, que parece só ocorrer na construção transitiva), outros têm valências muito ricas e complexas (por exemplo, *dar*, que ocorre em grande número de construções). Uma construção que vale para a subcategorização de verbos se denomina **diátese**; assim, dizemos que *quebrar* tem as diáteses transitiva e ergativa, porque pode ocorrer nessas duas construções. (Perini 2007:177)

ou alguém? A presença da partícula SE, ou a presença de outro objeto como em (23), dissolve esta questão.

O problema na teoria da gramática normativa é que ela desconsiderou um importante conceito denominado de **voz média**. Os conceitos de voz média na teoria gramatical são variados, mas de modo geral, tentam enquadrar o que não consegue ser captado pelos conceitos de voz ativa e voz passiva. Vejamos a seguir as diferentes noções de voz média apresentadas por alguns autores.

Segundo Maldonado (2009:03),

In reflexive constructions the subject acts volitionally and with control on the self inducing some change. In contrast, middles highlight the affectedness undergone by the subject as a consequence of some change which s/he undergoes. In the middle construction the change-of-state is not volitionally controlled by the subject

Os exemplos citados pelo autor para ilustrar a diferença entre voz reflexiva e voz média são:

(24) He cured himself (voz reflexiva)

(25) He got better (voz media)

E reforça que *“the reflexive is a case where the subject maintains control of his self-directed actions. In contrast, the middle develops absolute events with no subject control.”*

Deste modo, a diferença entre estas vozes é que na voz reflexiva o sujeito controla a ação a ele dirigida. Já na voz média, o sujeito não detém o controle da ação verbal que recai sobre ele. Os exemplos abaixo mostram esta diferença:

(26) O menino se penteou (voz reflexiva)

(27) O menino alegrou-se (voz média)

Outros autores, como Camacho (2003), também consideram os verbos pronominais como voz média:

Como era comum nas línguas clássicas, o léxico do português dispõe de classes de verbos exclusivamente médios, ou media tantum, como **queixar-se**, **apaixonar-se** e de classes de verbos médios que se opõem a classes de verbos transitivos, como se vê, respectivamente em **levantar-se x levantar**, **virar-se x virar**. Diferentemente dos reflexivos, não há comutação plausível entre o clítico e outro SN com preservação de compatibilidade semântica. (Camacho 2003:101)

A abordagem de Camacho (2003) para a definição de verbos médios é interessante. Os verbos médios (incluído aí o verbo *queixar-se*, considerado pronominal pelas gramáticas normativas) diferem dos reflexivos por não poderem substituir o clítico SE por outro termo, sem alterar o significado da sentença.

Na sentença reflexiva *O menino se penteou*, podemos substituir o clítico SE por outro sintagma e teríamos uma sentença semanticamente equivalente em *O menino penteou a si próprio*. O mesmo já não ocorreria na frase média. Deste modo, não poderíamos dizer *O menino alegrou a si próprio*, assim como não poderíamos dizer *O Menino queixou a si próprio*.

Portanto, verbos como *pentear-se*, *alegrar-se* e *queixar-se* não deveriam ser incluídos na mesma classificação de verbos pronominais, como faz Cegalla (2010), pois há distinções importantes entre estes verbos que deveriam ser melhor classificados e ainda deveriam ser classificados dentro do contexto de vozes verbais.

Segundo Ilari (1996), os verbos pronominais também tem uma relação com o sistema de voz média, uma vez que fala em verbos pronominais constituídos por “ses medializadores”:

Deve ter sido pela via desses 'ses medializadores' que surgiu em português uma conjugação intrinsecamente pronominal, onde o pronome se já não exprime qualquer papel profundo. (Ilari et. AL, 1996:163)

A voz média, para alguns autores, também tem incluído um outro tipo de construção, chamada também de construção ergativa.

Apesar de a construção ergativa não estar incluída no sistema de vozes verbais da gramática normativa, esta construção é aceita e discutida por linguistas como Camacho que a definem como voz média, conforme abordagem sugerida por Klaiman (1988), do seguinte modo:

As sentenças formalmente ativas cujo sujeito é não-afetado serão consideradas sentenças básicas de diátese ativa, enquanto as sentenças **formalmente ativas** cujo sujeito é afetado serão consideradas sentenças básicas de **diátese média**. (Camacho 2003:92. Grifos nossos)

Observamos que é o tipo de abordagem feita por Camacho (2003) que falta na teoria da gramática normativa. Aqui temos uma tentativa de explicar as vozes verbais em um panorama mais amplo, em que se aliam as “formas” verbais com a sua dimensão sintático-semântica. Segundo a definição de voz ou diátese média apresentada por Camacho (2003), teremos que a sentença abaixo configura uma voz média:

(28) O menino cortou o cabelo

Este tipo de construção representa um problema para a gramática normativa. Dizemos um problema no sentido de que o gramático nem analisa este tipo de sentença. Ao menos nas gramáticas examinadas neste trabalho, não encontramos nenhuma menção a enunciados deste tipo. O máximo que encontramos é algo semelhante, mas não totalmente equivalente, ao que é comentado na gramática de Bechara (2005):

É preciso não confundir voz passiva e passividade. Voz é a forma especial em que se apresenta o verbo para indicar que a pessoa recebe a ação: Ele foi visitado pelos amigos. Alugam-se bicicletas. Passividade é o fato de a pessoa receber a ação verbal. A passividade pode traduzir-se, além da voz passiva, pela ativa, se o verbo tiver sentido passivo: Os criminosos recebem o castigo merecido. (Bechara 2005:222)

Ora, percebemos aqui uma contradição lógica na gramática de Bechara, quando confronta a conceituação de voz verbal e a noção de passividade. Bechara nos diz que a passividade pode traduzir-se, além da voz passiva, pela ativa e nos apresenta o seguinte exemplo de voz ativa:

(29) Os criminosos recebem o castigo

Ora, como já analisado anteriormente neste trabalho⁵⁷, a definição de voz verbal passa, obrigatoriamente, pelos critérios morfológico e sintático-semântico. Se por um lado a sentença “*Os criminosos recebem o castigo*” satisfaz o critério morfológico de voz ativa, esta não satisfaz o critério sintático-semântico de voz ativa, a saber, “*o sujeito deve ser o agente da ação verbal*”. Deste modo, a sentença apresentada como voz ativa por Bechara não corresponde a uma sentença ativa, pois o sujeito *Os criminosos* não são os agentes da ação de *receber*. Na realidade o que se percebe neste ponto reforça toda a argumentação apresentada neste trabalho no sentido de mostrar as fragilidades e contradições existentes na teoria de vozes verbais da gramática normativa.

A crítica de Haug (1983), citando a gramática de Bechara, também identifica como problemático este aspecto da teoria das vozes verbais na gramática normativa:

Justifica-se a diversidade de análise em decorrência da diversidade de conceituação; todavia, inaceitável e danoso é conceituar sob o aspecto formal e analisar sob o aspecto semântico ou vice-versa. Incoerente é, por exemplo, afirmar que a “passividade pode traduzir-se, além da voz passiva, pela ativa,

⁵⁷ Conferir o tópico “o problema da definição circular de sujeito”.

se o verbo tiver sentido passivo”, uma vez que o autor definiu voz ativa como a forma em que o verbo se apresenta para normalmente indicar que a pessoa a que se refere pratica a ação. (Haury 1983:145)

A questão da confusão conceitual da gramática normativa, quando tenta distinguir a noção de vozes verbais e a noção de passividade, se desdobra no fato de a GN não operar com o importante conceito de voz média. Por exemplo, a GN, por não incluir o conceito de voz média em sua teoria, não consegue distinguir a diferença entre as sentenças abaixo:

(30) O menino cortou o cabelo

(31) O menino cortou o papel

Ora, percebemos que há uma grande diferença entre as duas sentenças que, apesar de terem ambas as formas ativas, a primeira possui sujeito passivo e a segunda sujeito ativo, pelo critério sintático-semântico de definição de voz verbal.

Perini (2007) define este tipo de construção, a de voz média, como diátese ergativa, citando a sentença *O leite esquentou* e diz que neste caso,

o SN pré-verbal (sujeito) não é Agente, mas Paciente. Isso acontece com grande número de verbos; e descrevemos o fenômeno associando esquentar à diátese ergativa, ou seja, composta de (Sujeito-Paciente) + verbo + sufixo de PN-Paciente. (Perini 2007:80)

A construção ergativa seria, portanto, uma construção que possui forma ativa, mas sentido passivo.

Nos exemplos abaixo, percebemos claramente que as construções ergativas são constituintes do sistema de vozes verbais, contudo, a gramática normativa atual não contempla esta “forma” de relação entre o sujeito e o verbo, deixando mais uma lacuna teórica em seu sistema:

- (32) Alguém quebrou o vaso (voz ativa)
- (33) O vaso foi quebrado (voz passiva analítica)
- (34) Quebrou-se o vaso (voz “passiva sintética”)
- (35) O vaso quebrou (voz ergativa ou voz média)

Também poderíamos acrescentar à lista de voz média os verbos que envolvem ações que estão relacionadas aos atos “biológicos” como: *Ele dormiu*, *Ele sorriu*. Estas são formas ativas, mas que afetam o sujeito. Vale ressaltar que teríamos com estes dois exemplos, *O menino cortou o cabelo* e *Ele dormiu* uma voz média com verbo transitivo e outra com verbo intransitivo.

Portanto, nos parece um imperativo teórico entender a distinção entre os diversos fenômenos apresentados. Isto esclarece a diferença de comportamento entre certos verbos e seus argumentos, diferentemente da confusão conceitual apresentada pela gramática normativa.

Reportando-nos ainda a Dionísio o Trácio, temos um conceito de voz média que poderia incluir nova estrutura na representação de vozes, que são os verbos depoentes. Para Dionísio o Trácio, citado por Neves (1987:197), “*a voz média representaria, na verdade, apenas uma possibilidade de combinar outras as outras duas*”. Portanto, a voz média seria uma possibilidade de combinar a voz ativa com a voz passiva. Diante desta definição de voz média, uma das possibilidades de leitura seria a de que poderíamos combinar tanto a morfologia da voz quanto à sua dimensão semântica. Deste modo, poderíamos incluir a estrutura dos verbos depoentes na classificação de voz média.

Na segunda gramática da língua portuguesa, de João de Barros (1540), registra-se que os latinos previam no sistema de vozes os chamados “verbos depoentes” (que tem forma passiva, mas sentido ativo). Esta noção foi perdida ao longo da tradição, empobreceu o sistema de vozes da gramática normativa do século XX, deixando sua teoria imprecisa e inconsistente.

Na primeira gramática latina em língua portuguesa, a *Arte de Grammatica*, de Pedro Sanchez, datada de 1610, é registrada a tradição desta classificação:

Pedro Sánchez define o verbo como a “parte da oração que tem modos, & tēpos, pessoal, & impessoal” (Ibidem: 35 r.). O pessoal é aquele que “tem pessoas todas d’ambos numeros” (Ibidem) e o impessoal “nam tem mais que sô a terceyra pessoa do numero singular; como, Paenitet, Pugnatur” (Ibidem). No entanto, Pedro Sánchez ainda acrescenta uma **subdivisão do pessoal em cinco espécies**, como Álvares: **activo, passivo, neutro, comum e depoente...** o depoente é aquele que “acaba em Or, & tem sômente a significação activa: ut Vtor. (Ponce de Leon 2006: XI. Grifos nossos)

Portanto, o depoente tem uma forma passiva, mas uma significação ativa, ou seja, é uma combinação entre as dimensões morfológicas e semânticas da voz ativa e da voz passiva. Os depoentes, no sentido que lhes dá Sanchez, aparecem mais em língua portuguesa como locuções adjetivas: *homem lido* (homem que lê) e *menino crescido* (menino que cresceu). Contudo, Said Ali (2008:105) aponta como depoente o verbo *queixar-se*. O verbo apresenta-se com a “forma passiva”, ou forma média para Said Ali, mas possui sentido ativo. Um verbo com sentido equivalente a *queixar-se*, mas com forma ativa, seria o verbo *reclamar*. Essas nuances de combinação entre forma e sentido verbal não foram contempladas pelas gramáticas normativas do século XX.

Vale também destacar que alguns gramáticos estudados neste trabalho se utilizam do termo voz média, não como os conceitos e noções de voz média apresentados neste tópico, mas como sinônimo de voz reflexiva⁵⁸, ou seja, usam a mesma terminologia para tratar de fenômeno distinto deste a que nos referimos.

⁵⁸ Para Ribeiro (1881:p.335), *A voz activa indicava uma acção do sujeito, a qual passava para um objecto; a média exprimia, uma acção que, partida do sujeito, recahia sobre elle proprio; a passiva traduzia uma acção que, vinda de agente extranho, era recebida ou soffrida pelo sujeito.* (grifo nosso) Para Gomes (1913:360) quando define o pronome se diz: “Esse pronome, derivado do latim *se*, era empregado nessa lingua, como hoje em portuguez, para indicar a reflexividade ou voz média.”

A noção de voz média, seja ela definida como uma forma reflexiva em que o agente da ação verbal não controla totalmente o evento, seja ela uma estrutura com forma ativa e sentido passivo ou ainda uma construção com forma passiva e sentido ativo, não está contemplada na tipologia de vozes verbais da gramática normativa. Em nosso entendimento, se estas construções são de algum modo uma combinação entre a voz ativa e passiva, a gramática normativa deveria tê-las incluído no seu sistema de vozes verbais, de modo a tornar o seu modelo teórico mais claro e consistente.

Conclusão

Na parte inicial deste trabalho apontamos para a necessidade de ainda se discutir as questões sobre gramática normativa. As regras da gramática normativa ainda continuam a ser exigidas em vestibulares, concursos públicos e ainda faz parte do conteúdo da maior parte dos livros de ensino de língua portuguesa das escolas de nosso país. Se a normatividade perdeu um pouco de sua força por conta dos marcos regulatórios da política linguística nacional, por meio do Ministério da Educação, a partir da década de 80 do século XX, o discurso da normatividade se transmutou para novos canais de difusão, como a internet, jornais e televisão, perpetuando a lógica do uso monolítico da língua. Este entendimento também é comungado por Castilho (2012) em sua *Nova Gramática do Português Brasileiro*, lançada em 2010, que ao falar sobre a gramática ensinada nas escolas, diz:

Enfim, a batalha parecia ganha. Ali pela altura da última década de um século que já se esvaía, a velha senhora parecia ter tomado o mesmo rumo. Teria chegado ao final a fase da gramatiquice, solidamente casada com o purismo? Ledo engano. Pois o que se nota nos dias que correm é uma ressurreição do malfadado casal promovido pela mídia brasileira! Ignorando o avanço das pesquisas sociolinguísticas, jornais de grande tiragem e canais de televisão abriram generosamente suas portas a um tipo de argumentação que supúnhamos enterrada. (Castilho 2012:102)

Fundamentados neste entendimento inicial (a necessidade de revisão da gramática normativa no ensino da língua portuguesa), buscamos deixar nossa contribuição, identificando as fragilidades, contradições e arbitrariedades da gramática normativa, no que se refere a alguns aspectos do tópico das vozes verbais.

Vale ressaltar que não pretendemos com este trabalho esgotar todos os aspectos problemáticos sobre as vozes verbais na gramática normativa. Sabemos que ainda há os aspectos das estruturas com SE e verbos infinitivos, a questão controversa da análise sintática do real estatuto do agente da passiva, dentre outros aspectos.

De todo modo, o estudo do quadro de vozes verbais da gramática normativa, empreendido neste trabalho, expôs e revelou uma fissura na teoria geral da gramática. A terminologia de “pronome apassivador”, as noções de partícula apassivadora, voz passiva sintética, equivalência entre vozes, dentre outras, revelaram-se movediças e inconsistentes.

Também procuramos mostrar que há uma lacuna na teoria da gramática normativa, que ainda não incorporou as abordagens recentes sobre o tema. Os conceitos de voz média apresentados neste trabalho mostram uma possibilidade de solução para relacionar as dimensões morfológicas e sintático-semânticas de enunciados que poderiam ser incluídos no quadro geral de vozes verbais.

Entendemos que é próprio da ciência aperfeiçoar seus modelos teóricos, adotar outros pontos de vista e estabelecer métodos mais eficientes de modo a descrever com mais acurácia e precisão os fenômenos estudados. Se a gramática normativa não é ciência ela ao menos deveria se socorrer desta para sustentar seus modelos, uma vez que linguística e a gramática normativa concorrem paralelamente na descrição dos fenômenos da linguagem. As regras da gramática normativa estão ancoradas num modelo descritivo da linguagem fundamentado em conceitos como o de sujeito e partícula apassivadora que requerem e exigem um tratamento científico, sob pena de perderem o sentido que lhes cabe dentro do contexto da disciplina da gramática e de perpetuarem o cenário de dogmatismo que vigora ainda hoje nos estudos gramaticais.

Este trabalho também contribuiu para a historiografia linguística ampliando a reconstrução do discurso sobre as vozes verbais na gramaticografia de língua portuguesa. O aparecimento da terminologia “partícula apassivadora” e sua posterior alteração para “pronome apassivador”, assim como a investigação sobre as discussões que foram empreendidas em torno desta noção, mostrou a fragilidade do conceito, que ainda assim foi mantido como verdade inamovível nas gramáticas normativas atuais, reforçando o caráter dogmático e antipedagógico de seu conteúdo.

De fato, o quadro de vozes verbais da gramática normativa, em seu conjunto, precisa ser revisto. Este quadro é milenar e pouco evoluiu desde sua primeira descrição na gramática de Dionísio o Trácio, dois séculos antes de Cristo.

Referências Bibliográficas

- ALI, Manuel Said. Dificuldades da língua portuguesa /M. Said Ali. – 7. ed. – Rio de Janeiro: ABL : Biblioteca Nacional, 2008. Disponível em: <http://www.academia.org.br/antigo/media/Dificuldades>. Acessado em outubro de 2012.
- ANDERSON, Stephen. Aspects of the Theory of Clitics. New York. Oxford University Press, 2005.
- ARGOTE, Jerônimo o contador de. Regras da Lingua Portugueza, Espelho da Lingua Latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portugueza. Lisboa Occidental : na Officina da Musica, 1725.
- ARNAULD & LANCELOT. Gramática de Port Royal. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- AUROUX, Sylvain. A revolução tecnológica da gramatização. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- BARBOSA, Jorge Morais. Verbos Impessoais? Projecto PLUS 1999/Lin/15156, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- BARBOSA, Jerônimo Soares. Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios de grammatica geral applicados à nossa linguagem / por J. S. B.. - Lisboa : Academia Real das Sciencias, 1822. - XIV, 466 p. ; 20 cm. Disponível em: <http://purl.pt/128>. Acessado em fevereiro de 2013.
- BARRETO, João Franco. Ortografia da lingua portugueza. Lisboa : na officina de Joam da Costa : a custa de Antonio Leyte mercador de livros, na Rua Nova, 1671. - [16], 279, [1] p., desdobr. ; 4º (21 cm). Disponível em: <http://purl.pt/18>. Acessado em maio de 2013.
- BARROS, João de. Grammatica da língua portuguesa. Olyssipone : apud Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum, 1540. - 60 f. ; 4º (20 cm). Disponível em: <http://purl.pt/12148> . Acessado em maio de 2013.
- BAGNO, Marcos. Dramática da Língua Portuguesa: Tradição Gramática, Mídia & Exclusão Social. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- BAGNO, Marcos. Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

- BENTO, José de Oliveira. Nova grammicaportugueza, 22^o edição 1893. (Google)
- BRANDÃO, Cláudio. Sintaxe Clássica Portuguêsa. Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963.
- BRITTO, Luiz Percival Leme. A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical. Tese de doutoramento. Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1997.
- CANÇADO, M.; GODOY, L.; AMARAL, L. Predicados primitivos, papéis temáticos e aspecto lexical. ReVEL, v. 11, n. 20, 2013. [www.revel.inf.br].
- CAMACHO, Roberto Gomes. Em defesa da categoria de voz media no portugues. Revista Delta 19:1, 2003 (91:122) Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SO102-44502003000100004 Acessado em agosto de 2013.
- CAMACHO, roberto gomes. construções passiva e impessoal: distinções funcionais. Revista Alfa, São Paulo, 44:215-233, 2000.
- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. História da Linguística. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1975.
- CASTILHO, Ataliba T. de. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012.
- CAVALCANTE, Silvia Regina de Oliveira. In: Fernão de Oliveira – um gramático na história. Campinas, SP, Pontes Editores, 2009.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da lingua portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CERÂNTOLA, Juliana Riva Gibelli. Cláudia: um retrato de mulher via léxico. Tese de doutoramento. Faculdade de Ciências e Letras-Unesp/Araraquara, 2009.
- CIRÍACO, Larissa. Um breve percurso pelas teorias gramaticais: da Gramática Tradicional às Gramáticas Cognitivas. Artigo: XII Semana de Letras da Ufop, Minas Gerais, 2012.
- COELHO, Francisco Adolpho. Theoria da conjugação em latim e portuguez - estudo de grammatica comparativa. Thypografia Universal. Lisboa. 1870.
- CONSTANCIO, Francisco Solano – GrammaticaAnalytica da LinguaPortuguezaOfferecida a Mocidade estudiosa de Portugal e do

Brasil. Paris: em Casa de VJP AILLAUD, 1855. Disponível em:
<http://books.google.com.br>. Acessado em julho de 2013.

CUNHA & CINTRA. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon editora digital, 2007.

DIAS, Augusto Epifânio da Silva. Lisboa. Syntaxe Historica Portuguesa. Livr. Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1918. - XII, 362 p. ; 22 cm. Disponível em: <http://purl.pt/190> . Acessado em outubro de 2013.

DUTRA, Rosália. O falante gramático: introdução à prática do estudo e ensino do português. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

FÁVERO, Leonor Lopes. As concepções linguísticas no século XVIII: a gramática portuguesa. Campinas, SP. Editora Unicamp, 1996.

FARACO & MOURA. Gramática. São Paulo: Editora Ática, 2003.

FARACO, Carlos, Alberto. Calidoscópio Vol. 4, n. 1 , p. 15-26, jan/abr 2006.
 Artigo: Ensinar x Não ensinar gramática: ainda cabe essa questão?

FERREIRA, Francisco Soares. Elementos de GrammaticaPortugueza, ordenados segundo a doutrina dos melhores grammaticos para aplanar a mocidade o estudo da sua lingua. Lisboa, 1819. Disponível em:
<http://books.google.com.br>. Acessado em julho de 2013.

FUVEST 2013 – Segunda Fase. Caderno Reserva :
<http://www.fuvest.br/vest2013/provas/fuv2013.2fase.dia1.pdf>

FUVEST 2013 – Primeira Fase. Caderno Reserva :
http://www.fuvest.br/vest2013/provas/prova_fuv2013_1fase.pdf

FUVEST 2012 – Segunda Fase. Caderno Reserva :
<http://www.fuvest.br/vest2012/provas/fuv2012.2fase.dia1.pdf>

FUVEST 2011 – Segunda Fase. Caderno Reserva :
http://www.fuvest.br/vest2011/provas/fuv2011_2fase_dia1.pdf

FUVEST 2011 – Primeira Fase. Caderno Reserva :
<http://www.fuvest.br/vest2011/1fase/fuv2011v.pdf>

Guia de livros didáticos : PNLD 2012 : Língua Portuguesa. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

- HALPERN, Aaron. On The placement and morphology of clitics. Center for the study of language and information. Leland Stanford Junior, University. United States, 1995.
- HAWAD, Helena Feres. Tema, Sujeito e Agente: A voz passiva portuguesa em perspectiva sistêmico-funcional. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2002.
- HAUY, AminiBoainain. Da Necessidade de uma Gramática-Padrão da Língua Portuguesa. São Paulo: Ática, 1983.
- ILARI, R. et alli. Os pronomes pessoais do português falado. In: Castilho. A. T. Gramática do Português Falado. V. 4. São Paulo: Editora UICAMP, 1996.
- JURY, Adriano da Gama. Gramática fundamental da Língua Portuguesa do Brasil. São Paulo. Editora Lisa, 1973.
- LAPA, M. Rodrigues. Estilística da Língua Portuguesa. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- Lingua Portuguesa - Catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio : PNLEM/2009 / Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.
- LIMA, José Cunha. Revisão de Machado de Assis: exame de erros e ardis literários. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1973.
- LIMA, Rocha Carlos Henrique. Gramática normativa da língua portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- LEÃO, Duarte Nunes. Origem da lingua Portuguesa. Lisboa : Impresso por Pedro Crasbeeck, 1606. - [6], 150 p. ; 4º (18 cm). Disponível em: <http://purl.pt/50>. Acessado em maio de 2013.
- LEÃO, Duarte Nunes. Origem e Orthographia da Lingua Portugeza. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1784.
- LYONS, Jonh. Introdução à Linguística teórica. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- LEITE, Marli Quadros. a construção da norma linguística na gramática do século xviii. Alfa, São Paulo, 55 (2): 665-684, p. 665-684, 2011.
- LEITE, Marli Quadros. Considerações sobre uso e Norma na Gramática Portuguesa – O Methodo Grammatical para todas as Linguas (1619), de

- Amaro de Roboredo. Revista Filol. linguíst. port., n. 13(2), p. 337-368, 2011.
- LEITE, Marli Quadros. O Nascimento da Gramática portuguesa – uso e norma. São Paulo. Editora Paulistana 2007.
- LEITE, Marli Quadros. Metalinguagem e discurso. A configuração do purismo brasileiros. São Paulo: Humanitas, 1999.
- LOPES, Célia Regina dos Santos(Org.). A Norma Brasileira em Construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século XIX. Rio de Janeiro: FAPERJ 2005.
- LOBATO, Antonio José dos Reis. Arte da Grammatica da LinguaPortugueza. Livraria Portuguesa, 1837.
- LOBATO, António José dos Reis. Arte da grammatica da lingua portugueza. Lisboa : Na Regia Officina Typografica, 1770. Disponível em: <http://purl.pt/196>. Acessado em maio de 2013.
- LUFT, Celso Pedro. Moderna gramática brasileira. São Paulo: Globo, 2002.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Contradições no ensino do português. São Paulo: Contexto 1995).
- MACEDO, Joaquim Freire. Compendio de grammatica portugueza. Lisboa: Sociedade Typographica Franco-Portugueza, 1862. Disponível em: <http://books.google.com.br>. Acessado em julho de 2013.
- MÓIA, Telmo. Algumas Áreas Problemáticas para a Normalização Linguística - Disparidades entre o Uso e os Instrumentos de Normalização Linguística in: *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Lisboa, 13-15 de Outubro de 2004)*, Lisboa: APL, pp. 109-125.
- MARCONDES, Iara Lucia. Os consultórios gramaticais: um estudo de preconceito e inteolerância linguísticos. Dissertação de mestrado. Departamento de letras clássicas e vernáculas. Universidade de São Paulo – USP, 2008.
- MALDONADO, Ricardo. Middle as a Basic Voice System. Universidad Nacional Autónoma de México, 2009.
- MOREIRA, Julio. Estudos da lingua Portuguesa. Lisboa : Livr. Classica Editora de A. M. Teixeira, 1913. Disponível em: <http://purl.pt/177>. Acessado em setembro de 2013.

- MOURA, Teresa Maria Teixeira de. As Ideias Linguísticas Portuguesas no Século XVIII” Centro de Estudos em Letras / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro . Linguística, n.º 8. 2012.
- MUNIZ, Liebert de Abreu. Aspectos do verbo depoente para o ensino do Latim e do Português. Revista Entrepalavras, ano 2, vol. 2, p.87-96. Fortaleza, 2012.
- NASCIMENTO, Jarbas Vargas & Xavier, Wendell Lessa Vilela. As funções do pronome “se”: entre othoniel motta e said ali. Revista encontros de vista, 2008.
- NETO, José Bento Cardoso Vidal. A GrammaticaPortuguesa de Júlio Ribeiro: um corte epistemológico na gramaticografia brasileira e a questão da língua portuguesa no Brasil. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, USP. São Paulo 2010.
- NETO, José Borges. A naturalização da gramática tradicional e seu uso protocolar. Artigo VIII Congresso da ABRALIN, Natal, 2013.
- NEVES, Maria Helena de Moura. A vertente grega da gramática tradicional. São Paulo: Hucitec, 1987.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática na escola. São Paulo: Contexto, 2010.
- PONCE DE LEON, Rogelio. A arte de grammatica de Pedro Sánchez. In: Península. Revista de Estudos Ibéricos, Instituto de Estudos Ibéricos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.
- PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Prescrição versus Criatividade no ensino da gramática do português. In: Tânia Lobo et alii. (Orgs.): ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012.
- Parâmetros Curriculares Nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997
- Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília :1997.
- Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio. Brasília :2000.
- PERINI, Mário A.: Gramática Descritiva do Português. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

- PERINI, Mário. Estudos de Gramática Descritiva: as valências verbais. 2007.
- POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- RESENDE, Viviane de Melo; GOMES, Maria Carmen Aires. Voz Passiva Sintética: Uma Nova Proposta de Análise. 2008. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/vicnlf/anais/cadernoo8-14.html> - Acesso em: 03 nov. 2009.
- RIBEIRO, Júlio. Grammatica Portugueza. Typ. de Jorge Seckler, 1881, 1ª ed., 229 p. Consultada na *bvCLB* – Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/bvclb/obro27>. Acessado em fevereiro de 2013.
- ROCHA, Luiz Carlos de Assis. Gramática: nunca mais: o ensino da língua padrão sem o estudo da gramática.. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.
- ROCHA, Nelson Nascimento da. O pronome se como índice de indeterminação do sujeito no português do Brasil. Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UnICEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Língua Portuguesa. 2009.
- SANTOS, José Ricardo Pereira. Alternância Passiva com Verbos Transitivos Indiretos no Português do Brasil. Dissertação, Departamento de linguística. Universidade de Brasília, 2010.
- SILVA, Inaciane Teixeira da. O uso do particípio em formações verbais no português do sul do Brasil. Tese de mestrado. Porto Alegre, 2008.
- SILVA, Gilcéia de Menezes da. A valência do predador chamar na diacronia do português. Dissertação do Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP 2010.
- SILVA, Antonio de Moraes. Grammatica Portugueza. Rio de Janeiro: Typographia de Silva Porto, 1824.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos. Contradições no ensino de português: a língua que se fala X a língua que se ensina. São Paulo: Contexto 2005.
- SOUZA, Manoel Dias de. Gramatica Portugueza. Coimbra, A Real Imprensa da Universidade, 1804. Disponível em: <http://books.google.com.br>. Acessado em julho de 2013.

VIEIRA, Carlos Augusto de Figueiredo. Compendio Elementar da grammatica portugueza. Porto, typographia de sebastião José pereira, 1858.